



Isabel Cristina Silva Marques Paltrinieri

**Precarização do trabalho contemporâneo e
incidências sobre o Serviço Social:
Questões sobre trabalho profissional**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Márcia Regina Botão Gomes

Rio de Janeiro
Outubro de 2024



Isabel Cristina Silva Marques Paltrinieri

**Precarização do trabalho contemporâneo e
incidências sobre o Serviço Social:
Questões sobre trabalho profissional**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Márcia Regina Botão Gomes

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Inez Terezinha Stampa

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Tânia Horsth Noronha Jardim

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Áurea Cristina Santos Dias

UFF

Prof. Renato dos Santos Veloso

UERJ

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Isabel Cristina Silva Marques Paltrinieri

Graduou-se em Serviço Social na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1997. Especializou-se em Gestão da Qualidade pela Universidade Candido Mendes, em 2000. Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2010. É professora no Curso de Especialização de Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Atua há vinte e cinco anos no Serviço Social na esfera do trabalho / empresarial e saúde.

Ficha Catalográfica

Paltrinieri, Isabel Cristina Silva Marques

Precarização do trabalho contemporâneo e incidências sobre o Serviço Social: questões sobre trabalho profissional / Isabel Cristina Silva Marques Paltrinieri; orientadora: Márcia Regina Botão Gomes. – 2024.

197 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Precarização. 3. Trabalho. 4. Serviço Social. 5. Tecnologias da Informação e Comunicação. I. Gomes, Márcia Regina Botão. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força, bondade e proteção que me permitiram chegar até aqui.

Agradeço à minha amada família, que é a minha fortaleza, lugar de paz, amor, acolhimento e suporte. André, meu amor companheiro e corajoso, que há tantos anos vem comigo nessa louca aventura de dividir a vida e construir nossa família. Júlia e João, meus amores maiores e melhores presentes que a vida me deu (esse nosso amor estava escrito nas estrelas, cada dia mais tenho certeza disso). Vocês são as melhores pessoas que existem, as minhas pessoas. Minha mãe Neusa, que sempre foi e será meu maior exemplo de força, resiliência, persistência, atitude e amor. Meu pai José, em memória, de quem herdei uma série de gostos e a profunda admiração pela cultura, pelas artes, pelos povos e sobretudo pela educação, além de nesta fase da vida ter também herdado seu ofício de professor.

Agradeço à formação de qualidade oferecida pelo Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e pela oportunidade de aprimorar meus estudos contando com um corpo docente e administrativo tão competente e disponível. Isto, para uma estudante trabalhadora como eu, fez toda diferença. Simbolicamente, quero parabenizar à Prof.^a Inez Stampa e à Prof.^a Valéria Bastos pela condução da direção do departamento e da coordenação da pós-graduação. Na equipe administrativa, registro um agradecimento especial, simbolicamente aqui representado pela querida Joana Maria Félix da Silva.

Realizar o doutorado durante o período da pandemia de Covid-19 foi muito desafiador. Nossa turma teve apenas três aulas presenciais em 2020 e logo eclodiu a pandemia e o isolamento social necessário. Sabendo de todas as dificuldades que enfrentamos, quero agradecer à minha turma, pelo companheirismo e inspiração. Na trajetória de cada uma/um encontramos forças para nos apoiarmos e prosseguir.

Agradeço à coordenação e colegas do GETRABSS – Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Serviço Social, Empresa e Saúde do Trabalhador e do TRAPPUS – Grupo de Pesquisa em Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social, pela oportunidade da partilha de conhecimentos e pelas discussões, fundamentais para atualizar o pensamento, a crítica e o debate, reforçando nossos traços de sociabilidade à base de reuniões com café, quitutes e afeto.

Nesse contexto difícil, tive a oportunidade (e a felicidade) de cursar três disciplinas com a Prof.^a Ana Lole, a quem agradeço muito por ter sido incansável, criativa e acolhedora em sua forma de ensinar, contribuindo significativamente para atravessarmos aquele período de incertezas e receios, com passos firmes e com sucesso. Professora, você é uma grande inspiração!

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Márcia Botão, pela competência, carinho, amizade, paciência, firmeza e por ser uma professora que, além de inteligente e comprometida, sabe ler suas alunas e delas extrair seu melhor potencial. Seu apoio foi fundamental para que eu cruzasse a linha de chegada!

Agradeço às (o) queridas (o) professoras (o) Áurea Dias, Inez Stampa, Tânia Jardim e Renato Veloso, que compõem minha banca de avaliação, por suas contribuições valiosas, necessárias e importantes na construção desta tese. Gratidão enorme pela disponibilidade, pela partilha do conhecimento e por iluminar o caminho.

Sou hoje o resultado de todas as trocas e processos pelos quais passei, atravessada pelas experiências de convívio. Por isso registro meu agradecimento a cada assistente social que tive a oportunidade de trabalhar, pois me moveram a pensar nossa profissão e realidade mais abrangente. É na luta que a gente se encontra, companheiras (os)!

No período pós-pandêmico, fui impelida a realizar uma transição de carreira, que já vinha gestando há anos. Acalentava o sonho de ser professora e o retorno ao meio acadêmico. Agradeço ao estímulo, conversas, oportunidades, apoio e orientações de docentes extremamente importantes na minha jornada. Por isso, agradeço carinhosamente a vocês:

Prof. Serafim Paz, as trocas com você e suas recomendações seguem comigo, para sempre! Obrigada por me direcionar, mostrar o caminho e fazer crer que o sonho era possível.

Prof.^a Tânia Jardim, grande amiga e companheira, que nesse convívio fraterno de quase 30 anos, compartilhou momentos sensíveis, estabeleceu trocas e posicionamentos importantes em nossa trajetória profissional e acadêmica, sem contar com a beleza que é privar de sua presença, amizade e companheirismo, nas fases críticas e nas felizes, tornando tudo mais leve! Obrigada por sua presença benfazeja na minha vida.

Prof.^a Cláudia Freitas, que chegou mais recentemente e com seu jeito afetuoso e generoso, tem me ensinado bastante sobre a construção do saber no cotidiano, de forma organizada, competente, crítica e sob a perspectiva da horizontalidade. Agradeço tanto sua disponibilidade, carinho e presença!

Prof.^a Luciene Medeiros (em memória), como é duro escrever sobre você e sua importância na minha trajetória, tendo partido tão recentemente. Um dos meus alicerces está em ter tido a chance de lhe dizer pessoalmente, querida companheira, como sou grata por você ter me dado a primeira oportunidade de estar em sala de aula como professora, por suas sábias palavras e atitudes coerentes. Saiba que seu legado na defesa dos direitos humanos e dos direitos das mulheres será lembrado e honrado, sempre!

Sobrevivemos à pandemia, graças à ciência, à pesquisa e ao SUS. Que mantenhamos nossa sanidade e força para prosseguir, no sentido de reconstruir horizontes mais justos para todas, todos e todes!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Paltrinieri, Isabel Cristina Silva Marques; Gomes, Márcia Regina Botão (Orientadora). **Precarização do trabalho contemporâneo e incidências sobre o Serviço Social: questões sobre trabalho profissional**. Rio de Janeiro, 2024. 197p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese apresentada é resultado de pesquisa que buscou identificar os fundamentos da precarização do trabalho contemporâneo no atual estágio capitalista, financeirizado e mundializado, consideradas as particularidades do Brasil, país de capitalismo dependente, além de analisar as manifestações consideradas mais evidentes da precarização do trabalho de assistentes sociais, no contexto particular de 2020 a 2023. O período destacado representa fase de acirradas medidas de ajuste neoliberal e de repercussões de contrarreformas, especialmente destrutivas em relação aos direitos trabalhistas, combinadas ao período da pandemia de Covid-19. Com base em tais análises, foi realizado esforço no sentido de capturar tendências possíveis quanto à conformação do trabalho e formação profissional de assistentes sociais, ambos cada vez mais mediados pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC's). A fim de desvelar as diferentes e mais expressivas formas de precarização do trabalho de assistentes sociais no período mencionado, com ênfase no conjunto de elementos identificados: 1) formas de contratação; 2) condições de trabalho e 3) retração dos direitos do trabalho, foi necessária a realização de revisão bibliográfica, que possibilitasse atualização do debate quanto ao tema e definição de categorias teóricas relevantes para as reflexões sobre precarização, sendo elas Trabalho, Superexploração e Expropriação. Foi necessário, ainda, buscar aportes teóricos para pensar a relação entre o Serviço Social, as TIC's e a precarização do trabalho no atual estágio do capitalismo. Sob o ponto de vista metodológico, foi adotada a metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica, baseada na análise documental das seguintes fontes de pesquisa: Pesquisa de Perfil Profissional do CFESS – Conselho Federal de Serviço Social, publicada em duas fases, em 2022 e 2024; Pesquisa do GPSS/UFGA sobre Serviço Social, Política Social e Formação Profissional (ambas constituindo dados secundários) e também a análise das falas da categoria, presentes na sala de bate-

papo (chat) do canal do CFESS no Youtube, por ocasião da apresentação dos dados de Perfil Profissional (2022). Além destes dados, busquei analisar as expressões atuais da precarização do trabalho de assistentes sociais sobre três campos de atuação profissional, dado à sua importância para o mercado de trabalho da categoria e por ter vivenciado atuação como assistente social e docente neles. São estas empresa, saúde e educação/docência. Neste movimento de pesquisa, houve a oportunidade de retomar a inquietação inicial, motivadora dos estudos, sobre a uberização do trabalho como uma das expressões da precarização. Com relação a isto, foi possível perceber as incidências da uberização que atingem à classe trabalhadora como um todo, incidindo particularmente sobre o trabalho de assistentes sociais nas áreas de empresa e na educação/docência, com mais vigor. Foi possível, ainda, estabelecer uma conexão entre a precarização que ocorre na formação profissional, sobretudo aquela que se dá em regime de ensino à distância e as inserções de assistentes sociais nos postos de trabalhos mais precários e com menores níveis de remuneração, conforme apontado nas pesquisas do CFESS e do GPSS/UFPA. O conjunto de dados e análises decorrentes da elaboração desta tese serve para contribuir com o debate da categoria quanto às tendências sobre a profissão e chama atenção para a necessidade de retomada da organização da classe trabalhadora, em prol dos nossos direitos conquistados, à luz do tempo atual, em seus desafios e potencialidades.

Palavras-chave

Precarização; Trabalho; Formação profissional; Serviço Social; Tecnologias da Informação e comunicação.

Abstract

Paltrinieri, Isabel Cristina Silva Marques; Gomes, Márcia Regina Botão (Advisor). **Precariousness of contemporary work and impacts on Social Service: questions about professional work.** Rio de Janeiro, 2024. 197p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The thesis presented is the result of research that sought to identify the foundations of the precariousness of contemporary work in the current capitalist, financialized and globalized stage, considering the particularities of Brazil, a country of dependent capitalism, in addition to analyzing the manifestations considered most evident of the precariousness of labor social workers, in the particular context of 2020 to 2023. The highlighted period represents a phase of fierce neoliberal adjustment measures and the repercussions of counter-reforms, especially destructive in relation to labor rights, combined with the period of the Covid-19 pandemic. Based on such analyses, an effort was made to capture possible trends regarding the shape of work and professional training of social workers, both increasingly mediated by information and communication technologies (ICTs). In order to reveal the different and most significant forms of precariousness of the work of social workers in the mentioned period, with emphasis on the set of elements identified: 1) forms of hiring; 2) working conditions and 3) retraction of labor rights, it was necessary to carry out a bibliographical review, which would make it possible to update the debate on the topic and define theoretical categories relevant to reflections on precariousness, namely Work, Overexploitation and Expropriation. It was also necessary to seek theoretical contributions to think about the relationship between Social Work, ICTs and the precariousness of work in the current stage of capitalism. From a methodological point of view, a qualitative methodology was adopted, with a bibliographic review, based on documentary analysis of the following research sources: CFESS Professional Profile Survey – Federal Council of Social Service, published in two phases, in 2022 and 2024; GPSS/UFGA research on Social Service, Social Policy and Professional Training (both constituting secondary data) and also the analysis of the category's speeches, present in the chat room on the CFESS YouTube channel, on the occasion of the

presentation of Professional Profile data (2022). In addition to these data, I sought to analyze the current expressions of the precariousness of social workers' work in three fields of professional activity, given their importance for the category's job market and having experienced working as a social worker and teacher in them. These are business, health and education/teaching. In this research movement, there was the opportunity to return to the initial concern, which motivated the studies, about the uberization of work as one of the expressions of precariousness. In this regard, it was possible to perceive the incidences of uberization that affect the working class as a whole, particularly affecting the work of social workers in the areas of business and education/teaching, with more vigor. It was also possible to establish a connection between the precariousness that occurs in professional training, especially that which takes place via distance learning, and the insertion of social workers in the most precarious jobs with lower levels of remuneration, as pointed out in the CFESS and GPSS/UFPA research. The set of data and analyzes resulting from the preparation of this thesis serves to contribute to the category's debate regarding trends in the profession and draws attention to the need to resume the organization of the working class, in favor of our conquered rights, in the light of time current situation, in its challenges and potential.

Keywords

Precariousness; Work; Social Work; Information and Communication Technologies.

Sumário

1. Introdução	16
2. Trabalho e desdobramentos no capitalismo maduro	25
2.1. Concepção de Trabalho em Marx e desdobramentos do trabalho na sociedade capitalista	25
2.1.1. Mecanismos capitalistas de precarização do trabalho	33
2.1.2. Crise da década de 1970 no cenário internacional: neoliberalismo e reestruturação produtiva	41
2.2. Precarização das relações de trabalho: estratégia fundamental de dominação da classe trabalhadora em nível mundial	49
2.2.1. Precariedade e precarização – questões conceituais	49
2.2.2. Incidências da crise do capital no Brasil sobre as relações de trabalho e contratações	62
2.3. A crise capitalista de 2008	68
3. Breves antecedentes da crise capitalista de 2008 no Brasil e posteriores retrocessos de direitos legitimados pelas contrarreformas	74
3.1. Golpe de 2016 e a efetivação das contrarreformas trabalhista e previdenciária	81
3.2. Aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil: questões sobre avanços tecnológicos e pós-pandemia	94
4. Assistentes Sociais integrantes da classe trabalhadora e incidências das transformações societárias no trabalho profissional	103
4.1. Precarização do trabalho de Assistentes Sociais no contexto ultraneoliberal no período de 2020-2023	104

4.2. Expressões mais recorrentes e significativas da precarização do trabalho profissional de assistentes Sociais conforme a pesquisa de perfil profissional do CFESS – 2022 e a pesquisa de dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil - 2024	114
4.3. Exemplos de incidências de precarização nas áreas de saúde, educação/docência e empresa	145
4.3.1. Exemplos de incidências de precarização na saúde	145
4.3.2. Exemplos de incidências de precarização na empresa	155
4.3.3. Exemplos de incidências de precarização na educação/docência	167
5. Considerações Finais	178
6. Referências Bibliográficas	186

Lista de tabelas e quadros

Tabela 1 - Graduação por tipo de instituição de ensino	120
Tabela 2 - Rendimento versus tipo de instituição de ensino em que se graduou	134
Tabela 3 - Rendimentos e tipos de instituição entre R\$ 1.000,00 e R\$ 4.000,00	136
Tabela 4 - Rendimentos e tipos de instituição entre R\$ 7.001,00 e R\$ 15.000,00	136
Tabela 5 - Forma de ingresso o principal vínculo	142
Quadro 1 - Unidades geridas pela Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro	149

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição Regional de Profissionais	115
Gráfico 2 - Taxa de desocupação por sexo e raça/cor – Brasil, 4º trimestre de 2022 e 2023 (%).	116
Gráfico 3 - Matrículas em cursos presenciais públicos e privados e de EaD – Serviço Social.	123
Gráfico 4 - Ocupações com menores rendimentos	134
Gráfico 5 - Cursos de Especialização ativos no Brasil	138
Gráfico 6 - Perfil profissional da categoria – Especialização e pós-graduação stricto sensu por região.	139
Gráfico 7 - Eixo de análise sobre espaço sócio-ocupacional.	139
Gráfico 8 - Gráfico 8- Natureza da instituição empregadora.	141

Sempre recusei os fatalismos. Prefiro a rebeldia que me confirma como gente e que jamais deixou de provar que o ser humano é maior do que os mecanicismos que o minimizam.

Paulo Freire

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

Meu estado de espírito sintetiza esses dois sentimentos [otimismo e pessimismo] e os supera: sou pessimista com a inteligência, mas otimista com a vontade. Em cada circunstância, penso na hipótese pior, para pôr em movimento todas as reservas de vontade e ser capaz de abater o obstáculo.

Antonio Gramsci

Sujeito de sorte

Presentemente, eu posso me
Considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço
Me sinto são, e salvo, e forte

E tenho comigo pensado
Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer
No ano passado

Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro

Belchior

1

Introdução

Certas canções que ouço
Cabem tão dentro de mim
Que perguntar carece
Como não fui eu que fiz.

Certas canções – Milton Nascimento

A tese ora apresentada expõe os resultados obtidos em relação ao objeto de estudo que me propus a investigar – as diferentes e atuais formas de precarização do trabalho e suas incidências sobre o Serviço Social, no período de 2020 até 2023.

Escolhi trechos de músicas populares brasileiras para compor os inícios dos capítulos tratados nesta tese, em função de acreditar que as manifestações culturais em geral nos servem tanto para exprimir o pensamento quanto para contar a história de um país e de seu povo.

Nesta fase introdutória, selecionei este trecho musical para registrar meu contentamento diante das inúmeras pesquisas e produções que tive acesso ao aprofundar os estudos e conhecimentos sobre a temática da precarização do trabalho, tão bem elaborados, fundamentados e criativos, dando forma e sustentação aos meus pensamentos e análises sobre a questão.

O trabalho contemporâneo é afetado por formas de exploração e destituição de direitos, cada vez mais severas, perversas e reatualizadas, de acordo com as exigências dos capitalistas atuais.

O modelo de reestruturação produtiva e a aplicação das medidas de ordem neoliberal promoveram mudanças expressivas ao mundo do trabalho, incidindo de maneira particular sobre a realidade dos países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil.

Embora este cenário afete à classe trabalhadora mundialmente, a pesquisa empreendida se detém na realidade brasileira e, mais especificamente, sobre o Serviço Social brasileiro.

Parte-se do entendimento do Serviço Social como profissão inscrita na divisão social, técnica e sexual do trabalho e suas¹ profissionais, assistentes sociais, como trabalhadoras assalariadas, pertencentes à classe trabalhadora, sujeitas à precarização do trabalho e aos constrangimentos decorrentes deste processo.

Conforme abordado nesta tese, compreende-se que a precariedade é estrutural no capitalismo e a concepção adotada sobre precarização se dá de acordo com as elaborações de Druck (2023) e Alves (2007), dentre outros autores, no sentido da precarização representar um processo social que se desenvolve historicamente e provoca regressão social, situada no tempo presente, marcada por diferentes padrões de desenvolvimento e pelas lutas dos trabalhadores, afetando a classe trabalhadora em suas condições de trabalho, vínculos empregatícios, níveis salariais e condições de vida. A precarização é, portanto, uma forma de reposição sócio-histórica da precariedade, considerando que desde a constituição da força de trabalho como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social.

O objeto desta tese diz respeito à investigação sobre as diferentes formas de precarização do trabalho de assistentes sociais, como expressões das expropriações contemporâneas na vida das profissionais.

Essas expressões têm como fundamento principal a contradição entre capital e trabalho, na qual os capitalistas reúnem todo conjunto de esforços e medidas existentes na sociedade para a realização de sua finalidade, que é a apropriação privada da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores e trabalhadoras. Neste sentido, pode-se pensar em recursos materiais e subjetivos para adesão ao projeto de dominação do capital.

O objetivo geral da pesquisa empreendida diz respeito a evidenciar influências das configurações do trabalho contemporâneo sobre o Serviço Social, relacionadas à retração de direitos sociais oriundos do trabalho, no período de 2020 até a atualidade. Esse recorte histórico se debruça sobre o marco histórico de 2020 a 2023, período no qual compreendemos que se gesta e desenvolve um conjunto combinado de medidas que visam o aprofundamento das estratégias de manutenção dos processos de acumulação capitalista, predatória e exploradora do trabalho, em níveis cada vez mais agudos e perversos para a população em um contexto

¹ Considerando tratar-se de uma profissão eminentemente composta por mulheres, conforme dados da pesquisa de perfil profissional CFESS 2022, será utilizada nesta tese a referência às profissionais assistentes sociais, no feminino.

ultraneoliberal e pandêmico. A pandemia da COVID-19² acentuou processos em curso e a necessidade de afastamento social justificou muitas alterações nas formas de organizar e controlar a classe trabalhadora.

Já os objetivos específicos da pesquisa são representados pela busca em decifrar os principais modos de precarização do trabalho contemporâneo e como essas novas configurações se expressam no mercado de trabalho de assistentes sociais. Do conjunto de elementos identificados, destaca-se: 1) as formas de contratação; 2) as condições de trabalho; 3) retração de direitos do trabalho.

A análise dos três elementos mencionados foi realizada considerando seus fundamentos teóricos e político-conjunturais, que configuraram o que Antunes denominou de nova morfologia do trabalho, que caracteriza uma classe trabalhadora heterogênea, onde a maioria se insere no mercado de trabalho, de algum modo precário. Finalmente, esta tese apresenta algumas tendências relativas ao Serviço Social diante dos processos de precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Minha questão de pesquisa relaciona-se sobre como assistentes sociais iriam trabalhar com uma população destituída de direitos, na medida em que estas pessoas não tinham mais direitos trabalhistas. Quais recursos as assistentes sociais teriam para atender a esses sujeitos?

No decorrer da pesquisa, tem-se que a uberização retira o direito dessas pessoas. Ao realizar um exercício reflexivo, um dos caminhos para atender a essas pessoas seria por meio da assistência. Contudo, no decurso da pesquisa, se identifica que as assistentes sociais não só vão ter uma alteração nas formas de dar respostas às expressões da questão social ao maior número de trabalhadores e trabalhadoras destituídos de direitos, como também o conjunto de assistentes sociais está sendo afetado nesta destituição de direitos, enquanto pertencente à classe trabalhadora.

A fim de buscar fundamentação quanto a essas argumentações, são escolhidas três áreas de atuação profissional, como exemplos, dado à sua relevância no cenário da profissão, bem como por se constituírem áreas nas quais tive a oportunidade de estabelecer vivência profissional – empresa, saúde e docência.

² A OMS – Organização Mundial de Saúde caracterizou a COVID-19 como pandemia, dado à sua expansão global, em 11 de março de 2020. Este mesmo organismo marcou o fim da pandemia em 05 de maio de 2023.

Sob o ponto de vista metodológico, para realização da pesquisa, foi o escolhido o método marxista, por se tratar de uma proposta analítica da sociedade capitalista que visa a apreensão da realidade, considerando sua estrutura, dinâmica e historicidade, compreendendo a necessidade de ultrapassar nas análises a aparência mais imediata das situações observadas. No período analisado, os processos de precarização tem sido acentuados com o uso de novas tecnologias, em grande parte, apropriadas pelo capital.

Desta forma, foi realizada revisão bibliográfica, com objetivo de prestar o aporte teórico considerado pertinente à pesquisa. Optou-se pela literatura que trata da principalmente da atual fase do capitalismo, das transformações sobre o trabalho, aborda o debate sobre a profissão e as incidências da precarização do trabalho, mas não só, também foi importante recorrer a literaturas clássicas sobre o trabalho, como é o caso de O capital – livro I, de Marx.

O ponto de partida para apropriação do referencial teórico foi o estudo de autores como Alves (2007), Linhart (2011), Druck (2009, 2011, 2023) e Barbosa (2023). Nessas análises, a elaboração conceitual da precarização é explicada como um processo social movimentado historicamente, provocador de regressão social, reconfigurado numa condição moderna, na qual mantém velhos elementos e incorpora novos. Isso não se restringe somente às formas de gestão e regulação do trabalho, mas se abate sobre a vida e reprodução social. Trata-se, pois, de enxergar a precarização não só sob a ótica do trabalho, mas também da vida social. No contexto atual, tanto as relações de trabalho, quanto a vida humana, no seu aspecto privado, ambas têm sido atravessadas por tecnologias mais avançadas em comparação ao século anterior. As mediações operadas por esses recursos mais sofisticados tem acentuado as formas de dominação, exploração e expropriação dos trabalhadores, omitindo tanto os contratantes quanto os contratados.

Em sequência, a fim de aprofundar as reflexões sobre precarização, buscou-se o apoio no aporte teórico relativo às categorias expropriação e superexploração da força de trabalho. Quanto à expropriação, categoria concebida por Marx e atualizada por Fontes (2017) e o conceito de superexploração, a partir da ótica de Marini (1973), utilizado para sustentar suas análises na elaboração da Teoria da Dependência e de marcadores importantes sobre a formação social de países de capitalismo dependente, como o Brasil, que mantém traços retrógrados, entre eles o trabalho mal remunerado, o racismo, a informalidade etc.

Quanto às análises sobre as transformações societárias no chamado mundo do trabalho, em geral e no âmbito do Serviço Social, busquei aporte de Antunes (2018, 2020, 2022, 2023), Druck (1999, 2010) Raichelis (2011, 2018) e Stampa e Lole (2020). No tocante à relação entre a precarização do trabalho, formação profissional e mediação pelas TIC (tecnologias de informação e comunicação), os aportes se basearam em Leher (2015), Dahmer (2020), Veloso (2011, 2021), Soares (2022, 2023) e Botão (2020, 2023).

Com objetivo de perceber as incidências da precarização do trabalho sobre o Serviço Social, foi analisada a Pesquisa de Perfil Profissional de Assistentes Sociais, publicada em agosto de 2022 pelo conjunto CFESS/CRESS, assim como a segunda parte da pesquisa de perfil profissional, dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil, que trata de questões não obrigatórias durante o recadastramento profissional, publicada em fevereiro de 2024.

Não se trata de replicar na íntegra o teor de tais pesquisas, mas sim eleger eixos temáticos que atuem como marcadores para pensar a precarização do trabalho de assistentes sociais no período de 2020-2023. Tais eixos se referem fundamentalmente à: 1) remuneração, 2) tipos de vínculos, 3) condições de trabalho e 4) tipos de formação profissional.

Durante a observação da apresentação dos resultados da pesquisa de perfil profissional, realizada pelo conjunto CFESS/CRESS (2022), promovida por meio do canal do CFESS no Youtube, emergiu outra fonte de dados importante para a pesquisa, que foram os comentários da categoria, no chat (sala de bate papo) do canal. Durante a exposição de dados relativa ao cruzamento de dados quanto ao tipo de formação (presencial ou EaD) e os menores índices de remuneração da categoria. Naquele contexto, foi possível observar a polarização de discursos, ao favor e contrários à graduação à distância, assim como falas mais conservadoras e progressistas, polarização esta que retratava o que se passava no Brasil, às vésperas das eleições presidenciais de 2022, cujo principal campo de disputas gravitava entre o então presidente Jair Bolsonaro e seu opositor Luís Inácio Lula da Silva.

No decurso da pesquisa, foi estabelecido diálogo também com material produzido pelo GEPSS/UFPA, no que tange à precarização da formação e do trabalho profissional. Consideramos estes importantes parâmetros para identificação quanto às configurações recentes da categoria profissional, especialmente quanto às suas relações, condições de trabalho, remuneração, áreas

de atuação e vínculos profissionais, analisados por meio de estudos bibliográficos de artigos e livros sobre o trabalho profissional de assistentes sociais, como por exemplo as produções de Raichelis (2011, 2018), Santos e Stampa (2020), Botão (2020, 2023) e Silva (2023).

Além deste parâmetro, buscou-se também compreender as expressões da precarização do trabalho de assistentes sociais em três áreas de atuação profissional – empresa, saúde e educação/docência. Estas três áreas, que foram utilizadas para exemplos quanto aos desdobramentos da precarização, emergem na pesquisa em razão de serem pontos de partida analíticos, diante da minha vivência profissional. Contudo, busquei produções já analisadas e outras elaborações que me permitissem dialogar com minhas vivências profissionais nestes três campos, ampliando as possibilidades de análise.

Singularmente, como pesquisadora e doutoranda trabalhadora, tive o meu processo de formação atravessado pela pandemia e posteriormente por uma demissão do trabalho onde atuei profissionalmente durante 25 anos no cargo de assistente social. Nesse período, foi possível experienciar algumas formas de inserção no mercado de trabalho, sendo eu mesma a vivenciar como trabalhadora o processo de precarização do trabalho e da vida, que perpassa a discussão da tese. Situo que tal processo se dá em dimensões relativas ao emprego como assistente social, em empresa privada, meu vínculo mais longo e no qual contei com mais garantias de direitos relacionados ao trabalho e na área de saúde, por um período menor e, ainda, como professora em Serviço Social, em universidade privada, sob regime de EaD, vínculo esse o mais intermitente e desprotegido.

Numa breve análise sobre minha atuação como assistente social em empresa, a mais longa, cabe destacar que o vínculo era amparado pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, contava com melhor remuneração e rede de benefícios assistenciais, salários indiretos como auxílio alimentação, seguro de vida, plano de saúde, além da infraestrutura da realização das atividades laborativas. Em contrapartida, foi possível observar as incidências de precarização sobre o trabalho e sobre a vida, caracterizadas pelas recorrentes intensificações de jornada de trabalho, acúmulo progressivo de atividades, pouca autonomia para realização das atividades e crescente cobrança para resolução de questões que a maior parte das vezes não fazia parte das atribuições diretas.

Sobre o meu vínculo profissional regular como assistente social, se deu na área da saúde pública, vínculo este mais precário em relação ao anterior, em termos de: vínculo empregatício (contrato com registro em carteira de trabalho, por tempo determinado) gestão do trabalho (embora tenha havido um concurso público, se deu sob o mecanismo de seleção simplificada³, artifício legal que permite o caráter temporário do trabalho, menores remunerações e menos garantias de direitos trabalhistas, acarretando maior rotatividade e dificuldade de organização por parte de trabalhadores e trabalhadoras).

Entre estes períodos vivenciei paralelamente a atuação como docente em universidade privada, sob regime de EaD, cuja metodologia adotada em tempos de aligeiramento da formação profissional e da educação como negócio lucrativo para as grandes corporações, desmonta o processo de ensino e aprendizagem, fragmentando as disciplinas e seus conteúdos em aulas gravadas, aulas em tempo real e conteúdo escrito. Neste contexto, era uma professora atuando como conteudista, o que equivale à responsabilidade de elaboração do conteúdo escrito e avaliativo de determinada disciplina da graduação em Serviço Social, sem contato direto com as/os discentes.

Atualmente, minha atuação docente ocorre em curso de pós-graduação, em regime de EaD, contudo com metodologia bastante diferente do curso de graduação supracitado, na medida em que as aulas ocorrem em tempo real e com interação junto ao corpo discente e docente. Contudo, o caráter intermitente e de pagamento por tarefas se adequa às análises apontadas como expressões atuais da precarização do trabalho docente.

Cabe ressaltar que as contratações no campo da docência aqui mencionadas apresentam vínculos intermitentes e com sua operação profundamente marcada pelo uso das tecnologias, em entidades privadas de ensino.

Portanto, do ponto de vista da pesquisa, isso significa que foi possível constatar no campo empírico as mudanças ocorridas no campo trabalhista, acirradas

³ De acordo com o Instituto IGEDUC o processo seletivo simplificado – ou seleção pública simplificada – é a forma utilizada por uma entidade pública para realização de contratação temporária, que visa a atender a uma necessidade provisória de excepcional interesse público, conforme disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Isso significa dizer que um funcionário público que ingressou mediante uma seleção simplificada terá um emprego por tempo determinado na entidade que o contratou. Mais informações disponíveis em: <<https://igeduc.org.br/noticias/2/igeduc-explica-o-que-e-uma-selecao-publica-simplificada>>.

pelo atual estágio do modo de produção e enxergar as manifestações fenomênicas à luz das elaborações teóricas sobre as infrações das medidas de ajuste ultraneoliberal que afetam ao tecido social como um todo e, como não poderia deixar de ser, ao Serviço Social, considerado para efeito da elaboração desta tese.

Inicialmente, meu interesse de pesquisa era centrado por uma possível relação entre uberização do trabalho e o Serviço Social. No decorrer dos estudos e no processo de qualificação da tese, pude perceber que na verdade a uberização do trabalho era uma das expressões da precarização estrutural do trabalho, portanto, se fazia necessária a adequação do objeto de estudo. Contudo, a relação entre a uberização do trabalho e o Serviço Social, que inicialmente não me parecia possível de ser estabelecida de um modo mais direto, encontrou sentido ao analisar algumas formas particulares de requisição ao trabalho profissional em Serviço Social, sobretudo na área da docência.

Na fase preliminar e exploratória desta pesquisa, já se buscava elementos que pudessem realizar uma aproximação direta entre a perspectiva de uberização do trabalho e o Serviço Social, com uma hipótese inicial de que tal repercussão estaria centrada nas demandas atendidas por assistentes sociais nos seus espaços ocupacionais, em função do deslocamento massivo da população usuária da previdência para as políticas sociais da assistência, em função da perda de suas ocupações formais e alocação em ocupações informais e sem amparo contratual regulado, não se vislumbrando de imediato a possibilidade de que a uberização pudesse atingir diretamente as formas contratuais do trabalho de assistentes sociais.

No decurso da pesquisa para elaboração desta tese e, em especial, durante o processo de qualificação, foram realizadas contribuições essenciais para que este debate e análises tivessem a mediação da precarização do trabalho e da formação profissional. A partir daí foi possível analisar a uberização como uma das formas de atualização da precarização sobre o trabalho e a formação profissional, sobretudo com o debate encaminhado por Botão (2020,2023) quanto à estratégia capitalista das chamadas consultorias no Serviço Social de empresas, que emprega notas de uberização na organização e gestão do trabalho profissional e nas análises elaboradas nesta tese, que apontam no sentido da uberização do trabalho profissional, no campo da educação/docência, ocorrendo por meio das contratações de professoras e professores de forma desregulada, intermitente, com poucos direitos e baixas remunerações (apesar da elevada exigência de qualificação

profissional e acadêmica), já realizada por meio das plataformas e sem contato direto com pessoas que intermedeiem este processo.

Diante do exposto, pode-se concluir que o ponto de partida desta tese, encontra-se na minha experiência singular, como motivadora dos estudos e pesquisas realizadas, para desvelar o que de fato está incidindo na particularidade da categoria profissional de assistentes sociais, bem como, de modo mais amplo, no conjunto da classe trabalhadora, da qual somos inseridas.

Tendo estabelecido a concepção tratada sobre precarização, fica afirmado que o trabalho de assistentes sociais no conjunto da classe trabalhadora está sofrendo os mesmos agravos que outros profissionais sofrem (embora haja diferenças por tratar-se de uma profissão de nível superior), afetados pela lógica capitalista que reorganiza tanto o Estado quanto as relações de trabalho por meio do mercado. Vivemos a era do toyotismo e agora vivemos a intensificação do toyotismo, com modelos de uberização, plataformização, contrato zero hora, entre outras formas de degradação das condições de trabalho e de vida. Portanto, minha tese diz respeito a demonstrar, por meio da análise dos dados, os elementos da precarização desse período destacado (2020-2023) e as formas que tal precarização assume, reafirmando que assistentes sociais são parte e expressão da classe trabalhadora, conforme caracteriza Marilda Iamamoto.

2

Trabalho e desdobramentos no capitalismo maduro

Um homem se humilha
Se castram seus sonhos
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata
Não dá pra ser feliz
Não dá pra ser feliz.

Um homem também chora (Guerreiro menino) – Gonzaguinha

No léxico cotidiano, é usual falar sobre trabalho com diversas conotações, especialmente ao nos referirmos ao emprego ou ocupação. Para empreender as discussões tratadas nesta tese, foi necessário partir da concepção do trabalho como categoria analítica, mais especificamente utilizar a concepção de trabalho em Marx, como conceito de grande importância para compreensão da dinâmica capitalista.

Portanto, neste capítulo são abordados elementos que apontam os desdobramentos do trabalho no capitalismo, evidenciando como a crise capitalista deflagrada no final da década de 1960 e início da década de 1970 exigiu respostas restauradoras do ciclo de expansão do capital, baseadas na reestruturação produtiva, na mundialização da economia e na disseminação do neoliberalismo.

2.1.

Concepção de Trabalho em Marx e desdobramentos do trabalho na sociedade capitalista

Para elaboração desta tese a concepção de trabalho utilizada é a que foi elaborada por Marx, considerando as contribuições de autores marxistas que atualizaram as análises, como Antunes (2014), Mészáros (2011), Fontes (2017) e Iamamoto (2010), dentre outros, considerando de elementos de continuidade e ruptura, ou seja, apontam fundamentos das relações capitalistas de produção e reprodução social, evidenciando o fio que conecta o passado e o presente, uma vez

que atualmente o capitalismo encontra-se em seu estágio maduro e não mais inicial, como no período em que Marx escreve sua obra.

De acordo com a perspectiva clássica de Marx, é por meio do trabalho que o homem cria livre e conscientemente a realidade, transformando a natureza em função de suas intencionalidades.

É pelo trabalho, portanto, que é possível ao homem passar da existência orgânica à esfera da vida em sociedade. Assim, a categoria trabalho para Marx figura como fundamental à existência humana, pois é por meio dela que se manifesta a diferenciação do ser humano ante os demais seres vivos, representando a realização do homem, sua fonte de riqueza e bens materiais, de modo mais abrangente.

Contudo, o trabalho não representa somente o confronto do ser humano com a natureza, a fim de meramente transformá-la de acordo com sua necessidade. Neste ato de trabalho, o homem não só transforma a natureza, como também transforma a si próprio, posto que adquire novas habilidades, regulando e controlando sua forma de operacionalizar o trabalho, passando a dominar o processo de trabalho em sua completude.

Preliminarmente, cabe retomar de modo breve a discussão sobre a origem do trabalho, a constituição do modo de produção capitalista e as consequências sociais dos nossos atos na produção, presente em Antunes (2004), em *A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels*.

Trata-se, pois, de relembrar que o trabalho figura como condição básica e fundamental da vida humana, influenciando na modificação não só da natureza, mas do próprio homem, no desenvolvimento da linguagem e na constituição das primeiras ferramentas. Outra questão importante diz respeito à intencionalidade e planejamento da ação do trabalho, existente em relação ao homem e inexistente em relação ao animal.

Neste sentido, é possível compreender o papel central do trabalho na construção da sociedade humana, nos seus primórdios visando sua reprodução social e, posteriormente, na sociedade capitalista visando a valorização e acumulação do capital.

O trabalho, no capitalismo, gera um determinado produto/mercadoria, que por conseguinte irá gerar valores – de uso e de troca. O valor de uso está relacionado à

satisfação de necessidades básicas humanas e o valor de troca voltado à produção, reprodução e valorização do capital, mais especificamente ao valor de mercado.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso. (Marx, 2013, p. 124).

Para além da transformação da natureza, mais objetivamente, o homem também transforma as relações sociais a partir da sociabilidade do trabalho, afetando assim também a outros indivíduos além de si mesmo.

Para que o homem consiga efetivar a transformação da natureza, de acordo com sua intencionalidade e planejamento, por meio do trabalho, Marx nos chama atenção para a questão dos meios de trabalho, para o uso das ferramentas, um dos momentos simples que constituem o processo de trabalho.

Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada para um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios. A terra (que do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes[...] Quando, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima [...] Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho. [...] O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. (Marx, 2013, p. 256-257).

Neste sentido, o meio de trabalho é caracterizado como coisa ou conjunto de coisas que o homem interpõe entre si e o objeto de trabalho, utilizando propriedades mecânicas, físicas e químicas, para atuação sobre seu objeto, de acordo com seu propósito.

A análise sobre os meios de trabalho é indicativa do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, importa mais para a análise do trabalho, em relação às épocas econômicas, não o que é produzido, mas sim a forma como é produzido, com que meios essa produção é realizada.

Tal análise fornece uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indica as condições sociais sob as quais se trabalha.

Se de um ponto de vista mais geral, Marx considerasse por trabalho a atividade de interação entre o homem e a natureza, com objetivo de transformar esta nos bens necessários à sua sobrevivência (portanto trabalho produtivo), por outro lado, o próprio Marx já situava em seus escritos ser preciso analisar o trabalho sob o processo de produção capitalista, pois somente a determinação do processo de trabalho simples não contemplaria a complexidade do processo de produção capitalista, sendo necessária a apreciação de seu ponto de vista específico, historicamente determinado, conforme infere Marx (2013, p. 151):

[...] são justamente essas formas que constituem as categorias da economia burguesa. Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo de produção socialmente determinado, a produção de mercadorias. Por isso, todo o misticismo do mundo de mercadorias, toda magia e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base de produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção.

Fica demonstrada, assim, a preocupação em situar historicamente a que modo de produção nos referimos, ao analisar diferentes relações de produção, visto que o nível de desenvolvimento social de cada formação econômica é diferente entre si, a exemplo das economias escravistas, feudal e capitalista. Portanto, se os meios de trabalho indicam o grau de desenvolvimento das forças produtivas, as condições sociais nas quais o trabalho é realizado representam o balizador do desenvolvimento das capacidades humanas.

Seguindo a angular que Marx utiliza para tratar sobre o homem e o trabalho, se destaca o caráter ontológico do trabalho, na medida em que é retirada do homem sua questão meramente biológica, quando o trabalho funda o primeiro ato histórico do homem em satisfazer suas necessidades materiais de reprodução social, elevando-o ao patamar de ser social.

A este respeito, Lessa (2012), recuperando a ontologia do trabalho delineada por Lukács, também baseada em Marx, esclarece que:

[...] o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência humana sem trabalho. (Lessa, 2012, p. 26).

De acordo com esta análise baseada em Marx (2013) o conjunto social invariavelmente terá uma forma específica de trabalho, pois este é fundamental e necessário para existência dos homens. Por conseguinte, todas as atividades, práticas e ações dos seres humanos, ou seja, todas as práxis sociais, são fundadas e causadas pelo trabalho.

Contudo, nem todas as formas de práxis podem ser consideradas como trabalho. Em um conceito mais abrangente, Iamamoto (2010) quanto à práxis social nos elucida que:

Esta, como qualquer ato social, é uma decisão entre alternativas efetuada pelo indivíduo singular, que faz suas escolhas acerca de propósitos futuros visados. Porém, não faz escolhas independentes das pressões que as necessidades sociais exercem sobre os indivíduos singulares, interferindo nos rumos e orientações de suas decisões. (Iamamoto, 2010, p. 354).

Assim, nem todas as formas de práxis estarão necessariamente conectadas à esfera da produção, como por exemplo as ações ligadas à religião e à política.

Seguindo a guisa de explicação de Marx em *O capital*, sobre a lógica de estruturação e funcionamento do modo de produção capitalista, defende que na sociedade capitalista é iniciada uma nova forma de relação de compra e venda da força de trabalho, por meio do assalariamento, do caráter abstrato do trabalho e do objetivo central de produção de mais-valia.

Por esta razão, é possível perceber que a análise de trabalho em Marx, parte da categoria valor. Conforme Colmán e Pola (2009) o trabalho deve ser analisado sob o aspecto social, junto com a forma de valor, pois ele é a substância de valor. Portanto, o objeto de investigação de Marx é o valor enquanto forma social do produto trabalho.

Dessa maneira, o trabalho não deve ser analisado apenas considerando seus aspectos técnicos e materiais, mas antes segundo sua forma social histórico-concreta. Marx considerou em seus estudos o grau de desenvolvimento das forças produtivas, contudo, se deteve em desvelar o segredo do modo de produção capitalista, que se oculta sobre o fetiche do desenvolvimento das formas produtivas.

Como a forma-mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa, razão pela qual ela já aparece desde cedo, ainda que não com a predominância que lhe é característica em nossos dias, seu caráter fetichista parece ser relativamente fácil de se analisar. Em formas mais concretas, desaparece até mesmo essa aparência de simplicidade. De onde vêm as ilusões do sistema monetário? Para ele, o ouro e a prata, ao servir como dinheiro, não expressam uma

relação social de produção, mas atuam na forma de coisas naturais, dotadas de estranhas propriedades sociais. (Marx, 2013, p. 157).

O modo de produção capitalista pressupõe em si a separação entre trabalho e meios de produção, de tal maneira que ao trabalhador não haja outra alternativa senão a venda de sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção, em troca de salário, uma vez que anteriormente este trabalhador direto, que é o verdadeiro produtor, foi expropriado de toda propriedade, o que o obriga a vender a única coisa da qual dispõe, sua força de trabalho. Tal movimento o caracteriza, de fato, como trabalhador assalariado, subordinado, alienado da produção e do acesso à riqueza socialmente produzida.

A condição inerente ao capitalismo é a exploração do trabalho humano, que possibilita a geração e acumulação de riquezas. É na processualidade do trabalho que o proletariado produz a riqueza material e a mais-valia, da qual se retira sua fonte de assalariamento, sem que a riqueza produzida seja partilhada com quem a produziu efetivamente.

Neste sentido, a força de trabalho transformada em mercadoria é assim demonstrada por Colmán e Pola (2009, p. 182):

A força de trabalho comprada será incorporada ao capital no processo de produção, valorizando o capital inicial, ou seja, produzindo a mais valia. A parte do capital que se transforma em salários é chamada de capital variável porque só a mercadoria força de trabalho produz um valor maior do que custa ao capitalista. A mais-valia parece ser uma simples consequência do processo de produção, mas é muito mais, é o motor de todo este processo, sem a mais-valia não haveria o processo nem relações de produção capitalistas. Todo o interesse do capital está concentrado nela. Por isso, no modo de produção capitalista, só é considerado produtivo o trabalho assalariado que, de uma maneira ou de outra, produz mais-valia.

Assim se caracteriza a sociabilidade capitalista, que tem como base a relação conflituosa e antagônica entre capital e trabalho, marcada a divisão entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que detêm somente sua força de trabalho, e, desta forma, somente possuem essa “mercadoria” para vender e subsistir.

O processo de trabalho, segundo Marx analisa, sob a ótica da forma de produzir no capitalismo, apresenta características específicas, voltadas especialmente à subsunção real do trabalho ao capital, à subordinação da força de trabalho ao capitalista, detentor dos meios de produção, aliado ao controle capitalista sobre o processo de trabalho do trabalhador, bem como sobre o uso das

matérias primas, ferramentas e maquinários, a fim de evitar possíveis prejuízos e desperdícios.

Tais fatores, segundo Marx, evidenciam a degradação do trabalho no modo de produção capitalista, na medida em que o capital retira do trabalho a função precípua de produzir objetos úteis à vida social, transformando a força de trabalho em mercadoria, que por sua vez servirá para a produção de outras mercadorias.

Assim, o trabalho migra de forma de realização humana para forma do homem sobreviver na sociedade, o que representa uma significativa mudança em sua estrutura, agora voltada à produção de valor, quando é instaurada a sociedade capitalista.

Marx (2013) trata na seção I de O capital – livro I, sobre o fetiche da mercadoria, descortinando as relações sociais presentes nos produtos com valor de uso e valor de troca comercial, clarificando que os mecanismos de constituição de riqueza, valor e mais valor, contidos em tais relações, são atravessados pelas relações sociais estabelecidas.

Para conhecimento da estrutura social é fundamental analisar as formas de exploração e subordinação exercidas pela classe capitalista à classe trabalhadora, bem como identificar suas configurações do trabalho atual, incidentes ela.

A importância, portanto, de desvelar a composição, desdobramentos e manifestações do capital se dá em função de não serem frutos de processos aleatórios ou naturais, mas sim de serem processos determinados histórica e materialmente.

Marx (2013) ainda no O capital – livro I, na seção VII, capítulo XXIII, estabelece uma definição de composição de capital formada por capital constante e capital variável, considerando que os diferentes fatores do processo de trabalho participam de diferentes modos na formação dos produtos.

O capital constante se caracteriza pelos meios de produção duradouros, tais como matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, sem alterar sua grandeza de valor no processo de produção. O capital constante tem como exemplos instalações, ferramentas, equipamentos e maquinários, que participam dos diversos ciclos produtivos. É composto também pela parte do capital circulante que engloba os meios de produção, que são transformados ou eliminados durante o processo de produção, como por exemplo combustíveis, energias e matérias-primas.

O capital variável é representado pela parte da compra da força de trabalho por um valor inferior ao criado durante o processo produtivo. É na sua transferência para um novo produto que força de trabalho cria mais-valor, que por sua vez passa a integrar a mercadoria produzida.

A lei absoluta do modo de produção capitalista está intrinsicamente ligada à criação de excedente, ou à produção de mais-valor. A demanda crescente por força de trabalho a ser explorada atua em equilíbrio da acumulação capitalista, com objetivo de concentração e centralização de capitais.

Segue empreendendo a discussão do aumento de produtividade no trabalho, ao tratar do “volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto durante um tempo dado” (Marx, 2013, p. 698), inferindo que a crescente incorporação da tecnologia aos meios de produção amplia a produtividade no trabalho, trazendo como reflexo deste processo a alteração da composição do capital, na qual há o aumento do percentual referente ao capital constante, em comparação ao capital variável. Todavia, este debate também é pertinente à esta obra de Marx, no capítulo XXIV, ao tratar da assim chamada acumulação primitiva e salientar as expropriações às quais os trabalhadores se veem submetidos.

Com isso, Marx (2013) elucida que o aumento da produtividade do trabalho se apresenta como consequência e requisito deste processo, uma vez que com a centralização do capital, menos trabalhadores e menos trabalho são necessários para movimentar “uma massa maior de maquinaria e matérias-primas” (p. 704).

O ambiente fabril do século XIX foi marcado pelo processo de modernização tecnológica, ocasionando um decréscimo expressivo de demanda por trabalho, caracterizando assim o que Marx chamou de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa.

O exército industrial de reserva estará disponível para produzir mais valor, de modo que numericamente expressivos, cumpram perante o capital a função de possibilitar que os salários daqueles trabalhadores empregados sejam mantidos em patamares baixos, a fim de que as taxas de lucro não diminuam e, por consequência, não haja prejuízo ao crescente processo de acumulação.

Ao tratar das formas de existência da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, Marx descreve três formas: flutuante, latente e estagnada.

Quanto à forma flutuante, é caracterizada pelo fluxo contínuo de atração e repulsão dos trabalhadores requisitados para atuar nas indústrias modernas – fábricas, manufaturas, fundições e minas.

A forma latente diz respeito à disponibilidade constante de trabalhadores do campo, a partir de sua proletarização, decorrente do avanço da agricultura, nos moldes capitalista, que acabou por gerar uma superpopulação no próprio campo, além do fluxo migratório para os centros urbanos, em busca de melhores salários e condições dignas de sobrevivência.

A forma estagnada é composta pelo segmento ativo de trabalhadores cuja ocupação está relacionada às ocupações mais irregulares, como o trabalho ocasional, intermitente, domiciliar, dentre outras formas.

Além das formas elencadas por Marx para caracterizar o exército industrial de reserva, o autor acrescenta mais uma camada, ainda mais vulnerável - o pauperismo, subdividida pelo autor em três categorias: aptos a trabalhar; órfãos e filhos de indigentes (estes candidatos possíveis a integrar o exército industrial de reserva); e por último os “degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho” (Marx, 2013, p. 719).

Marx elaborou tendências gerais do capitalismo, considerando o período em que viveu, algumas se confirmaram outras não. Ao longo da história, o capitalismo apresenta momentos de expansão, momentos de estagnação e momentos de crises, em um movimento cíclico e em busca de atualizações das formas de se manter e ampliar. A importante obra de Marx contribui para enxergarmos com mais clareza os movimentos sociais, econômicos e políticos de nosso tempo, estabelecendo as devidas mediações. Com raras exceções, a classe trabalhadora teve acesso à riqueza socialmente produzida somente para reproduzir-se material e socialmente, quando essa possibilidade não lhe é negada.

2.1.1.

Mecanismos capitalistas de precarização do trabalho

Feitas algumas considerações, sobre a concepção clássica de trabalho em Marx, é pertinente para esta tese recuperar a noção de expropriação desenvolvida

por Marx e atualizada por Fontes (2020), bem como o conceito de superexploração elaborado por Marini (2022) sobre a realidade latino-americana.

Fontes (2010), ao discorrer sobre a chamada acumulação primitiva, estabelece conexões importantes com a análise das expressões atuais de precarização, da vida e do trabalho. Tais expressões se abatem sobre todo conjunto da classe trabalhadora e, logicamente, sobre o trabalho de assistentes sociais, em diferentes áreas de atuação profissional.

Inicialmente Fontes (2010) já nos chama atenção para o fato de que Marx (1985) trata a acumulação primitiva no capítulo XXIV como A assim chamada acumulação primitiva, visto que ao fazer a crítica da economia política clássica, asseverava que não houve uma acumulação primitiva, da forma como era até então explicada pelos economistas políticos clássicos.

Marx, buscava apreender dos vários movimentos históricos que parecem aleatórios, as suas determinações principais, que constituíram a implantação do capitalismo.

A narrativa dos economistas políticos clássicos ⁴apontava no sentido de que no estabelecimento do modo de produção capitalista, uma parcela maior da população não se ocupou de trabalhar e juntar algum recurso financeiro a fim de que pudesse acumular dinheiro e adquirir suas propriedades privadas. Em outra ponta, figurava a menor parcela da população, caracterizada por esses economistas políticos como pessoas que trabalharam mais que as outras e por essa razão conseguiram amealhar recursos e prestavam então um favor aos demais de lhes oferecer emprego. Praticamente se tratava de caracterizar dois grupos – vagabundos e preguiçosos e trabalhadores dedicados, sérios e laboriosos.

Da forma como a questão era exposta, responsabilizava-se os trabalhadores pela expropriação que sofreram, de suas terras e meios de produção (ferramentas e animais necessários às suas subsistências), como se estivessem pagando um preço pelo ato de preguiça, que lhes impediu de juntar algum recurso financeiro, na fase inicial do estabelecimento do modo de produção capitalista, quase como se tivesse

⁴ Conforme Wellen, H. (2020), dos seus primeiros estudos e publicações sobre filosofia, até seus últimos textos econômicos, a trajetória de Marx se apresentou a partir de várias conexões e embates teóricos, metodológicos e políticos. Tal processo de críticas, na maior parte das vezes, assumia um tom severo e contestador e, com menos frequência, demonstrava certa admiração intelectual, apesar da sustentação da crítica. No campo da economia política podem-se inferir exemplos relativos a Hegel, Adam Smith e David Ricardo. Para aprofundar este assunto, recomendamos Netto, J. P. Karl Marx: uma bibliografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

cometido um pecado capital e estivessem sendo punidos com a exploração de seu trabalho.

Assim, Marx refuta as explicações feitas pelos economistas políticos clássicos acerca da chamada acumulação primitiva. Fontes concorda com Marx e acrescenta que, se houve algo parecido, trata-se de um processo histórico de separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, constituindo-se assim o núcleo central da sociedade capitalista.

Portanto, é a partir desta separação que essa determinação fundamental viabiliza a constituição do capitalismo, na medida em que somente a partir dela é possível extrair sobretrabalho na forma de mais-valor ou mais-valia dos trabalhadores.

De acordo com a linha desenvolvida por Fontes para tratar sobre a assim chamada acumulação primitiva, lembra que Marx reitera que dinheiro e mercadoria só se tornam capital em determinadas circunstâncias sociais – circunstâncias essas que se dão quando os possuidores de dinheiro e de meios de produção podem se defrontar contra trabalhadores pretensamente livres, pois estes não têm condições de prover sua própria existência.

Assim, é demonstrado por Marx em seu capítulo XXIV de O Capital a forma brutal como o proletariado foi constituído, a partir da expropriação, ocorrida com uso de violência, apartando o trabalhador direto dos seus meios de vida (terra, instrumentos, água), enfim, de tudo aquilo que pode garantir sua subsistência na condição de ser social.

Fontes (2017) retoma que somente na sociedade capitalista os seres sociais, em sua maioria, são convertidos genericamente em trabalhadores, dado à necessidade premente de venda de sua força de trabalho para sobreviver, o que constitui a base do capitalismo. A autora contextualiza que tal processo tem origem na expropriação massiva de terras camponesas a partir do século XV e nos “cercamentos parlamentares” realizados no século XVIII na Inglaterra, que previam a extinção da propriedade camponesa por meio de decretos.

Tal processo é descrito por Fontes (2017) como expropriações primárias e atualiza tal conceito como expropriações secundárias, ao tratar das incidências de expropriações parlamentares que se seguem no contexto atual, em nível mundial, reatualizadas. Em grande parte, esta reatualização se inscreve no atual estágio do capitalismo e nas novas formas de gestão do trabalho, das relações de emprego, do

trabalho intermitente e por peças, que intensificam as expropriações secundárias em diversas formas. Contudo, Fontes (2017) opta por deter-se nesta obra na expropriação secundária dos contratos de trabalho e a degradação de direitos e proteções referentes ao trabalho, no bojo da discussão de uma pretensa noção de superabilidade do trabalho no capitalismo atual.

Desta forma, atualmente os processos de expropriação primária não foram eliminados, ao contrário, fazem parte do capitalismo. A diferença do estágio atual é que a maioria da classe trabalhadora já não possui mais os seus meios de trabalho, mas ao longo dos anos alguns direitos foram conquistados. É o ataque a esses direitos, que Fontes (2017) chamou de expropriação secundária.

Fontes (2017) destaca que a noção de superabilidade do trabalho no capitalismo tem múltiplas matrizes, que tendem a aparecer superpostas e imbrincadas, sendo uma delas o aumento das expropriações e da massa de trabalhadores disponíveis, intensificando a concorrência entre trabalhadores, estimulada e aproveitada pelo empresariado. O aumento da massa de trabalhadores envolveu tanto uma redução de valor da força de trabalho, quanto a redução do seu poder de barganha.

Sobre o aspecto da precarização da força de trabalho, chamo atenção para a discussão de Fontes (2017) quanto ao novo papel do Estado capitalista. Os Estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho empregada, ampliando a contenção da massa de trabalhadores desempregados (crescente), preparando-os para a subordinação direta ao capital. Um exemplo recente no Brasil diz respeito ao Novo Ensino Médio.

Outro aspecto relevante sobre o papel do Estado se refere ao crescimento da violência estatal é um dos aspectos mais relevantes neste sentido, seguido pela redução dos recursos disponíveis para o Estado. Neste sentido, trata da redução de recursos do Estado ligados ao assalariamento, seja pela evasão fiscal empresarial, sob múltiplos formatos; de outro lado, pelo aumento do apetite implacável do capital captando recursos públicos para sua expansão internacional e/ou em momentos de crise. Estado mínimo na perspectiva liberal propagada pelos capitalistas consiste em negar os direitos da classe trabalhadora, enquanto os recursos sociais são transferidos, para os detentores do capital, a exemplo dos recursos financeiros passados do Estado para os grandes bancos durante a pandemia de Covid-19.

Fontes (2017) destaca do predomínio dos Estados Unidos da América (EUA) na formatação dessas novas práticas, como não sendo desprezível, embora não se deva esquecer o papel das classes dominantes dos demais países que aderiram vivamente a elas por também partilharem interesses internacionais, pelos efeitos benéficos que extraem desse disciplinamento dos trabalhadores ou, ainda, pelo uso dos recursos públicos para amortecer crises ou se expandir.

Permanentemente são postos em prática procedimentos empresariais e/ou políticos para bloquear a emergência das tensões geradas por essas contradições inerentes à relação entre capital e trabalho, como por exemplo o não reconhecimento do trabalhador quanto ao produto do seu trabalho.

Também o estímulo ao empreendedorismo, como apagamento jurídico fictício da relação real de subordinação do trabalho ao capital, que se apresenta numa pretensa igualdade entre capitalistas, sendo um deles “mero ‘proprietário’ de sua própria força de trabalho” (Fontes, 2017, p. 50).

Fontes (2017) chama atenção para a relevante questão do trabalhador e a tecnologia. Reflete que a tecnologia é fruto do trabalho humano, coletivo e cristalizado em máquinas de inúmeros tipos – mecânicas, eletrônicas, digitais – e processos. Apesar disso a tecnologia costuma ser apresentada como algo “externo” à humanidade, como se a partir da tecnologia em si fossem engendradas revoluções na vida social. A tecnologia se torna assim uma ameaça de desemprego / fim do trabalho na vida social, o que não é real, uma vez que a tecnologia em si não ameaça o emprego, mas o seu uso pelos capitalistas sim. Isso tem ocorrido desde o início desse modo de produção na Inglaterra.

Quanto à questão do “Direito ao Trabalho” e do “pleno emprego”, a autora reflete que nunca houve, em nenhuma sociedade capitalista, o direito ao trabalho, nunca houve opção ou liberdade efetiva de escolha.

Na atualidade, explorando intensamente as contradições experimentadas pelos trabalhadores nas suas relações de emprego, está em curso um processo de subordinação direta – sem a mediação do emprego e do contrato – dos trabalhadores às mais variadas formas de capital, com a retração crescente de direitos. Fontes (2017) usa a UBER como exemplo deste processo.

Neste sentido, destaca que essas iniciativas, de trabalho plataformizado, não acabam com o trabalho, mas aceleram a transformação da relação empregatícia

(com direitos) em trabalho isolado e diretamente subordinado ao capital, sem a mediação contratual e desprovidos de direitos.

Lançando mão do exemplo da empresa UBER, ela não é proprietária direta das ferramentas e meios de produção (o automóvel e o celular), mas controla ferreamente a propriedade da capacidade de agenciar, de tornar viável a junção entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor, sem a intermediação de um “emprego”.

Fontes (2017) nos atenta para o papel das entidades empresariais sem fins lucrativos na expropriação de direitos de massas crescentes de trabalhadores, como um dos aspectos que deve ser considerado nesta discussão.

Os variados tipos de terceirização da contratação de trabalhadores objetivam claramente degradar a legislação em defesa dos trabalhadores, assegurando um distanciamento crescente entre empregador direto e o proprietário dos recursos sociais de produção (a grande empresa contratante das empresas fornecedoras de força de trabalho). Os cercamentos parlamentares (mecanismos de Estado) estão em plena atividade.

Gradativamente, uma parcela dessas entidades passou a substituir atividades públicas (na assistência social) e consolidou uma atuação mercantil-filantrópica. De um lado, vendia projetos a financiadores (privados e públicos), que asseguravam a manutenção das entidades e sua própria subsistência. De outro lado, convertia-se em forma de expropriação de direitos em diversos níveis.

Essa prática resultava na redução de políticas universais, ao defenderem intervenções pontuais, quase cirúrgicas, em situações dramáticas (fome, abrigo, algumas doenças). Assim o papel do Estado se coloca ao lado das entidades empresariais, como agenciador e se coloca como controlador, através da violência e do convencimento, dessa massa de trabalhadores, assegurando sua disponibilidade e docilidade para as formas de sujeição ao capital, desprovidas de direitos.

O panorama traçado dá contornos à precarização do trabalho como um processo global, mas a proposta desta tese é nos determos na realidade brasileira e, mais especificamente, nas incidências desta precarização sobre o Serviço Social, aspecto sob o qual avançaremos posteriormente.

Neste sentido, Raichelis (2018) ressalta que a reestruturação produtiva do capital e as estratégias neoliberais para o enfrentamento das crises que se

aprofundam há pelo menos quatro décadas no mundo e no Brasil. Essas crises vêm provocando a corrosão persistente e ampliada do trabalho contratado e regulamentado com base na matriz taylorista-fordista, dominante no século XX sendo substituída pelas mais diversas formas de flexibilização do trabalho, inspiradas pelo Toyotismo ou modelo japonês, com vistas a ampliar os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor (Antunes e Druck, 2014).

Como consequência, aprofunda-se a tendência do capital de redução do número de trabalhadores contratados, gerando economia do trabalho vivo, potencializada pela incorporação em larga escala de tecnologias poupadoras da força de trabalho. Com isso há a ampliação do desemprego estrutural, além da precarização e deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido, que se agravam ainda mais considerando recortes de gênero, geração, raça e etnia, com profundas mudanças nas formas de ser da classe trabalhadora, com impactos na materialidade e na subjetividade individual e coletiva.

Quanto ao mercado de trabalho do Serviço Social, ampliam-se os processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais (pejotização e uberização) por parte de empresas de serviços ou assessoria, de organizações não governamentais, de falsas cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, configurando-se o trabalho profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais.

Nas instituições de aparelho de Estado ampliam-se as parcerias público-privadas em diferentes modalidades e áreas das políticas sociais. Paralelamente, ocorrem importantes deslocamentos nos modos de gestão e contratação de trabalhadores/as por meio da terceirização de serviços públicos através de empresas ou instituições intermediadoras, legalizadas pela Lei da Terceirização (Lei 13.429/2017) – notem que se dá após o golpe de Estado contra a então presidenta Dilma Rousseff e durante o governo de Michel Temer – período de ataques aos direitos e contrarreformas significativas.

A nova morfologia do trabalho de assistentes sociais pode ser observada nas políticas de habitação, saúde, assistência social entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratados, terceirizados experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a

insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida.

Para além destes fatores, destaca-se a produção de Linhart (2014, p. 45) que aborda a precariedade subjetiva, referindo-se aos assalariados com empregos estáveis, com contratos por tempo indeterminado, não só trabalhadores de empresas privadas, mas também os funcionários públicos, são afetados pelo “sentimento de precariedade quando são confrontados com exigências cada vez maiores no trabalho e estão permanentemente preocupados com a ideia de nem sempre estar em condições de responder a elas”.

Essa forma de subjetivação do trabalho desencadeia na classe trabalhadora o sentimento de jamais estar protegido de uma perda repentina de emprego, ainda mais na conjuntura atual de aumento do desemprego e cortes nos salários e direitos, vindo a se somar à precariedade objetiva enquanto estratégias de gestão e controle do trabalho. Desta maneira, entre incidências de precarização que se dão na ordem material, objetiva, concreta e nas que se dão no campo subjetivo, se faz necessário refletir e dialogar com a categoria profissional tais incidências sobre o Serviço Social na contemporaneidade.

Para melhor compreensão da precarização do trabalho, nesta conjuntura, é preciso retomar o conceito de superexploração, em sua vinculação com a formação social brasileira e como aparece ainda nos tempos atuais, observado em novas manifestações fenomênicas ligadas ao trabalho.

Para Marini (2011, p. 149), o conceito de superexploração da força de trabalho na realidade latino-americana, desenvolvido na década de 1960, se constituía em três mecanismos: 1) a intensificação do trabalho; 2) a prolongação da jornada de trabalho; 3) a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Segue sua reflexão considerando que tanto a intensificação, quanto o prolongamento da jornada de trabalho, geram mais valor decorrente do trabalho executado, porém o desgaste da força de trabalho não é repostado comprometendo o seu tempo de vida. A produção de riqueza resultante desses processos, em parte fica retida pela burguesia local e outra é drenada para o capital estrangeiro.

Silva (2020, p. 130) faz uma reflexão necessária sobre o tema ao abordar o crescimento do exército industrial de reserva com a estratégia de sujeição da massa

trabalhadora empregada a salários cada vez mais reduzidos. Utiliza o cruzamento de dados de salário-mínimo nacional, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O salário-mínimo deveria atender às necessidades de alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência da classe trabalhadora. Em 2018 a relação era de R\$ 3.960,57 necessários para um salário-mínimo nacional de R\$ 954,00. Atualizando os números para 2022, o salário-mínimo nacional foi de R\$ 1.212,00 e o salário-mínimo necessário foi de R\$ 6.647,63. Portanto, no ano de 2022 o salário-mínimo nominal representou apenas 18,23% frente ao salário-mínimo necessário. Tal constatação é apenas um dos elementos que corroboram a precarização e a superexploração da força de trabalho em território nacional, tais como o aumento do desemprego, da insegurança alimentar, da falta de acesso à saúde, habitação, educação, lazer e cultura em níveis mínimos e dignos.

Se pensarmos nos dias atuais, se dá os níveis de exploração com o uso de recursos tecnológicos para a compressão espaço temporal, intensificação, controle e expropriação da força de trabalho, certamente esse conceito pode ser recuperado a partir da inclusão de novos elementos que alcançam altíssimos níveis de exploração e subordinação, do trabalhador e no seu extremo pode chegar ao trabalho escravo contemporâneo, totalmente destituído de direitos, incluindo o de ir e vir como analisa Soares (2022, p. 206), conforme explicita:

Conforme a nossa abordagem em relação à escravidão contemporânea, identificamos que a superexploração da força de trabalho se expressa, de forma cristalina, nas condições degradantes de trabalho e nas jornadas exaustivas, que consomem o fundo de vida do/a trabalhador/a, mesmo alcançando remuneração equivalente aos meios necessários à reprodução de sua força de trabalho. Os/as trabalhadores/as submetidos/as à escravidão contemporânea, frequentemente não conseguem se recuperar do desgaste físico-psíquico, porque quando têm direito ao descanso nem sempre é possível ocorrer a sua regeneração de forma adequada, uma vez que a maioria vivencia condições precárias de alojamento, que podem acarretar impactos irreversíveis físicos e psicológicos em suas vidas.

2.1.2.

Crise da década de 1970 no cenário internacional: neoliberalismo e reestruturação produtiva

Conforme mencionado na seção anterior, a sociedade capitalista não é estável sob os aspectos econômicos e sociais, a sua essência é geradora de crise, uma vez

que o modo de produção e reprodução social são excludentes, muitos segmentos da classe trabalhadora não acessam os bens socialmente produzidos.

Depois do término da Segunda Guerra Mundial ocorreu um período de relativa prosperidade econômica, que caracterizou a chamada Era de Ouro do capitalismo, período compreendido entre 1945 e início de 1970, em determinados países do capitalismo central; portanto, essa experiência não foi universal, tampouco homogênea.

Nessa fase, foram observados nos países centrais o norteamento do mercado de trabalho por contratos por prazo indeterminado, salários crescentes e melhores condições de trabalho. Este cenário não foi regra na maioria das nações, mas de maneira geral, o emprego com previsão de direitos também crescia, na fase dos anos dourados do capitalismo, o chamado pleno emprego, ou seja, nas situações em que as taxas de desemprego não superam 5% da população, os países centrais difundiam dados truncados, na medida em que não contabilizavam os imigrantes que viviam nestes países, sem direitos associados ao trabalho, tampouco contabilizar os trabalhadores de outros países atingidos pelo avanço imperialistas dos capitais dessas metrópoles, por meio das precárias condições de trabalho, impostas pelas empresas imperialistas ao chamado 3º Mundo.

De toda forma, esse período de expansão não durou muito e uma série de fatores conduziu a importantes transformações relativas às formas de gestão do trabalho em escala global (Fontes, 2017; Filgueiras, 2021).

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, a necessidade de criação de um mercado consumidor de massa para a realização do ciclo de produção e circulação do capital somada às resistências da classe e da ameaça do socialismo, conformaram um contexto no qual não era mais possível ignorar as demandas sociais, desse modo o liberalismo clássico não atenderia às necessidades da relação capital-trabalho. Por um lado, os capitalistas necessitavam da produção e expansão do mercado consumidor, por outro os trabalhadores necessitavam do acesso aos bens e serviços sociais. Não por acaso o chamado Keynesianismo-Fordismo se tornou uma inspiração para os países considerados de capitalismo central. Sob o aspecto dos ciclos do capital, esse período que data de 1945 até a década de 1970,

foi considerado um período de expansão capitalista, sendo interrompido por uma crise de superacumulação.⁵

Conforme Lanza e Duriguetto (2024, p. 28):

Na fase do capitalismo monopolista, a valorização do capital se materializou na consolidação de um novo padrão de acumulação – sustentado no binômio taylorismo-fordismo – e de um novo regime de regulação social – amparado no desenvolvimento dos modelos chamados Estados de Bem-Estar. Esse binômio passa a configurar a dinâmica econômica e sociopolítica nos países centrais do segundo pós-guerra. No início da década de 1970, o declínio do crescimento econômico, a queda das taxas de lucro e o desemprego foram indícios da saturação daquele padrão de acumulação e regime de regulação.

A crise que eclodiu no final da década de 1960 e início da década de 1970 na Europa e EUA, apresentou algumas características específicas, identificadas pela queda da taxa de lucro, que ocorreu, dentre outros fatores, pela elevação do preço da força de trabalho e pelo avanço das lutas sociais. Antunes (2007) destaca que o capital atribuiu tal cenário a 1) às conquistas do movimento sindical, como geradoras da elevação dos gastos públicos com as garantias sociais e a queda das taxas de lucro às suas demandas salariais; 2) ao esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção decorrente da retração dos níveis de consumo, produto do desemprego estrutural que se iniciava naquele contexto; 3) à hegemonia do capital financeiro e dos mecanismos especulativos de acumulação; e por fim 4) com relação à maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas (Antunes, 2007, p. 29-30).

No Brasil, um país latino-americano de inserção capitalista periférica, com traços coloniais, não alcançou os patamares de desenvolvimento das forças produtivas nos mesmos níveis dos países europeus e norte americano, portanto, não atingiu um mercado de produção em massa, tampouco foram criadas condições para consumo de massa. Ao que se refere às políticas sociais públicas, também não é possível afirmar houve uma ampla cobertura estatal universal. Mas alguns direitos

⁵ De acordo com Harvey (1992) as crises capitalistas tendem a produzir fases periódicas de superacumulação. O autor define superacumulação como “[...] uma condição em que podem existir ao mesmo tempo capital ocioso e trabalho ocioso, sem nenhum modo aparente de unirem esses recursos para o atingimento de tarefas socialmente úteis. Uma condição generalizada de superacumulação seria indicada por capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital-dinheiro (talvez mantido como entesouramento) e grande desemprego. As condições que prevaleciam nos anos 30 e que surgiram periodicamente desde 1973 têm de ser consideradas manifestações típicas da tendência de superacumulação” (Harvey, 2016, p. 170).

sociais ao longo do desenvolvimento capitalista nacional foram instaurados, entre eles os direitos trabalhistas e mais tarde quando a crise eclode no cenário internacional, havia no Brasil o reconhecimento legal de alguns direitos fundamentais, com a implantação da constituição Federal de 1988, entre eles os que se referem as políticas de saúde, previdência e assistência social.

Não é objeto desta tese desenvolver profundamente o processo de conquista de direitos no Brasil, tendo em vista que autores especialistas no tema já tenham realizado esse debate com qualidade. Contudo, a importância de resgatar essa informação se dá por alguns motivos: 1) a necessidade de expor que a crise de 1970 nos países centrais afetou o Brasil no processo de avanço de direitos sociais; 2) demonstrar que apesar do Brasil não ser um modelo de proteção social, a população tinha o que perder diante das mudanças impostas pelos países líderes no cenário internacional, dirigidas por organismos internacionais como FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), Banco Mundial e OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Voltando ao contexto de enfrentamento da crise por parte do capital, destaca-se dois eixos fundamentais de ação para a manutenção de restauração do poder classe: neoliberalismo e reestruturação produtiva, ambos impactam as relações sociais política e culturalmente (Harvey, 2008).

Os mecanismos utilizados se intensificaram globalmente e desencadearam uma série de medidas bárbaras que afetaram a vida dos povos, em todo o mundo, com incidências ainda mais graves nos países de capitalismo menos desenvolvido e dependente.

Conforme Antunes (2007), a crise do fordismo configurava a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo, que exprimia tanto a crise estrutural do capital (destacada pela tendência decrescente da taxa de lucros), quanto o caráter incontrolável do metabolismo social do capital. Neste sentido, o autor infere sobre o neoliberalismo:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (Antunes, 2007, p. 31).

O neoliberalismo consiste em um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio universal da concorrência. Neste sentido, a relação estabelecida entre o neoliberalismo e o capitalismo reside no fato de que “o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida” (Dardot e Laval, 2016, p. 17).

Para além do conjunto de medidas, que atua como uma espécie de receituário financeiro para adequação das sociedades mundiais à produção e reprodução social, econômica e política, buscamos aqui destacar o ponto de vista de Dardot e Laval (2016) sobre o neoliberalismo, o concebendo como uma racionalidade atual do capitalismo que não tem poupado a vida humana e os recursos naturais, necessários à vida no planeta.

Compreender o neoliberalismo como racionalidade implica em enxergá-lo não meramente como ideologia ou política econômica, mas preliminarmente como forma de estruturação e organização de governos e sociedades.

Trata-se, pois, do neoliberalismo como uma forma de norma de vida nas sociedades capitalistas. Tal norma nos impõe um modo de viver, considerado o normal ou padrão a ser atingido, que implica em

[...] vivermos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (Dardot e Laval, 2016, p. 16).

Os autores refletem que desde a década de 1980 o neoliberalismo rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas em nível mundial, mas também remodela a subjetividade e transforma as relações sociais. Neste sentido, destacam as dimensões complementares dessa racionalidade, ou como definem, dessa nova razão do mundo.

As dimensões complementares a que Dardot e Laval (2016) se referem dizem respeito ao aspecto político, na medida em que há uma conquista de poder pelas forças neoliberais; ao aspecto econômico, ao se referirem ao crescimento do capitalismo financeiro globalizado; ao aspecto social, expresso pela individualização das relações sociais em detrimento das solidariedades coletivas e

a polarização extrema entre ricos e pobres; e finalmente ao aspecto subjetivo, ao se referirem ao surgimento de um novo sujeito e do desenvolvimento de novas patologias psíquicas.

É possível perceber as elaborações teóricas dos autores presentes no cotidiano das relações sociais. Sob o aspecto social, a questão da forma de gerir o trabalho sob bases cada vez mais individualizadas, acirra a competitividade e mina os traços de sociabilidade da classe trabalhadora, dificultando sua organização para reivindicações de melhores condições de vida e trabalho.

Quanto ao aspecto subjetivo, descrito pelos autores, a racionalidade neoliberal se expressa na construção de novos sujeitos, que ressignificam todas as relações sociais, incluindo as que se referem à vida privada, isso não significa dizer que as mudanças sejam favoráveis aos trabalhadores, o consenso alcançado nesses processos fez com que muitos trabalhadores defendessem os projetos burgueses como se fossem seus.

No bojo do ideário neoliberal se processam as medidas relativas à chamada reestruturação produtiva, com objetivo de retomada do projeto de hegemonia do capital, abalado pelo confronto com as forças relacionadas ao trabalho, que questionavam as bases da sociedade do capital e seus mecanismos de controle social (Antunes e Druck, 2014).

Por reestruturação produtiva se compreende a série de processos de transformações no âmbito das indústrias e organizações em geral. Tais processos são caracterizados, fundamentalmente, pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, decorrentes da acumulação flexível e das novas tecnologias do que se convencionou chamar de Terceira Revolução Industrial.

Lanza e Duriguetto (2024) destacam a crise do padrão de acumulação fordista-taylorista, sobretudo após a década de 1970, como um período de acentuação da submissão do trabalho ao capital, com sérias infrações ao proletariado fabril, industrial, manual e especializado. Trata-se do tempo voltado à acumulação flexível.

Com a ruptura dos pilares fordistas, de acordo com as elaborações de Harvey (2016), a acumulação flexível impõe rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, entre setores e regiões geográficas, possibilitando a criação de empregos no setor recém-criado – o de serviços, assim como o

estabelecimento industrial em regiões subdesenvolvidas, para com isso baixar os custos de produção e aumentar os lucros.

Harvey (2016, p. 140) caracterizou a acumulação flexível da seguinte forma:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...].

Os Estados Unidos impulsionaram tais mudanças ao quebrar unilateralmente o acordo de Breton Woods⁶, como reação à sua perda de competitividade internacional. De acordo com Filgueiras (2021), tal medida representou um pontapé para a liberalização financeira e emergência de nova dinâmica dos fluxos de capital financeiro mundialmente.

É certo que a ordem capitalista norte americana e o padrão de acumulação contemporâneo (desde a crise dos anos de 1970) apresentaram como alternativas medidas materializadas pela agenda neoliberal, por meio de suas políticas e ações de ajustes, baseadas em três grandes processos – liberalização, desregulamentação e privatização. Seus efeitos combinados buscaram viabilizar a criação e aprofundamento de espaços de valorização destinados a uma massa de capital superacumulado que havia sido produzida em excesso, dando forma ao que

⁶ De acordo com Barreto (2009), o panorama do sistema financeiro em 1944, ano de celebração do Acordo de Breton Woods, era de esfacelamento, estando as maiores potências mundiais ainda em guerra. A chamada Grande Depressão de 1929 levou essas grandes potências mundiais a rediscutirem a arquitetura financeira mundial, considerando o panorama de diminuição drástica de produção, comércio e empregos. Assim, 44 países, inclusive o Brasil, participaram do acordo, no qual foi definido que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda “congelada” ao dólar, com margem de variação de 1%. Já a moeda americana ficaria ligada ao valor do ouro, em base fixa. Além disso, foram criadas instituições multilaterais encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro e garantir a liquidez na economia: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Barreto (2009) analisa que “Esse sistema liberal, que primava pelo mercado e pelo livre fluxo de comércio e capitais, foi a base para o maior ciclo de crescimento da história do capitalismo. Com sua moeda regendo o mundo e supremacia nos setores industrial, tecnológico e militar, um país foi o grande vencedor: os Estados Unidos [...] Um dos pilares de Breton Woods, a conversibilidade dólar-ouro foi posta abaixo pelo presidente Richard Nixon em 1971, diante da grande demanda mundial por ouro. Na medida em que o capitalismo se desenvolvia, a moeda dos Estados Unidos tornou-se o dinheiro hegemônico nas reservas mundiais e a referência de todo sistema financeiro mundial”.

Chesnais (2005, p. 20) caracterizou como mundialização do capital, conforme o autor define:

Compreendido como um regime institucional internacional específico, tanto econômico quanto político, a mundialização capitalista da era neoliberal entrou em uma nova fase. Nas duas últimas décadas do século XX, as firmas multinacionais (FMN), os grandes bancos e os fundos de investimento dos países da Tríade foram os principais beneficiados, para não dizer exclusivos. Mas nos anos 2000, assiste-se a um deslocamento cujo alcance e consequências devem chamar agora a atenção dos pesquisadores críticos. Doravante é na condição de capital concentrado, em qualquer lugar onde ele se forma ou se consolida, que as instituições do regime liberalizado, desregulamentado e privatizado operam. O papel desempenhado pelos Estados Unidos na expansão do processo de liberalização e de privatização no mundo e o lugar que ocupam na configuração da mundialização capitalista tiveram como consequência a criação de um efeito óptico deformante, encorajando os pesquisadores a enxergar a mundialização como, antes de tudo, a projeção sistêmica da hegemonia norte-americana. Ainda é esse, amplamente, o caso [...] permanece centrado na posição e papel dos Estados Unidos, ainda que destacando o papel ativo do capital europeu como importante beneficiário da mundialização”.

Neste sentido, foram adotadas medidas de caráter neoliberal a fim de colocar respostas à crise, nos âmbitos econômico, político, ideológico e militar, tendo sido estabelecido um novo padrão de acumulação, centrado na financeirização, apresentando-se assim um aumento da proporção do capital fictício e especulativo, constituindo um traço particular deste período.

Sobre este tema, da liberalização financeira e emergência de nova dinâmica dos fluxos de capital financeiro, Druck (1999) analisa que a reestruturação produtiva traz consigo transformações das políticas de gestão e de organização do trabalho, que se processam no contexto de globalização, de crise global do fordismo e de generalização do Toyotismo. Desta forma, a autora ressalta que no final do século XX foi possível constatar que ocorreu uma radicalização dos processos de concentração e centralização de capitais, com o crescimento dos oligopólios⁷; com os processos de fusão e incorporação das empresas intensificados, além da difusão das micro, pequenas e médias empresas, formando redes de subcontratação, que configurou a terceirização (Druck, 1999, p. 271). Tais temas e vinculações serão explorados a seguir, assim como questões conceituais sobre precariedade e

⁷ Bueno (2024) conceitua oligopólio como “...conceito importante na economia, caracterizado pela existência de poucas empresas que dominam determinado setor do mercado e controlam os seus preços e condições. Esse modelo possui dois tipos: concentrado, quando poucas empresas detêm quase a totalidade do campo, ou competitivo, quando há algum nível de concorrência entre os participantes – apesar de ainda ser centralizado”.

precarização, para embasamento das análises posteriores quanto às expressões fenomênicas da precarização no contexto temporal desta tese.

As diferentes formas de expropriação, tanto primária quanto secundária, tem sido mecanismos do capital para a manutenção da sua existência diante das crises e a precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores, acirrada na América Latina pela superexploração do trabalho, a consequência desumana desse processo.

O neoliberalismo nesse contexto funciona como modelo de gestão da política, da economia, da cultura e do Estado, que atravessa toda sociedade e pavimenta os caminhos da precarização, inclusive legitimando retrocessos de direitos, como se passou com a reforma de previdência e trabalhista.

2.2.

Precarização das relações de trabalho: estratégia fundamental de dominação da classe trabalhadora em nível mundial

2.2.1.

Precariedade e precarização – questões conceituais

Analisar as expressões fenomênicas sobre o trabalho de assistentes sociais, no contexto de 2020-2023, exige examinar as aceleradas transformações sobre a gestão do trabalho, levando em consideração aspectos que se dão globalmente, contudo, guardando as especificidades de comportamento nos países de capitalismo central e dependente.

Outra exigência relativa ao processo de pesquisa, para elaboração desta tese, diz respeito ao debate conceitual da categoria central – precarização. Com esse objetivo, buscou-se referências, aporte teórico e diálogo com diferentes autoras e autores críticos do sistema capitalista, tais como Alves (2007), Barbosa (2023) e Druck (2013, 2023).

Ao recorrermos à definição semântica da palavra precarização, nos dicionários de língua portuguesa, nos deparamos com as explicações que versam sobre o processo de tornar algo precário, dotado de precariedade, e o precário por sua vez adjetiva algo ou o estado de péssimas condições, que não alcança seu propósito, escasso, insuficiente, inseguro, frágil, débil, dentre outras afirmações nesta linha.

Conforme nos elucida Druck (2023), embora compartilhem a mesma raiz etimológica, os termos precarização e precariedade têm significados diferentes, guardando relação entre si.

A precarização é definida pela autora como um processo social, movimento que se desenvolve historicamente e que provoca uma situação de regressão social, situada no tempo presente. Assim, reconfigura o velho, apesar de o manter e introduzir novos elementos.

Druck (2023), em relação à precariedade, a caracteriza como estrutural no capitalismo, desde os seus primórdios, contudo suas formas sócio-históricas se alteram, redefinem e reconfiguram, indicando processos qualitativamente diferentes de precarização do trabalho.

Portanto, a precarização representa a metamorfose da precariedade, ainda que presente desde as origens do capitalismo, assume contornos diversos, a depender da consequência dos processos históricos, que são marcados por diferentes padrões de desenvolvimento e pelas lutas dos trabalhadores. Trata-se de um fenômeno histórico, portanto, não se pode atribuir ao trabalhador de qualquer área, a exclusiva responsabilidade pelas suas condições de trabalho, vínculo empregatício e níveis salariais, essas realidades decorrem do movimento contraditório da sociedade a que pertencem. Neste sentido, a precarização das trabalhadoras assistentes sociais não deve se limitar a questões endógenas à profissão.

Barbosa (2023) fez esse mesmo caminho ao realizar a crítica à precariedade, refletindo que para além do vocábulo de raiz da língua latina como *precarius*, no âmbito das Ciências Sociais particularmente, o sentido da precariedade costuma referir-se à insegurança e instabilidade das condições de vida e trabalho no capitalismo, a partir dos anos de 1970. A autora esclarece, ainda que essa instabilidade e incerteza social não é uma questão nova no capitalismo, mas sim que constitui a natureza social do modo de produção capitalista, ainda que desde 1970 apresente mudanças qualitativas em razão do acirramento das contradições internas provocadoras de limites à valorização do valor⁸, impelindo a barbarização da vida.

⁸ De modo bastante sintético, o conceito marxista de valorização do valor pode ser caracterizado como processo contínuo do capitalismo, por busca de mais valia e mais lucratividade, missão precípua deste modo de produção, priorizando-se o valor de troca das mercadorias em detrimento do seu valor de uso.

Alves (2007), a partir das publicações de Marx de 1847, considera a precariedade e a precarização como sendo atributos ontológicos das individualidades sociais que se constituem na sociedade burguesa. Reflete que a individualidade burguesa é, portanto, uma individualidade de classe (ou individualidade estranhada) submetida ao acaso e ao poder das coisas.

Deste modo, ao dizermos precariedade, tratamos de uma condição socioestrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social.

A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social.

Assim sendo, Alves (2007, p. 114) descreve os conceitos:

[...] a precarização diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da precariedade. Se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. Uma das determinações histórico-ontológica do trabalho vivo é constituir formas de resistência à voracidade do capital. Sindicatos e partidos trabalhistas são instituições de defesa do mundo do trabalho contra o poder das coisas. É claro que existe um amplo espectro de formas político-institucionais de resistência de classe, que buscam exercer algum grau de controle sobre as leis do mercado. A partir da luta de classe do proletariado no século XX, surgiu no interior da ordem burguesa, uma nova forma de Estado político capaz de garantir direitos sociais e políticos ao mundo do trabalho. É o que iremos denominar de Estado social.

O Estado Social é caracterizado por Alves (2007) como sendo constituído no período histórico de ascensão do capital no século XX, tendo garantido, a partir das reivindicações do proletariado organizado da época, uma ampla cobertura de leis, políticas e mecanismos de proteção ao trabalho, materializados no que se convencionou chamar de Welfare State⁹. É primordial que tais legislações e garantias sejam compreendidas como produtos históricos das lutas sociais e políticas, processadas no campo do trabalho, no século XX.

Segundo Alves (2007), ao mesmo tempo em que o resultado objetivo das lutas sociais representou importantes conquistas e avanços para o proletariado, impondo obstáculos à exploração perpetrada pelo capital e influenciando na dinâmica de

⁹ Sempre oportuno lembrar que tais mecanismos que constituíram o Welfare State não chegaram a se materializar plenamente, sobretudo ao analisarmos os países de capitalismo dependente.

desenvolvimento do capitalismo, por outro lado, o Estado Social obscureceu para segmentos organizados da classe trabalhadora a precariedade estrutural do trabalho vivo, inerente ao modo de produção capitalista. Sob esta ótica, o autor analisa que o processo de precarização do trabalho é o processo de eliminação dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital, no decurso do século XX, nos países centrais. Trata-se, pois, de explicitar a precariedade como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria e evidenciar a precarização em seu sentido de perda de direitos acumulados, no decorrer dos anos, pelas mais diversas categorias de trabalhadores assalariados.

Alves (2007), ao tratar das formas de precarização do trabalho, destaca que apesar da precariedade ser uma condição histórico-ontológica do trabalho vivo sob as condições do capital, ela se manifesta de forma diferenciada no decorrer do desenvolvimento histórico da modernidade burguesa. A precariedade e a precarização surgem com o trabalho considerado livre, isto é, com o trabalho assalariado.

O autor, com base em escritos históricos, informa que na Inglaterra do século XVII, ao se constituírem as condições para o desenvolvimento do novo modo de produção capitalista, com a expulsão de camponeses de suas terras e o surgimento de um contingente de miseráveis, pobres e vagabundos, livres para vender sua força de trabalho às manufaturas capitalistas emergentes, a condição proletária adquiriu plena visibilidade social. Os novos pobres são homens e mulheres miseráveis, cujo tempo de vida torna-se tempo de trabalho apropriado pelo capital para a produção de mais-valia e acumulação de valor. No começo do capitalismo industrial na Inglaterra de meados do século XVIII e começo do século XIX, o que predominava era um proletariado pré-moderno, marcado por resquícios feudais e impregnado do estilo de vida artesanal-camponesa.

O surgimento do mundo burguês traz consigo promessas gloriosas de progresso social universal. Na medida em que surge o novo modo de produção de mercadorias, ampliava a nova classe social do proletariado industrial, que no decorrer do desenvolvimento capitalista assumiria diversas formas configurações.

Alves (2007) caracteriza o proletariado do capitalismo manufatureiro e o proletariado do capitalismo industrial:

O proletariado do capitalismo manufatureiro, do século XVII até meados do século XVIII, é um proletariado de um mundo burguês pré-moderno, muito diferente, em

sua morfologia sociológica, do proletariado do capitalismo industrial, que nasce do cataclismo social da Primeira Revolução Industrial em meados do século XVIII e começo do século XIX, e no bojo do qual emerge o modo de produção capitalista propriamente dito. E ainda: o proletariado do século XX, produto social do capitalismo industrial da Segunda Revolução Industrial e da grande indústria que se expande através da disseminação do sistema de maquinaria na indústria, agricultura e serviços ligados à reprodução social, no decorrer do século passado, é bastante diferente, em sua objetividade e subjetividade de classe, do proletariado do capitalismo manufatureiro e inclusive, do proletariado do capitalismo industrial emergente. (Alves, 2007, p. 116).

Portanto, Alves (2007) demonstra que a fenomenologia histórica composta pelo proletariado que nos apresenta suas múltiplas formas de ser no decorrer da história das sociedades burguesas, salienta um traço essencial da classe social do trabalho que percorre a condição objetiva (e subjetiva) de proletariedade: o estigma da precariedade, elemento pressuposto do processo de precarização do trabalho vivo que marca várias conjunturas históricas do capitalismo nos últimos séculos. Ela explicita a insegurança ontológica da condição proletária, permeada de situações de risco.

Alves (2007) presta uma contribuição importante ao tratar da questão da precariedade e constituição da classe trabalhadora da época. Explica que a condição de precariedade do capitalismo industrial emergente constituiu a questão social da modernidade burguesa, objeto de contestação política. Com as lutas de classes do século XX, surge uma rede social de filiação a um arcabouço de direitos políticos e sociais de várias gerações. O reconhecimento legal de um conjunto de direitos sociais e políticos, nos limites do Estado-Nação (a forma de ser do Estado política na modernidade do capital), criou uma crosta de ocultação da condição proletária, da precariedade e da precarização contida da força de trabalho como mercadoria. De certo modo, até contribuiu para o fetichismo do Estado como Estado-Providência.

Mas a contenção da precariedade e da precarização era relativa, tendo em vista que a conquista de direitos nunca conseguiu abranger a totalidade do mundo do trabalho. Como a modernização aparecia como uma probabilidade, e com ela vislumbrava-se um campo jurídico-político de concertação social, pelo menos e principalmente para os operários e empregados organizados à sombra do Estado social. A precariedade e a precarização diziam respeito mais aos contingentes sociais que se encontravam alheios ao acesso à riqueza socialmente produzida, ainda que de modo parcial. Enfim, a lógica da modernização que marcou o século

XX, apresentava o sistema do capitalismo como sendo capaz de atender algumas reivindicações da classe trabalhadora.

Alves (2007) caracteriza o indivíduo moderno como sujeito de direitos sociais e políticos, um homem que tem um emprego respeitável, apesar de seu caráter alienado e cansativo. O operário moderno organizado em grandes sindicatos de massa, que renunciaram a contestar o controle da produção pelo capital. O sindicato moderno organiza sua luta corporativa pelo aumento de salários de acordo com o crescimento da produtividade, pelo menos para repor a inflação. No tempo livre, o operário-cidadão é instigado a consumir o mundo de mercadorias de um capitalismo afluyente. Eis o ideal fordista-keynesiano que caracterizou o capitalismo em sua época de ouro (de 1945 a 1973, nos países capitalistas centrais). Uma parcela importante do proletariado industrial e de massa cultivou o sonho fordista, dissolvido pela crise estrutural do capital a partir de meados da década de 1970, com altos níveis de desemprego no mundo, heterogeneização da composição da classe trabalhadora e reconfigurações das formas de trabalho.

Em síntese, essas mudanças incidem de modo também político, com transformações também nas condições de resistência e enfrentamento aos excessos por parte dos capitalistas. Esses limites impostos pelo capital tem comprometido a reprodução social dos trabalhadores.

Desta forma, Alves (2007) demarca a entrada numa nova dimensão sócio-histórica, na qual as margens de concessões políticas do capital esgotaram-se, obrigando-o a reconstruir uma nova aparência de ser da classe e de sua fenomenologia proletária, constituindo uma nova implicação da precariedade e da precarização como desfiliação¹⁰.

Ao tratar sobre o contexto de avanço da precarização, Barbosa (2023) reflete que há uma alteração qualitativa nos últimos quarenta anos, na medida em que o ápice dos limites e contradições internas da sociabilidade capitalista carrega o novo tempo para uma acirrada reestruturação capitalista mundial com picos de agravamento em 2000 e, sobretudo, em 2008. O esgotamento do modo técnico-operacional de aumento da produtividade dos “trinta anos gloriosos” impactou o consenso social que sustentava esse ciclo virtuoso do capitalismo, provocando a

¹⁰ O conceito de desfiliação, tratado por Alves (2007), é o de Robert Castel, no qual a precariedade e precarização no estágio atual do capitalismo, impõe a reconstrução de uma nova aparência de ser da classe trabalhadora e sua fenomenologia proletária.

colisão da associação distribuição de renda aos assalariados e acumulação de capital. Barbosa (2023) destaca que, para variados estudiosos como Castel (1998), Bourdieu (1998) e Polanyi (2000), é um rompimento com o pacto social existente desde o pós-Segunda Guerra e que provoca o esgarçamento do tecido social, colocando em ruínas o consenso social em torno do trabalho assalariado fordista. Para outros, expressa a crise estrutural do capital, em sua reprodução ampliada.

O problema exposto por Barbosa (2023), neste aspecto, é a integração ou a coesão social na institucionalidade da democracia burguesa, quando os trabalhadores são empurrados para maior insegurança, para assimilação de uma identidade social negativa e para a apatia provocadora do suposto radicalismo despolitizado¹¹.

Para pensarmos a atual precariedade social do trabalho é preciso, segundo Druck (2023) concebê-la como um velho e novo fenômeno, apreendendo suas metamorfoses. Certamente, a precariedade atual é diferente dos tempos da Revolução Industrial, assim como não é a mesma ao compararmos países de capitalismo central e países de capitalismo periférico e que contaram com trabalho escravo, como foi o caso do Brasil.

Contudo, é importante mantermos em vista que o padrão de assalariamento constituído no país, com limitados direitos sociais e trabalhistas, conquistados pelas lutas da classe trabalhadora brasileira, expressos na CLT e na Constituição Federal de 1988 foram, ao longo de nossa história, afrontados e sistematicamente desrespeitados pelo empresariado e pelo Estado, fato que se perpetua.

No estágio atual do capitalismo, as transformações no trabalho, decorrentes do processo de globalização financeira, da reestruturação produtiva e da implantação de políticas neoliberais, colocaram a precarização social do trabalho como centro da dinâmica do capitalismo, tanto nos países centrais quanto nos países periféricos.

Para Barbosa (2023) o ponto de partida da abordagem da precariedade envolve, nessa linha de pensamento, uma crítica à neoliberalização do capitalismo e às graves consequências sobre as condições de vida e trabalho, incluindo a atomização dos indivíduos sociais. A autora infere que para a Sociologia francesa essa precariedade atinge, de algum modo, a todos os assalariados, sendo que as

¹¹ Para realização deste debate, Barbosa (2023) recorreu ao aporte de Ruy Braga, em A política do precariado (2012) e A rebeldia do precariado (2017).

situações mais drásticas envolvem pungente desestruturação da existência humana, com o futuro incerto para os cuidados materiais, para as relações afetivas e para as insurgências coletivas contra esse abismo social. Por outro lado, para os que conseguem manter os empregos com relativa segurança social resta a angústia avassaladora com o espectro da eminente substituição, tendo em vista o contingente de trabalhadores desempregados.

Barbosa (2023) menciona em seu artigo a caracterização dada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) quanto ao trabalho precário, considerado como aquele regido por contratos de duração restrita (temporário, intermitente, casual), crescentemente menos normatizado por regulações públicas e com proteção frágil contra demissão; baseado em relações de trabalho camufladas e triangulares como subcontratação, estágios, cooperativas, ou empresas-plataformas, além de gestão individualizada do trabalho, tendência a impedir a organização sindical e condições laborais inseguras com restrição do salário, das condições de saúde e segurança ocupacional, acrescido de ausência de promoção da qualificação e do crescimento em carreira. Para essa agência multilateral, o quadro de flexibilização, além de baixa proteção jurídica e atuação sindical, provoca expansivo deslocamento de riscos dos empregadores para os trabalhadores.

Druck (2023) insere outros aspectos sobre o trabalho precarizado, ao problematizar em seus estudos sobre precarização do trabalho, a partir de pesquisas empíricas no Brasil e uso dos conceitos de flexibilização e precarização, deixando claro que o fenômeno da precarização é multifacetado, com diversas dimensões e que não pode ser limitado ao campo dos direitos do trabalho ou da regulação, embora essa seja uma das expressões fundamentais do processo de precarização.

Partindo destes princípios, Druck (2023) infere que as análises sobre o caráter social da precarização do trabalho buscam romper determinadas dualidades, a exemplo de incluídos e excluídos, empregados e desempregados, formais e informais, ou seja, há um processo de precarização que se generaliza para todas as regiões e para todos os diferentes segmentos de trabalhadores, como uma institucionalização da instabilidade, que passa a ser incorporada pela sociedade como um processo natural, determinado pelo capitalismo flexível.

Ao realizar uma ampla reflexão quanto ao trabalho, precarização e precariedade, segundo a própria autora como uma espécie de balanço autocrítico, Druck (2023) reflete sobre algumas concepções quanto à precariedade, a partir das

visões de alguns sociólogos europeus, especialmente os franceses, acerca dos processos de precarização do trabalho.

Menciona que Klaus Dorre (2022) discorre sobre a centralidade que a precariedade assume no discurso político e no campo das ciências sociais na Europa, colocando a precariedade como a nova questão social do século XXI. Sociólogos franceses como Gorz, Bourdier e Castel, bem como estudos empíricos e teóricos desenvolvidos na Alemanha, corroboram o lugar central que os termos precariedade, precarização e precariado passam a ocupar no cotidiano do trabalho e de vida da população no período recente.

Enfatiza que os estudos europeus, sobretudo os franceses, desde as primeiras análises acerca dos processos de precarização do trabalho, tinham como referência primeira para classificar as mudanças no trabalho como precárias, a “condição salarial”, ou seja, o trabalho regulado e protegido, com contratos por tempo indeterminado.

Nos países que contaram com o Estado de bem-estar social, esta situação perdurou por aproximadamente três décadas e nos anos de 1980 essa condição sofreu alterações, com a introdução dos contratos flexíveis, temporários e mal pagos. Foi essa transformação que avançou pelos anos subsequentes até os dias atuais, invertendo a relação entre os empregos protegidos e os chamados empregos precários. Nestas análises, restritas ao plano empírico, os indicadores examinados para caracterizar a precarização estavam limitados à regulação do trabalho e, portanto, aos direitos trabalhistas.

As taxas de desemprego, a incapacidade do mercado de trabalho absorver um conjunto de trabalhadores “supranumerários” (Castel, 1995, 1998) e os contratos flexíveis, de curta duração, por tempo limitado, trabalho intermitente etc. são os indicadores quase exclusivos para concluir sobre precarização.

Druck (2023) informa que algumas estudiosas da precarização, como Annie Thebaud-Mony, Beatrice Appay (1997), Helena Hirata (2002), dentre outros, para o caso da França, analisaram outros indicadores, além da inserção no mercado de trabalho, como por exemplo dados de saúde do trabalhador e trabalho das mulheres. Neste contexto, podemos mencionar também Daniele Linhart.

Druck (2023) traz à tona novamente a contribuição de Dorre (2022) em sua análise sobre precariedade, precarização e precariado, trazendo a discussão conceitual, no plano teórico e empírico, quanto às múltiplas dimensões da

precariedade, diferenciando ocupação e trabalho, os planos quantitativo e qualitativo, as formas subjetivas de manifestação da ocupação insegura e do trabalho precário. Pois uma ocupação precária pode ser vinculada a um trabalho criativo e a recíproca é verdadeira, já que um trabalho seguro pode ser combinado com formas extremamente precárias de atividade.

No caso da Alemanha, Dorre (2022) observa que se vive uma transição para uma sociedade precária do pleno emprego, pois os empregos criados são mal remunerados, inseguros e pouco reconhecidos, em grande parte ocupados por mulheres em prestação de serviços pessoais, num movimento que a ocupação precária supera o trabalho protegido.

Neste mesmo sentido, Barbosa (2023) também menciona a contribuição de Dorre (2022) quanto ao movimento de superar a restrição do debate da morfologia neoliberal do trabalho, abrindo novas veredas investigativas, uma vez que evidencia a necessidade do reencontro da Sociologia com os estudos marxistas na Europa, a fim de aprofundar a compreensão sobre a sociedade precária, com a generalização de ocupações com baixa remuneração, com ampliação das ocupações relacionadas aos serviços pessoais e com o crescimento do emprego de curta duração por toda parte. Ainda que a abordagem morfológica descritiva tenha bastante espaço em seus estudos, o autor considera o contexto atual como uma nova fase do capitalismo, que engendra uma mobilidade social circular ao assalariado, com o trabalhador dependendo de seguro-desemprego, mesmo estando ocupado, devido à baixa remuneração, transitando entre “desemprego, trabalho substituto socialmente fomentado e empregos precários” (Dorre, 2022, p. 11), com, na melhor das hipóteses, uma movimentação horizontal na pirâmide social, quando não a derrocada para patamares mais baixos em termos de condições de vida.

Para Dorre (2022), esse drama merece ser criticamente compreendido, superando-se também o conhecimento patriarcal que desde sempre, na Europa, tomou como referência as condições estáveis de trabalho, de homens brancos.

Barbosa (2023), tratando sobre os estudos de Dorre (2022) infere, na pág. 154, que as formas de trabalhos flexíveis (atípicos, informais, temporários) mesmo nos países centrais, sempre abarcaram mulheres e imigrantes, sendo que agora estão ingressando no radar da crítica e, por isso, a importância de ampliar a pesquisa sobre a multidimensionalidade das expressões da precariedade (dimensões de classe, gênero, etnia/raça e de nacionalidade/regionalidade). O autor acentua que as

condições de vida instáveis atingem também indivíduos não integrados no trabalho remunerado por serem inativos - crianças, jovens e aposentados -, o que significa que de algum modo, a instabilidade social que marca a precariedade não envolve somente o indivíduo (trabalhador ocupado), mas repercute sobre o entorno, nas relações sensíveis em que está inserido e isso não é adequadamente problematizado e dimensionado nas pesquisas.

Barbosa (2023), quanto a este debate, cita Braga (2012) ao tratar sobre a nostalgia do fordismo no debate europeu sobre precarização, visando a institucionalização de novas relações que possam domar o capital e integrar os trabalhadores. Ao fundo, não deixa de ser uma via ideológica de passivização dos conflitos e apatias em favor da modernização da gestão das ruínas do capitalismo. Sem alcançar as determinações sociais, concentram-se as flexisseguridades (Fleyssinet, 2009), ou seja, nas possibilidades de viabilizar alguma ocupação aos trabalhadores nas suas trajetórias flexíveis no mercado ou assistência social aos empurrados para os porões da usina de imprestáveis para o capital.

Barbosa (2023) discute que a priorização da análise dos fundamentos e das contradições internas da dinâmica capitalista não desconsidera as manifestações históricas da realidade concreta. Por isso, detecta que a partir de 2008, o mundo capitalista vive, de fato, um novo fluxo de precariedade, como resultado dos ajustes austericidas do capital para fazer frente ao curto-circuito financeiro iniciado no mercado das hipotecas norte-americanas e reverberado globalmente. Esse marco é antecedido pelo quadro neoliberal do regime pós-fordista encetado a partir dos anos de 1980 e que, na primeira fase, foi responsável pelo deslocamento espacial da produção, pela desregulamentação dos mercados, pela hiperficcionalização da economia (dispositivos financeirizados), pelo crescente desmonte dos direitos trabalhistas e pelo enxugamento dos serviços públicos. No contexto pós-2008, aprofundam-se esses fundamentos neoliberais com a generalização da precariedade, espalhando com mais ardor a insegurança social.

A generalização da precarização vai atingindo todos os segmentos, mesmo que de forma desigual, e aqueles que ainda estão numa condição protegida de emprego, vivem medos coletivos, numa clara manifestação da precariedade. As implicações destas transformações do trabalho atingem todas as dimensões da vida social: a família, o estudo, o lazer e a restrição do acesso aos bens públicos, especialmente saúde e educação, conforme Druck (2013, 2020).

Laval (2017) numa perspectiva teórica da biopolítica do capital, defende a tese que a precariedade se tornou um estilo de vida ou uma forma de existência, típica da era neoliberal, para além de ser um modo de gestão do trabalho. Nesta medida, sob a hegemonia do neoliberalismo, se produz uma política de insegurança social, provocada pela instabilidade e perda da segurança dos empregos e por uma cultura da precariedade que se apresenta como um novo modo de governo dos trabalhadores “[...] e um modo de existência novo que, além do emprego, faz da ligação instável, móvel, instrumental com a organização produtiva e com as instituições sua própria marca e o seu valor agregado” (Laval, 2017 p. 101).

Druck (2023) inspirada em Marx, Engels e Gramsci, analisa as transformações do trabalho a partir da concepção de que todo modo de produção corresponde a um modo de vida. Na Revolução Industrial, houve um processo de revolução social, a partir das relações de subordinação real do trabalho, com o surgimento da fábrica, da mecanização, do uso da força de trabalho familiar (mulheres e crianças), da constituição de um operariado industrial, cujo modo de vida se alterou radicalmente, nas condições de moradia, na urbanização, no empobrecimento, nas relações familiares e assim por diante.

A autora reflete que na história da sociedade capitalista, as transformações históricas do trabalho, propiciadas pelas revoluções tecnológicas e organizacionais, conforme ocorreu com o taylorismo, fordismo e toyotismo, a microeletrônica, as tecnologias de informação e comunicação redefiniram não só as relações de trabalho, mas também as formas de vida.

Neste sentido, Druck (2023) menciona o pensamento de Gramsci em Americanismo e Fordismo, ao lembrar que a luta pela hegemonia do capital, que começa na fábrica, transcende seus muros e passa a conformar uma conduta condizente com a nova racionalidade capitalista, do industrialismo, da produção em massa, do homem disciplinado para dedicar integralmente sua capacidade intelectual e física para o trabalho e de uma nova modalidade.

Partindo deste princípio, na atualidade, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram um outro modo de trabalho e de vida, pautados na flexibilização e precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca alcançado anteriormente.

Uma esfera financeira evoluída passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando e contaminando todas as práticas produtivas e modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia”, pois age em defesa de desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho, reafirmando os valores neoliberais.

Portanto, Druck (2023) atribui à acumulação flexível o surgimento de uma ideologia e uma cultura do empreendedorismo, que expressam o crescente processo de individualização do trabalhador, responsável pelos riscos do seu empreendimento, uma condição que passa a ser defendida não só como a única saída à crise, mas também como via libertadora do controle, uma conquista de autonomia e autogestão do trabalho.

Tal transformação da relação do trabalho determina uma conduta muito diferente do trabalhador fordista, pois sua forma de vida está orientada pela postura de um “empresário de si mesmo”, motivado pela concorrência e absorvendo a lógica do mercado como valor maior para seu comportamento em todas as esferas de sociabilidade. O que faria do empreendedorismo, segundo Amorim, Moda e Mevis (2021), com os quais Druck concorda, uma forma análoga ao americanismo em tempos neoliberais.

Quanto à relação entre flexibilização e precarização do trabalho, Druck (2023) concorda com Harvey (1992) acerca da concepção de acumulação flexível, no que tange ao confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto em setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas, tais como a Terceira Itália, Flandres, os vários vales e gargantas do Silício e a vasta profusão de atividades dos países recém industrializados.

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical, uma das colunas políticas do regime fordista.

Harvey (1992) aponta o processo de reorganização do sistema financeiro internacional, como central nessa nova configuração da acumulação capitalista, tornando-se uma novidade sem igual, cujas implicações redefinem a ordem econômica e social do sistema.

2.2.2.

Incidências da crise do capital no Brasil sobre as relações de trabalho e contratações

Com a implementação das estratégias para tentar conter a crise de 1970 e iniciar um novo ciclo de expansão do capital, foi possível perceber uma redução substancial do proletariado industrial, fabril, manual e especializado, vigente na fase do fordismo/taylorismo, caracterizados pela verticalização dos processos de trabalho.

É certo que este processo não se deu de maneira uniforme, entre os países. No caso brasileiro, Behring e Boschetti (2011) mencionam o “fordismo à brasileira”, durante a ditadura militar pós 1964, ao se referirem à fase conhecida como milagre econômico brasileiro, na qual foi introduzida a produção em massa de automóveis e eletrodomésticos, para consumo restrito. De acordo com suas análises, expandia-se neste contexto a cobertura da política social brasileira, de forma tecnocrática e conservadora, combinando a expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, numa perspectiva modernizadora em relação ao modelo de adotado na era varguista.

Contudo, Behring e Boschetti (2011) nos chamam atenção para o fato que trata-se de uma aparente falta de sincronia, uma vez que o salto econômico promovido durante o período da ditadura militar teve como objetivo internacionalizar a economia brasileira, aproveitando-se da necessidade premente do capital internacional em recuperar a pujança dos chamados anos de ouro, usando mercados externos, como o brasileiro, em seu potencial de nichos de valorização,

encaminhando negócios para o Brasil, em substituição de importações, contando com o incentivo e mecanismos de regulação do Estado.

Portanto, os anos 1980 são conhecidos como década perdida do ponto de vista econômico, tendo em vista o esgotamento do milagre econômico e o endividamento externo, além da dificuldade em estabelecer políticas econômicas de impacto, tanto nos investimentos quanto na redistribuição de renda. Tal panorama foi característico não só no Brasil, como também nos outros países latino-americanos. Já do ponto de vista das lutas sociais, a década de 1980 ficou marcada no país como fase exitosa de conquistas democráticas, marcada pela Constituição Federal de 1988, além de marcar também o ocaso da ditadura militar (Behring e Boschetti, 2011).

Lanza e Duriguetto (2024) destacam que o processo de reestruturação produtiva do capital passou a adotar a produção baseada no Toyotismo, o que implica no desenvolvimento da produção com métodos de redução de desperdício (produção enxuta) e em novas formas de horizontalização do capital produtivo, que se referem à flexibilização, à desconcentração e à desterritorialização do espaço produtivo, além da introdução do maquinário informatizado. A ofensiva do capital voltou-se ao rebaixamento dos salários, gerando aumento do desemprego e intensificação da força de trabalho, por meio da flexibilidade na produção.

Contudo, a flexibilidade na produção permitiu, também, a adoção de contratos de trabalho mais flexíveis e menos protegidos por garantias, como por exemplo os contratos parciais, temporários, por demandas pontuais e subcontratos, reduzindo gradativamente os contratos formais e por tempo indeterminado. De acordo com Lanza e Duriguetto (2024), este artifício possibilitou ao capital maior pressão e poder sobre a classe trabalhadora, na medida em que fragiliza sua capacidade de organização e resistência.

Um destes mecanismos diz respeito à terceirização. Longe de representar meramente a subcontratação de produtos e serviços para outra empresa, a terceirização impõe efeitos mais nocivos de controle e neutralização da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que possibilita ao capital o atingimento de seu objetivo de ampliação de lucratividade, às custas da intensificação de jornadas de trabalho, reduções salariais e não fornecimento de garantias e proteções prestadas aos/às demais trabalhadores/trabalhadoras que contam com amparo de vínculos mais protegidos e regulamentados.

Pochmann (2007) nos esclarece que o avanço da terceirização do trabalho é uma expressão significativa das transformações no modo de produção e distribuição de bens e serviços, nas economias capitalistas, transcorridas a partir da década de 1970.

Contudo, Pochmann (2007) alerta também que este processo se dá de maneiras diferentes entre os países de capitalismo central e periférico. Neste sentido, o autor esclarece que nas economias desenvolvidas, o trabalho terceirizado decorre usualmente da opção patronal pela ampliação dos ganhos de produtividade.

A partir da adoção de novos meios de gestão da mão de obra e incorporação tecnológica, o processo produtivo passou a ser crescentemente compartilhado por um conjunto de diversas empresas que subcontratam seus empregados. Na maior parte das vezes, a terceirização não representa, necessariamente, a precarização dos contratos de trabalho (Pochmann, 2007, p. 13).

Já nos países periféricos, o trabalho terceirizado teve uma expansão mais recente, motivada em geral pela redução do custo de trabalho, como mecanismo que propicia maior competitividade e ampliação da margem de lucro, mediante a concorrência de seus setores produtivos ao cenário internacional. Com isso, Pochmann (2007, p. 13) esclarece em relação aos países dependentes que: “[...] a terceirização termina por apresentar contratações de trabalhadores com remuneração e condições de trabalho inferiores aos postos de trabalho anteriormente existentes e aos equivalentes, não submetidos à subcontratação da mão de obra”.

Especificamente ao se referir ao caso brasileiro, Pochmann (2007) reflete que no Brasil a terceirização ganhou importância a partir da década de 1990, coincidindo com os processos de abertura comercial e de desregulamentação dos contratos de trabalho.

A década de 1990 é denominada por Alves (2002) de “década neoliberal”, tendo em vista o desenvolvimento de uma nova etapa no complexo de reestruturação produtiva, caracterizada pelo predomínio dos métodos toyotistas, pelo surgimento de um novo e precário mundo do trabalho e pela crise do sindicalismo, que expressou a fragmentação da classe trabalhadora.

Outro ponto relevante em relação ao neoliberalismo diz respeito ao papel do Estado na dinâmica capitalista. De acordo com Harvey (2013) o neoliberalismo apregoa, enquanto uma teoria das práticas político-econômicas, que o bem-estar

humano pode ser potencializado com a ampliação das liberdades e capacidades empreendedoras individuais. Para tanto, é necessário haver uma estrutura institucional que garanta plenamente o direito à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio. Contudo, o papel regulador do Estado não deve extrapolar as tarefas para as quais seja conveniente aos interesses do capital e do mercado, convertendo-se como um Estado Mínimo, como esclarece o autor:

O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais, requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. (Harvey, 2013, p. 12).

No contexto brasileiro, a década de 1990 assinalava a aproximação e posterior consolidação da agenda neoliberal, a partir dos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Esta etapa foi ancorada na retórica de que o mercado é o mais eficiente organizador da sociedade. Neste sentido, Gennari (2001, p. 42) sintetiza que:

[...] a implementação continuada da política econômica de talhe neoliberal pelos governos brasileiros nos anos 90 estaria reconfigurando as bases de acumulação de capital no Brasil, de modo a criar um novo padrão de acumulação fundado num novo e mais profundo patamar de subordinação ao capital financeiro internacional.

O novo padrão de acumulação e reestruturação produtiva se inicia a partir do governo Collor (1990-1992). Embora seu tempo de governo tenha sido breve, impôs no país, de maneira abrupta e inédita, o receituário neoliberal, por meio de medidas de ajuste econômico, em meio a um período de recessão. Este panorama ocasionou reações políticas, tanto da esquerda quanto da direita, culminando em seu impeachment e término do período de governo tendo o vice-presidente Itamar Franco à frente da presidência da República (Pochmann, 2016).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) se dá a retomada do neoliberalismo no país¹², com a economia estabilizada em função do Plano Real (1994), distanciando a economia da trajetória de recessão e promovendo alterações

¹² Pochmann (2016) defende que, para além destes dois “tempos” do neoliberalismo brasileiro, o terceiro tempo é materializado a partir da concretização do golpe jurídico-parlamentar que interrompeu o governo de Dilma Rousseff, possibilitando que a atuação de Michel Temer na presidência da República retomasse o receituário depredador do papel do Estado, sobretudo quanto às políticas sociais. Esta temática será tratada posteriormente nesta tese, no capítulo três.

significativas no Estado, representadas pelas privatizações, avanço da terceirização no interior do governo, liberalização comercial e financeira, bem como a adoção de medidas de ajuste relativas ao trabalho e à previdência.

Neste contexto, seguindo à risca a agenda neoliberal, diversas áreas sociais foram duramente atingidas, como os servidores públicos, por meio das reformas administrativas; previsão da criação de órgãos privados para realizar a administração pública, como ONGs, OSs e OSCIPs, sob o argumento da necessidade em função de desburocratizar a máquina pública, torna-la enxuta e imprimir uma lógica gerencialista, de otimização de recursos financeiros e regulação do mercado, bem como ataques à organização sindical, com intuito de enfraquecimento dos movimentos organizados.

A terceirização aplicada a áreas sociais importantes para a população, como a saúde e a educação, imprimiram marcas nefastas ao conjunto da população, representadas pelo sucateamento do SUS, privatizações de unidades de saúde e o mesmo ocorrendo com a educação, com relação ao sucateamento das unidades de ensino, mecanismos legais de terceirizações de mão de obra voltadas ao ensino e à pesquisa, além da adequação do projeto educacional às recomendações da agenda neoliberal, expressas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n. 9394/96¹³.

Na disputa eleitoral seguinte, após três tentativas de ocupar o cargo máximo do governo brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva é eleito presidente. A análise política da transição entre Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2002, aponta para indicações de pesquisa que refletiam o clamor da população por mudanças nos rumos políticos do país, após os oito anos de gestão do antecessor. Refletia, ainda, o sucesso de sua estratégia de campanha, que o evidenciava como político conciliador e amparado por uma equipe de estudiosos e técnicos reconhecidos por seus saberes intelectuais e profissionais (Figueiredo e Coutinho, 2003).

Este panorama, que agradou à maioria dos eleitores, causou preocupação e críticas por parte do campo da esquerda política no país, sobretudo quando o andamento das políticas econômicas e sociais adotadas por Lula deu sentido de continuidade e aprofundamento às medidas de caráter neoliberal.

¹³ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

Muito embora em seu governo tenha criado e implementado importantes políticas de distribuição de renda e sociais, voltadas à população mais vulnerável, como por exemplo o Programa Bolsa Família¹⁴, aumento dos índices de emprego e renda, houve uma linha de continuidade relativa à política macroeconômica, em acordo com o modelo adotado por FHC, que resultava na elevação das taxas de juros, atendendo aos interesses dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais, numa clara missão conciliatória.

No campo da regulamentação do trabalho, havia expectativa por parte da classe trabalhadora, tanto do setor público quanto da iniciativa privada, que o governo Lula revogasse as contrarreformas da gestão anterior. Contudo, o que se observou foi o avanço de medidas que contribuíram ainda mais para a erosão dos direitos trabalhistas, como foi o caso da ampliação dos contratos temporários, terceirizados e flexíveis, agudizando a precarização do trabalho.

O marco da legalização do MEI – categoria de Microempreendedor Individual é significativo na evolução da precarização do trabalho no Brasil, na medida em que legaliza a desfiguração da relação de emprego com a contratação do autônomo de forma disfarçada (Krein, 2018). Portanto, sob o discurso de tornar formal o trabalho informal, o que se caracterizou foi o mecanismo de tornar trabalhadores celetistas em empresários individuais, precarizando ainda mais suas vidas e trabalho. Os mecanismos legais de pejetização e empreendedorismo seguem esta mesma lógica, de obscurecimento das relações de trabalho, ampliação da exploração do trabalho e empobrecimento geral da população.

É nesta esteira de acontecimentos, que agudizam a precarização do trabalho e da vida da classe trabalhadora, que serão abordados elementos constitutivos desta relação, atrelados à crise capitalista de 2008 e seus efeitos em âmbito nacional e internacional.

¹⁴ Ainda que se tratem de programas focalizados aos segmentos da extrema pobreza, que remete a uma concepção assistencial e não à perspectiva de direito assegurado, universal, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

2.3.

A crise capitalista de 2008

A crise de 2008, foi o ápice de uma longa crise estrutural do capitalismo, que começou no início dos anos de 1970, acompanhada pela crise da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA). A sua expressão fenomênica ocorre no setor imobiliário, quando a população não consegue quitar as dívidas da casa própria, decorrente do desequilíbrio entre a especulação financeira e a renda da população.

A vinculação ocorre em função das instituições bancárias terem oferecido aos consumidores mais crédito do que suas possibilidades de pagamento, ampliando desta forma o crédito imobiliário.

Freitas (2020) ao tratar sobre a crise de 2008, reflete que tal manobra, além de atrair um número significativo de consumidores, ocasionou também a valorização dos imóveis, que estavam sendo financiados com valores muito superiores ao praticado pelo mercado. Ao ocorrer o aumento da taxa de juros dos créditos imobiliários, dado à alta procura, o valor dos imóveis sofreu uma queda brusca.

Segue discorrendo sobre a ampliação do crédito imobiliário gerou operações financeiras (empréstimos) de alto risco e, como boa parte da população não conseguiu pagar pelos empréstimos que contraíram, a inadimplência gerou uma onda de descapitalização por parte dos bancos.

De acordo com Freitas (2020) a propagada bolha imobiliária consiste no resultado dos bancos oferecerem empréstimos a juros baixos, de modo a possibilitar que a população estadunidense financiasse a compra de imóveis, mesmo para pessoas que não comprovavam renda suficiente para quitar tais empréstimos, com o agravante do valor dos imóveis financiados estarem fixados muito acima do que realmente valiam.

Os bancos passaram a cobrar taxas de juros mais elevadas sobre o valor emprestado, que já se encontrava superdimensionado, causando a inadimplência e a impossibilidade das instituições bancárias acessarem mais recursos financeiros para realizar suas operações. Este processo deflagrou a crise em questão, ocasionando consequências para os EUA e a para a comunidade internacional.

Internamente, o governo estadunidense anunciou o Programa de Alívio de Ativo Problemático, no qual o então Presidente George W. Bush previa a liberação

de 700 bilhões de dólares para ajuda aos bancos, com o discurso de que o mercado não está funcionando corretamente e que tal medida se justifica para a retomada da confiança do mercado nas instituições financeiras, que se encontravam sob alto risco, assim como todo o sistema financeiro.

Um breve exame dessas medidas demonstra que as instituições bancárias, principais responsáveis pela expressão dessa crise, mantiveram seus lucros expressivos, a exemplo do que obtinham nas fases de expansão. Contudo, quando o cenário se subverteu desfavoravelmente, o prejuízo gerado foi repassado para a população e para o Estado. Exemplos disso são o aumento do desemprego nos EUA, que subiu para 10,1% (maior percentual registrado desde 1983) e a queda de mais de 25% da renda das famílias norte-americanas entre 2007 e 2008, conforme Freitas (2020). Ao analisar esta relação entre o repasse de recursos do Estado, Mészáros (2009, p. 25) sintetiza:

Pois como o resultado do desenvolvimento histórico sob a regra do capital na sua crise estrutural, na nossa própria época atingimos o ponto em que devemos ser submetidos ao impacto destrutivo de uma simbiose entre a estrutura legislativa do Estado da nossa sociedade e o material produtivo, bem como da dimensão financeira da ordem reprodutiva societária estabelecida. É compreensível que aquele relacionamento simbiótico pode ser - e isso ocorre com frequência - administrado com práticas absolutamente corruptas pelas personificações privilegiadas do capital, tanto nos negócios quanto na política. Mas não importa quão corruptas possam ser tais práticas, elas estão plenamente em sintonia com os contravalores institucionalizados da ordem estabelecida. E - dentro da estrutura da simbiose prevalecente entre o campo econômico e as práticas políticas dominantes - são legalmente bastante permissíveis, graças ao mais dúbio e, muitas vezes evidente, antidemocrático papel facilitador da selva legislativa impenetrável proporcionada pelo Estado também no domínio financeiro.

Nessa conjuntura, o discurso liberal sobre Estado Mínimo, ou não intervenção estatal em esferas privadas foi abandonado sob o argumento de salvação do sistema. Essa justificativa pouco verdadeira, foi apresentada em veículos de comunicação importantes, tais como *The Economist*, demonstrado por Mészáros (2009). Essa alegação por parte dos capitalistas que não tinham como omitir tamanha utilização do fundo público, fez-se necessária para o reforço ideológico de suas defesas mercadológicas. Na realidade a não intervenção estatal se aplica somente aos benefícios e insumos financeiros voltados à sobrevivência da população, pois quando o capital se vê em risco, são criadas alegações para a defesa de interesses privados.

Freitas (2020) aponta que na Europa, os bancos centrais injetaram aportes financeiros vultuosos na economia mundial, sem, entretanto, obter êxito na contenção dos efeitos da crise. Portugal, Espanha, Irlanda, Grécia e Itália (este país, com menor intensidade, dado ao seu maior nível de industrialização), sofreram com adoção de políticas de austeridade. A Grécia figurou como um dos exemplos mais emblemáticos, ao se ver obrigada a contratar empréstimos volumosos junto ao FMI e em contrapartida implementar medidas restritivas junto à sua população, como o corte de gastos públicos, baseado fundamentalmente na redução direitos trabalhistas, além das privatizações pronto por possuir uma população envelhecida, as consequências restritivas sobre a população foi especialmente grave.

Tais fatos e implicações são também analisados por Netto (2012, p. 415), como elementos da crise sistêmica do capital.

Voltemos o olhar para o segundo núcleo vital do mundo capitalista, hoje na mídia a “bola da vez” nos seus elos mais débeis (Irlanda, Portugal, Grécia, agora já a Espanha e amanhã, quem sabe...) a Europa, sobretudo a do ocidente, parte essencial da agora dita União Europeia. Também com um crescimento econômico medíocre (ou, nalguns casos, estagnação) há pelo menos duas décadas, com a única exceção da Alemanha — cujo grande capital, aliás, subordina o conjunto da Europa Unida —, naquele espaço a dívida pública média já está beirando 100% do PIB, no marco agora de uma depressão econômica generalizada. O desemprego é superior a 10% da população economicamente ativa (em alguns países, ultrapassa 20%). E em 2011-12, enquanto várias centenas de milhões de euros são disponibilizados para banqueiros, assiste-se a cortes escandalosos — é a única palavra que encontro para caracterizá-los — nos gastos sociais, com ônus exclusivamente para os trabalhadores. Não é um acaso, pois, que nos últimos quatro anos, ali onze governos tenham sido apeados mediante processos eleitorais (e, nalguns casos, substituídos por outros absolutamente iguais...).

De acordo com Netto (2012), desde os anos de 1990 são registradas mundialmente crises financeiras que decorrem do próprio caráter contraditório do capitalismo. Tais crises ultrapassam as esferas meramente financeiras, integrando a dinâmica capitalista, na medida em que não existe capitalismo sem crise. São essas as crises cíclicas, próprias do sistema capitalista, que ocorrem regularmente, sendo um movimento já esperado quando a acumulação capitalista se vê diante de algum obstáculo.

Comportamento diferente é apresentado por outro tipo de crise capitalista, que a configura como crise sistêmica, na medida em que se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital.

A fim de exemplificar as crises sistêmicas capitalistas, Netto (2012) cita a de 1873, tendo como cenário a Europa e acarretando uma depressão que perdurou por mais de 20 anos. Cita também a crise de 1929, conhecida como “A grande depressão”, que atingiu gravemente diversas regiões geopolíticas, durou cerca de 16 anos e só foi ultrapassada após a segunda guerra mundial (p. 416).

Netto (2012) nos aponta que, com base em tais indicações, a crise de 2008 se configura como crise sistêmica, considerando-a enquanto desdobramento da crise de 1970 e das transformações sofridas pelo capitalismo, como resposta ao ocaso dos “Trinta anos gloriosos”.

Tais transformações relacionam-se às exigências do capital, em seu projeto restaurador neoliberal para responder a crise de 1970, apoiado no que Netto (2012) chama de tríptico mote – flexibilização (da produção e das relações de trabalho), da desregulamentação (das relações comerciais e circuitos financeiros) e da privatização (do patrimônio estatal).

E, neste sentido, analisa que:

Se esta última [privatização] transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial, mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à “flexibilização”, embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista (Netto, 2012, p. 417).

Netto (2012) caracteriza o funcionamento do tríptico mote, conectando-o com a globalização econômica. A desregulamentação que o grande capital implementa, gradativamente hipertrofia as atividades financeiras, cada vez mais dotadas de mobilidade espaço-temporal e cada vez menos controladas pelos estados nacionais e mediadas pelas tecnologias de comunicação.

Paralelamente, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada se amplia para vários polos produtivos, propiciando sua desterritorialização, ao mesmo tempo em que os novos processos produtivos têm implicado na redução significativa do trabalho vivo, resultando no crescimento exponencial da força de trabalho excedente aos interesses do capital, formatando o desemprego estrutural.

Assim, ocorre uma reestruturação profunda do mercado de trabalho e, conforme Netto (2012, p. 417) “[...]todas as ‘inovações’ levam à precarização das

condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da ‘informalidade’”.

Netto (2012) analisa que na visão marxiana, há uma relação intrínseca entre a ordem do capital e a dialética civilização e barbárie, a exemplo do ocorrido com a violenta acumulação primitiva. O avanço civilizatório capitalista é fundado na barbárie, que se estende até mesmo na destruição da natureza.

O autor relaciona, ainda, a guerra à globalização, evidenciando que o belicismo passa a incluir as políticas de segurança pública em tempos de paz e se estende como negócio capitalista privado, configurando a emergência da militarização da vida social, sendo observada a substituição do Estado de Bem-Estar Social para o Estado penal. Desta maneira, se afigura a ação repressiva do Estado burguês como resposta de contenção à população sobrando.

Esta configuração estatal, quanto à sua dimensão repressiva, se une a outra dimensão, a da coerção e legitimação, expressa pelo novo assistencialismo. Nele, as práticas filantrópicas são atualizadas nas iniciativas estatais, privadas e mistas, mediante as chamadas parcerias público-privadas, em curso desde as décadas de 1980 e 1990, para enfrentamento da questão social. De acordo com Netto (2012, p. 428):

Já não se está diante da tradicional filantropia (de base confessional e/ou laica) que marcou os modelos de assistência social que emergiram no século XIX, nem muito menos diante dos programas protetores ou de promoção social que vieram a institucionalizar-se a partir do Estado de Bem-Estar Social.

Portanto, a política social voltada à população se centra nos qualificados como excluídos, pretensamente no âmbito dos direitos, contudo seu verdadeiro caráter está no enfrentamento da indigência e não na erradicação da pobreza. Trata-se de uma forma de enfrentamento mínimo de expressões da questão social maximizada.

Exemplo disso são os programas de transferência de renda/renda mínima, implementados mais recorrentemente nos países de capitalismo dependente. No caso da América Latina, como tal recurso não foi acompanhado de medidas de caráter estrutural, tais programas acabam por consolidar-se como emergenciais e assistencialistas (embora necessários à população para que haja atendimento mínimo de suas demandas de sobrevivência).

Filgueiras e Druck (2010) compartilham a mesma visão ao respeito do caráter sistêmico da crise, analisando seus fundamentos, que residem nas características básicas do padrão de acumulação esgotado, ressaltando sua não superação, como seguem:

Em síntese, a crise é estrutural e sistêmica no sentido de que ela é uma crise do atual padrão de desenvolvimento capitalista; e não simplesmente uma crise conjuntural de demanda efetiva – embora no plano imediato ela se expresse dessa maneira. Por isso a sua superação pelo capital não é nada trivial. Esta superação exige mudanças estruturais no padrão de acumulação; a socialização dos prejuízos e a adoção de políticas monetárias e fiscais expansionistas, como as que já vem sendo utilizadas, são condições necessárias, mas não suficientes. Embora, num primeiro momento, elas possam reduzir os estragos da crise para o capital, reativando a demanda efetiva, não alterarão, no fundamental, as características básicas do padrão de acumulação – o que o tornam radicalmente instável e que levam à atual crise (Filgueiras e Druck, 2010, p. 22).

Neste mesmo caminho as transformações do mundo do trabalho também são configuradas, tendo a desregulação dos direitos oriundos do trabalho formal e a crescente precarização das condições de vida e trabalho como modelo a ser amplamente adotado. Em seguida, examinaremos como este cenário se desdobra no caso brasileiro.

3

Breves antecedentes da crise capitalista de 2008 no Brasil e posteriores retrocessos de direitos legitimados pelas contrarreformas

Alô, alô marciano
A crise tá virando zona
Cada um por si, todo mundo na lona
E lá se foi a mordomia
Tem muito rei aí pedindo alforria, porque
Tá cada vez mais down in the high society.

Alô, alô marciano – Elis Regina

A crise de 2008 se inscreve no bojo das crises estruturais do capitalismo, na tentativa de continuidade de seu metabolismo de exploração predatória do trabalho e da natureza, apresentando características próprias do tempo em que se passa. Para analisar suas incidências no Brasil, faz-se necessário considerar alguns antecedentes.

Especialmente a partir da década de 1990 o modo de produção capitalista sofreu transformações de monta, que repercutiram de modos diferentes, nas diferentes formações sociais e econômicas. E, neste sentido, Netto (2012) infere duas questões. A primeira diz respeito ao fato de que tais transformações não modificaram a essência da exploração do trabalho pelo capital, ao contrário, com a universalização dessas transformações, seus efeitos são exponenciados continuamente. A segunda inferência é que a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, restando contemporaneamente o papel de vetor da travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias.

Demier (2017) relata que as medidas neoliberais adotadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) iniciados em 1994, foram decisivos neste processo, por exprimir a conquista da hegemonia, na sociedade civil, pelo grande capital financeiro transnacionalizado. Durante este período, em seus dois mandatos, Fernando Henrique Cardoso, obteve alta popularidade pelo controle da inflação a partir do Plano Real, impôs derrotas ao movimento sindical e avançou em um plano de revisão constitucional, com vistas à aplicação de medidas contrarreformistas

para adequação parcial da estrutura do Estado brasileiro à perspectiva neoliberal, que se tornou dominante. Esse movimento, apesar de suas diferenças, não foi superado pelos governos de esquerda subsequentes.

Com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que assumiram posteriormente, acabaram por manterem uma política neoliberal efetivada por mecanismos de contrarreformas. Demier (2017) considera que o PT no momento em que assume o governo brasileiro já se encontra convertido em um partido (co)gestor da ordem capitalista vigente, ainda que de forma cada vez mais moderada, vocalizando anseios populares por melhorias no acesso e prestação de serviços públicos de saúde, educação, transporte e salário. Essa moderação, em nossa análise, não é algo desprezível, ao contrário fez e faz muita diferença para a classe trabalhadora, tendo sido comprovada com a prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) e ascensão de Jair Messias Bolsonaro, posteriormente.

Retornado aos efeitos da crise 2008 no Brasil, pode-se dizer que inicialmente foram menos sentidos, mas não foi algo que tenha passado despercebido ou sem consequências. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva pronunciou-se em 2008, aludindo que se nos EUA a crise seria representada por um tsunami, no Brasil não passaria de uma “marolinha”¹⁵. Porém, foi no governo de Dilma Rousseff que o Brasil sentiu de modo mais profundo os efeitos dessa crise deflagrada no cenário internacional.

Conforme análise de Gil e Barizão (2012), no Brasil os sistemas econômico e financeiro não declinaram como os norte-americanos e europeus pelo fato dos bancos nacionais não estarem profundamente vinculados aos títulos hipotecários norte americanos e pela política econômica adotada pelo Brasil. Neste sentido, explicam:

Beneficiando-se da excelente conjuntura econômica internacional, o país continuou a se inserir no mercado mundial de modo extremamente dependente das exportações de commodities e livre mobilidade dos fluxos financeiros, além de ampla parte das arrecadações governamentais serem destinadas para a diminuição do volumoso déficit fiscal. Ganhou assim, a confiança do capital internacional, fazendo do país um atrativo para investimentos estrangeiros. Paralelamente, adotou programas de transferência de renda para indivíduos de baixa de renda, reajustes de salário-

¹⁵ Em entrevista ao jornal O Globo, em 04.10.2008, o presidente Lula afirmou que o governo brasileiro não adotaria um pacote de medidas para contenção da crise, que seriam adotadas medidas pontuais. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>.

mínimo, e outras medidas de cunho populista que o fizeram alcançar níveis de popularidade jamais vistos no Brasil. Lula tomou ainda, medidas que favoreceram os interesses econômicos e políticos de frações do capital nacional mais economicamente poderosos: o capital bancário brasileiro. Assim, essa fração do capital começou a participar da hegemonia política junto com capital financeiro internacional. (Gil e Barizão, 2012, p. 20).

Uma das medidas em questão foi a definição da taxa Selic, que corresponde à média de juros que o governo brasileiro paga por empréstimos tomados dos bancos, o que favoreceu a política econômica com relação ao capital bancário nacional. Novamente, Gil e Barizão (2012, p. 20) elucidam:

No início do governo chegou a atingir 26,32% ao ano, e após oscilações, bateu recorde de baixa, chegando a 8,65% ao ano (BACEN). Ao mesmo tempo em que bloqueia a entrada do capital financeiro internacional através da compra de bancos brasileiros, protegendo-os, essa medida refreia o investimento estrangeiro meramente especulativo, que são aqueles que objetivam somente os altos retornos dessas aplicações financeiras e se destinam geralmente a aplicações de curto prazo, não contribuindo em longo prazo para o desenvolvimento nacional. Tal medida também visa estimular os investimentos locais em produção, já que se viabiliza o investimento em setores diferenciados do governo em favor daqueles que ofereçam maiores retornos, estimulando a economia. E os investimentos locais são controlados pelos detentores de capital-dinheiro e de empréstimos, redundando no reforço do capital bancário brasileiro preponderante. Não por acaso os maiores bancos privados nacionais tiveram os maiores lucros da história republicana no Brasil.

Para minimizar os possíveis impactos da crise, aquecer o mercado, estimular a produção das indústrias e aumentar a circulação monetária para o aumento do consumo foram efetivadas algumas estratégias, entre elas a diminuição da alíquota de impostos para aquisição de eletrodomésticos, materiais de construção e automóveis, além do aporte de altas somas de recursos financeiros para instituições bancárias. Uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro foi a definição da taxa Selic, que corresponde à média de juros que o governo brasileiro paga por empréstimos tomados dos bancos, fator que favoreceu a política econômica com relação ao capital bancário nacional. Novamente, Gil e Barizão (2012, p. 21) elucidam:

No início do governo chegou a atingir 26,32% ao ano, e após oscilações, bateu recorde de baixa, chegando a 8,65% ao ano (BACEN). Ao mesmo tempo em que bloqueia a entrada do capital financeiro internacional através da compra de bancos brasileiros, protegendo-os, essa medida refreia o investimento estrangeiro meramente especulativo, que são aqueles que objetivam somente os altos retornos dessas aplicações financeiras e se destinam geralmente a aplicações de curto prazo, não contribuindo em longo prazo para o desenvolvimento nacional.

Os autores ressaltam que apesar dessas ações, houve um nível de impacto da crise sobre o sistema econômico e financeiro brasileiro. Mencionam a fuga de capitais, decorrente de momentos de incerteza, que acarreta quedas intensas no mercado de ações e dificuldade na obtenção de crédito no exterior, fatores que levaram a bancos nacionais a reduzir o acesso ao crédito.

Diante deste cenário, Gil e Barizão (2012) destacam a atitude do governo brasileiro em conceder mais poder aos bancos estatais, com intuito de possibilitarem a ampliação da oferta de crédito, além de ativar instituições financeiras públicas.

Gil e Barizão (2012) esclarecem, também, que em dezembro de 2008, o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento, lançou o Programa Especial de Crédito – PEC, que disponibilizava capital de giro para as empresas, sem exigência de contrapartida, com intuito de que não houvesse interrupção dos negócios. Os autores informam que o referido programa possuía um orçamento total de R\$ 13 bilhões e R\$ 200 milhões por empresa, cuja distribuição foi dada em R\$ 10 bilhões para qualquer tipo de empresa e R\$ 3 bilhões para a construção civil atuar nas obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Quanto às medidas de ajuste governamentais para lidar com a crise de 2008 no Brasil, Gil e Barizão (2012) relembram as Medidas Provisórias 442 e 443, ambas de 2008, com objetivo de injetar recursos em bancos e instituições financeiras privadas. A MP 442 fora assinada pelo Presidente Lula em outubro de 2008 e tinha a finalidade de socorrer bancos em dificuldade, possibilitando-lhes o acesso a carteiras de crédito. A MP 443 (que foi convertida posteriormente na Lei 11.908 de 03 de março de 2009), permitia que fossem adquiridas pelo poder estatal ações de instituições financeiras privadas, sem exigência de licitação.

Assim, entre setembro e dezembro de 2008, o governo brasileiro colocou à disposição no mercado R\$ 363 bilhões, por meio de redução de impostos e medidas cambiais. Contudo, o Brasil enfrentou quedas produtivas e comerciais, sendo as produtivas atribuídas à baixa das exportações no período, ainda que o Brasil não figurasse mundialmente entre os países que mais exportassem.

De acordo com os dados do Senado Federal (Especial Jornal do Senado, em 2009), a queda das exportações gerou demissões em massa. Observados os dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, mais de 1,3 milhões de empregos formais foram extintos, até janeiro de 2009, sendo os

trabalhadores da indústria os mais afetados, a exemplo do ocorrido com a Vale do Rio Doce, que demitiu 1.300 pessoas neste período e a EMBRAER, que demitiu 4.200 empregados, o correspondente a 20% do total de sua força de trabalho. Vale ressaltar que no caso da EMBRAER, por tratar-se de empresa fabricante de aviões, possuía renda fortemente baseada nas exportações.

Gil e Barizão (2012) analisam que em relação aos postos de trabalho do comércio, o impacto do desemprego foi menor, tendo em vista que o governo apostou na existência de uma massa consumidora já consolidada no país, pautada na expansão de crédito com juros altos e prazos longos, e não no aumento da massa salarial, fator que gerou aumento de índices de endividamento da população.

Os autores destacam, ainda, a medida adotada pelo governo brasileiro em 2009, quanto à prorrogação do prazo do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, reduzido para produtos como veículos e trigo, na tentativa de estimular o consumo desses produtos e com isso manter os empregos nesses setores.

Com o agravamento da crise e necessidade premente de ações estatais para contê-la, o discurso e posição do presidente e de sua equipe econômica muda o tom, passando a admitir a severidade da situação e possível retração econômica no Brasil.

Sob o ponto de vista do mercado de trabalho, Gil e Barizão (2012) analisam que o governo brasileiro, naquele contexto, limitou-se ao papel de incentivador de acordos entre patrões e empregados, sem adotar medidas mais efetivas de socorro à classe trabalhadora, como por exemplo aumentar o valor pago pelo seguro-desemprego. Neste período analisado, o desemprego no país é latente, assim como a piora nas condições de trabalho também é observada, conforme explicam:

Deste modo, a classe trabalhadora e as massas populares sofrem os maiores prejuízos, enquanto o capital privado é protegido. O governo brasileiro opta assim, por reestruturar a economia brasileira pautando-se em beneficiar o capital privado, e não em promover ampla melhora social do país. São beneficiadas as frações de classe dominantes que detêm a hegemonia política no Brasil, ou seja, o capital financeiro internacional e o capital bancário brasileiro. (Gil e Barizão, 2012, p. 25).

Sinteticamente, a estratégia para lidar com os efeitos da crise no Brasil, adotada pelo governo, se deu entre ações voltadas ao capital financeiro internacional e o capital bancário brasileiro. Quanto ao capital internacional, de acordo com Gil e Barizão (2012), o governo brasileiro manteve a conservação do núcleo duro da política econômica, de cunho neoliberal, voltada para o superávit

primário, quase eliminação da dívida externa, câmbio flutuante do dólar, sobrevalorização fictícia do Real, aumento do gasto real com políticas de redistribuição de renda (sem promover mudanças estruturais), cumprimento dos pactos com o capital estrangeiro, flexibilização do trabalho e congelamento de salários. Tais medidas revelam a proximidade com o neoliberalismo, não imposto externamente, mas adotado pelo próprio governo federal brasileiro.

Quanto ao capital bancário brasileiro, resumidamente, as estratégias se voltaram para a manutenção da taxa Selic em índices relativamente baixos (entre 10 e 11%) e o redobrado auxílio estatal para instituições privadas com intuito de conter as refrações da crise de 2008, aportes de recursos financeiros de bancos estatais para empresas privadas e a estatização da dívida externa por meio de reservas cambiais.

Nesse período o Brasil possuía condições econômicas para mitigar os impactos da crise manifestada no EUA, mas essa condição não se manteve infundavelmente o que gerou outros impactos de natureza política e econômica nos governos da presidenta Dilma Rousseff. O seu primeiro mandato ocorreu em 2011, mas não sem problemas, tanto pelos acontecimentos internacionais, mas também pelos escândalos de corrupção envolvendo o partido dos trabalhadores (PT). A sua permanência no segundo mandato não foi tranquila desde o processo eleitoral, Dilma Rousseff ganha as eleições no segundo turno com uma margem de diferença não muito expressiva.

Demier (2017) analisa, nessa mesma corrente, que os três mandatos do governo PT primaram pela manutenção dos eixos centrais da política econômica presentes nos governos de FHC, como o superávit primário, pagamento das dívidas internas e externas, juros altos e apoio ao agronegócio, dentre outras, com uma redução significativa do desemprego, sensível aumento do salário-mínimo, ampliação do mercado consumidor e expressiva expansão das políticas sociais compensatórias. Assim, analisa que a democracia blindada estava finalmente implantada no Brasil, na medida em que chegava ao fim um processo em que as demandas populares, realmente consideradas reformistas, baseadas na ampliação de direitos, foram sendo gradativamente privadas de seus representantes na esfera estatal e ficando praticamente sem representatividade nas instituições democráticas.

O panorama ora demonstrado revela que a intervenção do Estado é constitutiva do capitalismo e, nos momentos de crise, essa intervenção é redobrada.

Contudo, a intervenção estatal responde, neste caso, aos interesses políticos, econômicos e ideológicos do capital e, residualmente, às necessidades da classe trabalhadora. Não por acaso observamos as crescentes degradações das relações e gestão do trabalho, que trazem consequências cada vez mais agudas a todas as esferas da vida da população.

Neste sentido, Filgueiras e Druck (2012, p. 10) explicitam:

Assim, o fato óbvio é que, sob as mais diversas formas, explícitas ou implícitas, direta ou indiretamente, política ou materialmente, o Estado é imprescindível para o processo de valorização e acumulação de capital, cujas formas de intervenção e de regulação expressam, em cada momento, as relações de forças entre as classes, definindo diferentes configurações históricas que o Estado pode assumir, sem alterar o seu caráter estrutural de dominação de classes e de “fiador” do mercado. Nos momentos de expansão da acumulação, o Estado cumpre o papel de criar e manter as condições necessárias que viabilizam o processo de expropriação do trabalho e valorização dos capitais: através da garantia da propriedade privada dos meios de produção; da regulação política dos mercados de trabalho e de dinheiro; da demarcação das relações internacionais do país; da reorientação e redistribuição da mais-valia social e da ampliação das fronteiras da acumulação em geral e da acumulação fictícia em particular, com o crescimento da dívida pública. Nas crises, por sua vez, o Estado é chamado a arbitrar o processo de desvalorização dos capitais, socializando os prejuízos com toda a sociedade e coordenando a disputa intercapitalista pelas novas frentes de expansão – tornando-se um sujeito importante na recriação das bases da acumulação.

A crise de 2008 se relaciona com os avanços tecnológicos e com a precarização do trabalho, na medida em que ocorre nas empresas, nos mais diversos segmentos, a intensificação da reestruturação produtiva e a apropriação das inovações tecnológicas, próprias da Quarta Revolução Industrial. Paralelamente, se observa também a ampliação das regulações flexíveis no âmbito da legislação trabalhista, processos que, combinadamente, reorganizam o mundo do trabalho, as relações de trabalho e suas formas de gestão, fatores que promovem as aproximações iniciais com a plataformização do trabalho e dificultam a organização da classe trabalhadora. Sob estes aspectos, Lanza e Duriguetto (2024, p. 84) analisam:

Com a expansão da Quarta Revolução Industrial, cujo objetivo foi garantir um salto tecnológico ao mundo do capital, possibilitou-se sua estruturação a partir das novas tecnologias da informação e comunicação. Tal inovação permitiu que os processos produtivos ficassem cada vez mais automatizados, garantindo ao capital exercer, ainda mais intensamente, o controle do processo produtivo e dos trabalhadores, conformando aquilo que Alves (2018, p. 86, grifos do autor) identificou de “nova base técnica de exploração do trabalho humano na era do capital flexível”. Isto posto, o desemprego estrutural, juntamente com a precarização do trabalho ocasionadas

pela crescente terceirização, pelos trabalhos em tempo parcial, dentre inúmeras outras formas de exploração da classe trabalhadora vivenciadas contemporaneamente, são válvulas mestras dessa fase de reestruturação produtiva do capital.

Portanto, podemos compreender que a questão do avanço tecnológico, da precarização, da plataformização do trabalho e da desregulamentação dos direitos trabalhistas é um processo que vem se desenvolvendo ao longo dos últimos trinta anos, agudizado com a crise de 2008. O desvelar de tais acontecimentos, agravados pela pandemia por Covid-19, pavimenta o caminho para a degradação ainda maior das relações de trabalho durante e após a pandemia, fator que representa um marco histórico importante para analisar as novas configurações, sobre as quais tanto o trabalho quanto a classe trabalhadora estão submetidas.

3.1.

Golpe de 2016 e a efetivação das contrarreformas trabalhista e previdenciária

Para melhor compreensão sobre o Golpe de 2016, é preciso enxergá-lo além do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

De acordo com Schurster e Silva (2021), ao tratarem sobre o processo de transição democrática após o regime ditatorial militar (Golpe de 1964), ressaltam que o Brasil é um exemplo de transições negociadas ou pactuadas, que chegaram a um limite máximo da restauração conservadora (p.179), afetando a Nova República e a nossa democracia.

Os autores se referem a uma abertura falhada e a uma democracia falhada, ou democracia feia, de acordo com o termo cunhado por Anthony Pereira, 2010, dado ao caráter ambíguo da importância das conquistas expressas na Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã. Sobre tal ambiguidade, Schurster e Silva (2021, p. 171) analisam:

A ausência de uma real reforma das instituições republicanas, e em especial das polícias e da Justiça, que teria deixado o cidadão brasileiro – em especial o pobre, mestiço, preto, a mulher – cada vez mais distante dos mesmos direitos civis proclamados pela própria constituição de 1988. Esta, cada vez mais emergia como um documento declaratório. Por outro lado, a maciça presença de constituintes liberais-conservadores [...] abria caminho para a inserção de institutos que somente

nos anos seguintes mostrar-se-iam plenamente em suas consequências, entre eles o hoje famoso Artigo 142¹⁶.

Trata-se, pois, de uma importante conquista, a retomada do Estado Democrático de Direito no país, contudo, seus aparatos jurídicos e políticos são permeados por interesses de classe, que acirram desigualdades sociais históricas, heranças de nossa formação social brasileira, marcada por um passado escravocrata e por interesses econômicos dos grupos agrários, industriais e financeiros, além dos militares.

Conforme Bastos (2017), ao analisar a ascensão e crise do governo de Dilma Rousseff, destaca a trama do poder estrutural do capital financeiro e as contradições inerentes aos modelos de crescimento econômico e coalização política, observados desde os governos Lula.

Bastos (2017) pauta suas considerações afirmando que o governo Dilma Rousseff “resolveu repetir a mágica da conciliação de opostos e do governo de união nacional do início do ciclo lulista”. Contudo, o autor reflete que, do ponto de vista econômico, essa conciliação nacional tinha por base o programa de oposição de direita, de seu candidato opositor, recentemente naquela ocasião vencido nas urnas.

A pressão sobre o governo, por parte das elites econômicas era sua coalização mediante a execução de um pacote fiscal elaborado por economistas neoliberais e neoclássicos, de acordo com Bastos (2017). O ponto de argumento dessa parcela da burguesia era que tal pacote de medidas, de ajuste fiscal, seria inevitável para conter “a gastança” que alegavam estar no centro da perda de confiança com a dívida pública, entendida como o motivo da desaceleração do investimento privado e do próprio crescimento econômico.

Bastos (2017, p. 46) expressa o contrassenso de tal argumento:

O argumento neoliberal tem um quê de absurdo: é difícil imaginar como a economia não desaceleraria mais ainda caso o Banco Central elevasse ainda mais a taxa de juros básica, enquanto o Tesouro cortasse ainda mais o investimento público. De todo modo, é digno de nota que a dívida pública líquida estava em um patamar muito confortável em 2014 e não exigia uma política fiscal contracíclica. A despeito do déficit primário de 2014, a relação dívida líquida/PIB alcançou apenas 33,1% do PIB, sendo inferior ao patamar de 2010 (38%) e 2011 (34,5%) ou mesmo de 2008

¹⁶ O Artigo 142 da Constituição Federal de 1988, de acordo com Schurster e Silva (2021), garantem ao poder e autonomia aos militares, junto à vida pública, propagada por estes como uma forma de “Intervenção Militar Constitucional”.

(37,6%), quando se considerou necessário (e possível) realizar um programa anticíclico para reverter a recessão provocada pela crise financeira global no Brasil.

Diante desta exposição de motivos, Bastos (2017) questiona se a então Presidenta Dilma Rousseff foi convencida pelo argumento da oposição neoliberal ou se aderiu a ele por causa dos efeitos políticos esperados.

Bastos (2017) esclarece que o pacote não se limitava ao ajuste fiscal e acelerava o ajuste de preços relativos, sobretudo quanto à relação câmbio/salários, desde 2011.

Isto significa que os ajustes não só se concentravam na desvalorização cambial, mas também na redução dos salários reais e do nível de emprego. Este ponto, em particular, poderia unificar a burguesia, mas afasta o eleitorado e a base social do governo. Quanto à questão do desemprego, Bastos (2017) informa que tal argumento não poderia ser explicitado abertamente, contudo, traz a afirmação do então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, sobre a “taxa natural de desemprego”:

[...] o argumento técnico é que o desemprego estava abaixo da taxa “natural” de desemprego: a pressão de demanda excessiva por trabalhadores, em relação à oferta, aumentava salários sem aumentar mais o emprego, aumentando custos, gerando inflação e reduzindo poupanças disponíveis para o investimento empresarial. Joaquim Levy afirmou em junho de 2015 que havia gente que não queria mais entrar no mercado de trabalho, mas voltaria, com a recessão, a procurar emprego, o que seria bom, pois “não existe crescimento sem aumento de oferta de trabalho”. (Bastos, 2017, p. 47).

A austeridade fiscal e salarial fora, ainda, acrescida do ajuste abrupto de preços relativos, contrariamente à proposta de campanha, que versava sobre um aumento gradual. Esta estratégia tinha como objetivo desvalorizar o Real frente ao dólar, ocasionando o aumento de exportações e a redução de importações. Quanto aos preços regulados pelo governo, tais como energia elétrica, petróleo e derivados, deveriam também ser elevados, a fim de reduzir subsídios ao setor elétrico e melhorar as contas da Petrobras.

Bastos (2017) analisa que o ajuste foi realizado num péssimo momento, tanto do ponto de vista econômico, quanto político, configurando de acordo com o autor um “austericídio”. Economicamente, a desaceleração cíclica e o efeito contraproducente da austeridade foram subestimados. Quanto à questão política, admitido pela própria Dilma Rousseff¹⁷, o núcleo decisório subestimou o caráter

¹⁷ Em entrevista à Revista Carta Capital, em 22/05/2016.

golpista da oposição, que já dava sinais no período da derrota de seu opositor, Aécio Neves.

Outro aspecto que fora subestimado pelo governo foi a seletividade da operação Lava Jato e a credulidade e boa vontade população eleitora, que havia confiado seu voto a um governo que se comprometeu a preservar o nível de emprego e salários.

Neste sentido, Bastos (2017, p. 48) sintetiza:

Diante da acusação previsível de estelionato eleitoral feita pela oposição e reverberada pela mídia, sua popularidade despencou antes mesmo da posse e não mais se recuperou, sendo impossível apelar às ruas, em massa, para barrar o golpe. O impeachment, ao contrário, é que se popularizou, à medida em que a crise econômica e a Operação Lava-Jato destruíam a confiança no governo, sem que um bom desempenho econômico pudesse compensar o ataque judicial e político golpista.

Até mesmo o apoio empresarial foi perdido após a adoção das medidas apoiadas por essa fração da sociedade, pois no contexto e forma de sua execução, o ajuste fiscal acabou por ter um efeito de déficit para as empresas, que exigiam ainda mais cortes. Ao que tudo indica, os que pediam os cortes talvez desconhecassem que eles contribuíam para a queda de sua própria renda, ocasionando, com efeito, o crescente descontentamento e frustração com os governos. Bastos (2017, p. 49) resume que:

[...] o segundo governo Dilma Rousseff incorreu no custo político de executar a agenda empresarial e conservadora sem, com isso, porém, recriar o amplo apoio empresarial e também detonar uma grande perda de popularidade, inclusive em sua base de apoio.

No mesmo caminho de análise dos acontecimentos, Demier (2017) analisa as concessões feitas pelo PT aos setores dominantes da sociedade, que apesar delas, gradativamente ao longo de 2015 e 2016, fez com que fosse visto por frações da burguesia brasileira como um partido político incapaz de implementar as contrarreformas e ajuste fiscal no ritmo e intensidade exigidos pela crise econômica nos quadros de um capitalismo periférico e dependente.

Entrou em cena neste mesmo bojo o avanço da onda conservadora sobre a sociedade, onde outros direitos democráticos seguem atacados para “preservar a democracia”, paradoxalmente. Ainda que dentro do aparato jurídico, legal e democrático do Estado, Dilma Rousseff foi deposta pelo Congresso, sob a acusação

de prática de “pedaladas fiscais”, embora as motivações reais tenham sido outras, de cunho político, o que fundamenta sua saída como golpe sobre uma eleição legítima.

Demier (2017), ao analisar a dinâmica do processo que culminou com o golpe contra o segundo governo de Dilma Rousseff, infere que se trata de um novo tipo de democracia liberal surgida na Europa a partir da década de 1980, com a chegada do neoliberalismo ao poder e desenvolvido nas décadas seguintes por meio das contrarreformas¹⁸ que buscam, ainda hoje, eliminar direitos sociais. Este autor realiza uma análise importante, dentre tantas outras, relacionada aos protestos de 2013 e como estes se relacionam ao avanço da onda conservadora no país.

Uma nova situação política foi aberta no Brasil em junho de 2013, trazendo de volta a política às ruas, rompendo a resignação social que marcou o período entre 1991 e 2008, de início marcada pela insatisfação popular com produtos sociais do regime político vigente, como serviços públicos caros e/ou altamente precarizados, falta de participação popular, repressão e corrupção. Os atos foram realizados por setores de vanguarda na sociedade, sofreram forte repressão policial e foram silenciados, por um tempo, pela imprensa. Contudo, as redes sociais deram visibilidade aos movimentos, que passou a ganhar adesões e despertar simpatia, considerando que décadas de contrarreformas motivavam a exigência pelo atendimento a demandas como por exemplo saúde, educação e transporte públicos, de qualidade e com preço acessível à maioria a população.

Tal panorama exigia uma reação por parte da burguesia, que veio por intermédio da chamada grande imprensa e se estruturou, de acordo com Demier (2017) em três estratégias insidiosas: 1) Captura das manifestações, que antes eram condenadas e passaram a ser saudadas como atos cívicos, buscando pautar suas demandas, descaracterizando as pautas que de fato eram abordadas e impingindo outras, como a prisão de mensaleiros, redução do número de ministérios no governo

¹⁸ De acordo com Coutinho (2010) o termo reforma sempre esteve ligado às lutas dos trabalhadores para transformação da sociedade, apresentando conotação claramente progressista e de esquerda. Contudo, o neoliberalismo busca capturar o sentido desta palavra, mistificando-a ideologicamente. O autor esclarece que antes da onda neoliberal, reforma significava ampliação de direitos, proteção social, controle e limitação do mercado e, agora, representa supressão de tais direitos, cortes e restrições. Defende tratar-se na verdade de uma contrarreforma, por seu caráter reformista, no qual não há opção entre diferentes modelos de sociedade. Quanto à particularidade brasileira, acessar as obras de Behring (2008 e 2011) e Behring e Boschetti (2015), a fim de analisar as contrarreformas do Estado, desencadeadas em especial a partir dos anos 1990, com objetivo de adaptar o país à dinâmica imposta pelo capitalismo internacional, contando com a sustentação política, jurídica e econômica interna.

de Dilma Rousseff e não aprovação da PEC 37, praticamente desconhecida de modo geral. A oposição de direita utilizava destes artifícios para desgastar eleitoralmente o governo Dilma; 2) Propagação midiática da ideologia antipartido, com objetivo de impedir o crescimento da oposição de esquerda, usando o discurso desqualificador da política, fator que contribuiu para a desorganização política para as mobilizações, criando um ambiente para a violência de grupos de ultradireita; 3) Adoção de estratégias para dar fim às manifestações, mais uma vez a tentativa de captura dos movimentos ocorre, na tentativa de reduzir a pauta a favor do acesso à saúde, educação e serviços públicos de qualidade à questão do aumento de tarifas de transporte. Mesmo não havendo o reajuste, as manifestações seguiam, tendo o discurso da grande imprensa massificado entre a participação de vândalos e pacíficos, a fim de legitimar a repressão policial nas manifestações.

Neste sentido, Demier (2017) estabelece a conexão entre o golpe de 2016, as contrarreformas e a onda conservadora no período:

Não seria equivocado dizer, portanto, que o modo pelo qual o regime democrático-blindado, então dirigido pelo governo petista de Dilma Rousseff, reagiu às Jornadas de Junho se encontra entre as raízes explicativas do surgimento da onda conservadora que assolaria o país pouco tempo depois e que, como se sabe, resultaria no golpe de 2016 e na consequente intensificação da marcha contrarreformista direcionada aos trabalhadores. (Demier, 2017, p. 81).

Concretizado o Golpe de 2016, num verdadeiro espetáculo midiático, respaldado pelo aparato jurídico institucional brasileiro, pudemos constatar o avanço dessa onda conservadora nas bancadas dos representantes políticos, que reverberavam palavras de ordem e discursos não cabíveis ao exercício político, pautados no bem, na família, em Deus e na igreja, além dos bons costumes. Estava aberto o caminho para concretização das contrarreformas que assolariam a classe trabalhadora.

Cassin (2022) afirma que a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016¹⁹, as transformações o cenário político e econômico brasileiro foram orientadas pela necessidade de adequar o Brasil à nova dinâmica do mercado mundial. As refrações da crise de 2008 sobre a economia nacional foram respondidas por um novo regime

¹⁹ O golpe de 2016 deve ser caracterizado como golpe jurídico-parlamentar na medida em que foi orquestrado por um arranjo entre diferentes setores do poder burguês – o Legislativo, o Judiciário e a Polícia Federal, com suporte ideológico da grande imprensa, apresentando a particularidade de ter se processado no interior do regime democrático, conforme explicação de Cassin (2022).

fiscal e ofensivas ao trabalho, às políticas sociais e ao meio ambiente, que deram forma a uma nova etapa do ajuste neoliberal – o ultraneoliberalismo.

Os governos ultraneoliberais, de acordo com Cassin (2022) acirraram a superexploração da força de trabalho e a espoliação do fundo público, na tentativa de conter a tendência à queda de juros. Assim, Temer introduziu as matrizes do agenda ultraneoliberal, que foi posteriormente aprofundada pelo seu sucessor, Jair Bolsonaro. A autora segue explicando que a crise de 2008 desencadeou uma fuga dos capitais estrangeiros investidos, além da queda no volume das exportações de produtos primários, gerando assim a adoção de um ajuste recessivo para reequilibrar as contas internas e garantir a estabilização macroeconômica (p.22).

De acordo com sua análise, não à toa que uma das primeiras medidas do governo Temer foi apresentar ao Congresso Nacional a PEC 241/2016 (ou 55)²⁰, como já mencionada nesta tese, conhecidas como a PEC do teto de gastos (e por segmentos críticos da sociedade como PEC do fim do mundo), que previa a instituição de um novo regime fiscal e o congelamento de despesas primárias por 20 anos.

A PEC 241 ou 55 foi aprovada em dezembro de 2016, passando a vigorar como Emenda Constitucional 95 a partir de então. Portanto, a EC 95, aprovada pelo governo ilegítimo e com suporte do congresso mais conservador eleito até então, revelou a essência do golpe de 2016, quanto a promover um desmonte dos direitos e das políticas sociais, sem precedentes na história do Brasil, corroendo a cada ano a parcela do fundo público destinada à classe trabalhadora e, simultaneamente, garantindo o superávit primário para remuneração do capital.

Levada a cabo a primeira parte da agenda, que possibilitou a redução dos gastos estatais destinados à reprodução social dos trabalhadores, na forma de salários indiretos, Cassin (2022) desvela o próximo passo. Trata-se da instituição de uma contrarreforma trabalhista destinada a rebaixar ainda mais o valor da força

²⁰ Cassin (2022) esclarece sobre o teor da referida PEC que de acordo com sua proposta, a partir de 2017, os gastos sociais com saúde, previdência social, assistência social, educação, cultura, saneamento, desenvolvimento agrário, ciência e tecnologia, habitação, infraestrutura, dentre outros, deveriam ser limitados às despesas executadas em 2016 e corrigidas anualmente apenas pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até 2036. Além disso, a PEC 241/2016 sugeria uma alteração no cálculo do valor mínimo a ser destinado às políticas de saúde e educação o que, na prática, desvincula tais despesas das receitas da União e elimina o piso de gastos estabelecido constitucionalmente para essas políticas. As despesas com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública interna e externa, que consomem a maior parte do orçamento geral da União, contudo, não foram incluídas neste teto de gastos (p. 22).

de trabalho e elevar as taxas de exploração. Em março de 2017 foi aprovada a Lei da Terceirização (Lei nº 13429). Seu teor alterou dispositivos relacionados ao trabalho temporário e ampliou sem limites a abrangência da terceirização de trabalhadores²¹.

Quatro meses mais tarde, o governo Temer efetiva a aprovação da Lei nº 13467, que estabelece uma ofensiva ainda mais atroz sobre o trabalho. Trata-se da Lei da Reforma Trabalhista, que alterou mais de 100 artigos da CLT e de outras legislações complementares. Antunes (2018, p. 293) ao abordar a contrarreforma trabalhista a analisa da seguinte forma:

Essa reforma desfigura em definitivo a CLT, ao instituir o preceito do negociado sobre o legislado, que elimina o patamar basal dos direitos, e também ao introduzir o nefasto trabalho intermitente [...], além de restringir em muito a abrangência da Justiça do Trabalho – cuja extinção é o objetivo verdadeiro do empresariado brasileiro –, entre tantos outros aspectos nefastos”.

Antunes e Praun (2018) destacam quatro importantes e articuladas dimensões da contrarreforma trabalhista, assentadas nas noções de segurança jurídica e flexibilidade. A primeira diz respeito à prevalência do negociado sobre o julgado, analisada pelos autores como chave que abre portas para as corporações globais, que buscam se favorecer com a precarização do trabalho; a segunda diz respeito à eliminação dos poros de não trabalho nas jornadas, flexibilizando-as ao máximo e associando à parcela de trabalho não remunerada, instituindo o banco de horas e o trabalho intermitente (disponibilidade integral para o capital, sem contrapartida de garantia de trabalho duradouro); a terceira se refere à fragmentação, fragilização e restrição da capacidade coletiva de negociação (enfraquecimento dos sindicatos) e a quarta dimensão é expressa pelos mecanismos que visam inviabilizar o acesso de trabalhadores e trabalhadoras à Justiça do Trabalho.

Cassin (2022) muito bem caracteriza a sanha destrutiva do governo Temer, voltada agora à parcela dos trabalhadores inativos, materializada na contrarreforma da Previdência, a PEC 287/2016, apresentada ao Congresso Nacional em dezembro de 2016. Dentre suas principais medidas propostas, figuram o aumento da idade mínima para aposentadoria para 65 anos (homens e mulheres, em todos os setores); a elevação do tempo de contribuição mínima para 25 anos; a redução do valor de

²¹ Até a mudança legislativa, somente era permitida a terceirização em atividades que não fossem aquelas consideradas fim das empresa, ligadas ao negócio central das organizações.

pensões de 100% para 50% e a proibição de acumular aposentadoria e pensão por morte; a elevação da idade para acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) por pessoas idosas, de 65 para 70 anos de idade, além da desvinculação do valor do benefício ao salário mínimo, ocasionando sua redução, dentre outros atos.

Cassi (2022) esclarece que a tramitação da PEC da contrarreforma da Previdência foi suspensa pelo governo em 2018, tendo em vista o enfraquecimento do apoio parlamentar e por força da intervenção federal no Rio de Janeiro. O apoio parlamentar foi arrefecido em função das manifestações ocorridas em Brasília e pela proximidade das eleições. Já a intervenção federal no Rio de Janeiro traduzia uma das faces do governo golpista, que era o endurecimento da repressão. Assim, a autora sintetiza:

As medidas adotadas pelo governo Temer traduziram uma tentativa de contrarrestar a queda da taxa de lucro por meio do aumento da exploração do trabalho, redução dos salários e elevação da superpopulação relativa, acentuando os efeitos do que Marini (2011) qualificou como a superexploração da força de trabalho. (Cassin, 2022, p. 23).

O governo Temer, efetivado de forma ilegítima, a partir do Golpe de 2016, cumpriu sua função de pavimentar o caminho para o aprofundamento das desigualdades e precarização do trabalho e da vida, por meio das contrarreformas, anunciando a fase de obscurantismo que chegaria em 2019 com o governo Bolsonaro. Cassin (2022) classifica, e com ela concordamos, como ingresso numa espécie de antessala do neofascismo ultraneoliberal. Fato é que o novo regime fiscal e a contrarreforma trabalhista prepararam o terreno para a austeridade fiscal e erosão dos direitos e políticas sociais efetivadas no governo sucessor. O golpe de 2016 inaugura uma nova forma de governar o país, a partir do fim da política de conciliação de classes, marca dos governos petistas. A partir de 2016 se efetiva a forma política adequada para imposição de uma agenda econômica de ofensiva ao trabalho, que não fora adiante pelas urnas em 2014, mas começou a acontecer em 2016, sendo aprofundada com as eleições de 2018.

O ano de 2018 foi marcado por uma série de acontecimentos, que influíram na transição do Golpe de 2016 para um governo eleito de forma legítima, apresentando um desfecho improvável, com a eleição do então deputado federal Jair Bolsonaro, afeto ao regime militar e às suas práticas autocráticas e violentas.

A trajetória de Bolsonaro na Câmara dos Deputados, ao longo de seis mandatos seguidos, contou com a aprovação de dois projetos de lei, de pouca relevância para a população em sua maioria, para 27 anos empossado. Contudo, foi uma trajetória marcada por discursos de ódio contra minorias, que em muito agradavam à extrema direita brasileira, que emergiu em 2015. Suas redes sociais acumularam milhares de seguidores, em apoio à sua pauta reacionária, violenta e preconceituosa, cujas principais bandeiras eram a defesa da ditadura militar, tortura, pena de morte, redução da maioridade penal, medidas de facilitação de armas de fogo para a população, além de ataques homofóbicos, racistas, misóginos e xenofóbicos.

Cassin (2022) esclarece que o crescimento político de Bolsonaro ocorreu em uma conjuntura política assimétrica e polarizada, na medida em que Lula, o candidato que liderava as pesquisas de intenção de voto, foi condenado e preso em tempo recorde pela Operação Lava Jato, cumprindo o propósito de inviabilizar sua candidatura. Após três anos, constatadas as irregularidades de todo este processo, Lula foi solto e o processo anulado. Além deste acontecimento de relevância para aquela conjuntura, outros se somam e são expressos por Cassin (2022, p. 24):

À prisão de Lula e ao posterior impedimento de sua candidatura, somaram-se outros acontecimentos como o assassinato político da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, em março de 2018 (ainda não esclarecido); a propagação massiva de fake news bancadas por contratos milionários de empresários; e a invasão de universidades públicas, centros acadêmicos e sindicatos docentes, sob o pretexto de combater “propaganda política”. A despeito da “frente democrática” que se formou em apoio ao candidato do PT, Fernando Haddad, e das massivas manifestações de resistência antifascista do #EleNão dirigidas pelo movimento de mulheres, Bolsonaro foi vitorioso no segundo turno, elegendo-se presidente da República com o voto de 57,8 milhões de brasileiros.

Uma pertinente análise sobre a eleição de Bolsonaro e a tendência internacional de ascensão da extrema direita reacionária e neofascista é realizada por Löwy (2020), na medida em que o autor defende tratar-se de líderes, partidos, movimentos e governos que guardam semelhanças com o fascismo da década de 1930, porém são fenômenos novos, diferentes dos ocorridos no passado. Embora o termo conservadorismo seja bastante utilizado no Brasil para fazer referência à extrema direita, o autor, com o qual concordamos, indica que não é a expressão mais adequada, por não se tratar de uma corrente conservadora, tradicionalista e saudosa do passado, mas sim de um autoritarismo violento, moderno e geralmente neoliberal.

Outro aspecto de análise destacado por Löwy (2020) a ascensão da extrema direita mundialmente se relaciona com a globalização capitalista, que também é um processo brutal de homogeneização cultural²², que favorece a produção e reprodução em escala mundial de manifestações nacionalistas, favorecendo assim os conflitos étnicos e confessionais. Neste sentido, Löwy (2020, p. 14-15) infere que “quanto mais a nação perde seu poder econômico devido à globalização, tanto mais se proclama a imensa glória da Nação ‘Acima de Tudo’”.

O governo Bolsonaro foi marcado pela política econômica de aprofundamento da austeridade econômica e pela pandemia de Covid-19.

Cassin (2022) explicita que o núcleo duro da agenda econômica do governo Bolsonaro reside no aprofundamento do ultraneoliberalismo, a fim de favorecer o grande capital financeirizado e imperialista, por meio da intensificação da extração de mais valia, da transferência de valor para o centro do capitalismo e da geração de superávits primários para pagamento da dívida pública.

Sampaio Jr. (2019) identificou quatro importantes diretrizes norteadoras das estratégias econômicas do governo Bolsonaro, expressas nos seguintes pontos:

[...] a) adaptar o Brasil à posição de produtor de bens primários na divisão internacional do trabalho; b) ampliar a abertura do espaço econômico nacional às operações de pilhagem e especulação do grande capital, nacional e internacional; c) adequar o nível tradicional de vida dos trabalhadores às condições mais rebaixadas de uma economia primário-exportadora; e d) dismantelar o que ainda resta do arremedo de Estado de bem-estar social estabelecido na Constituição de 1988. (Sampaio Jr., 2019, p. 3).

Quanto ao aspecto do dismantelamento dos direitos sociais, expressos na Constituição Federal de 1988, universais e na perspectiva de direitos (e não de concessões), cabe registrar que sob o comando do então governante federal Bolsonaro, se deu inicialmente com a PEC 06/2019, que versava sobre uma nova contrarreforma da Previdência Social.

Esta contrarreforma apresentava um teor ainda mais destrutivo aos interesses da classe trabalhadora, por modificar o sistema de contribuição previdenciária solidário para o sistema individualizado. Isto significa, em termos concretos, que a anterior lógica de contribuição, baseada em sistema social e coletivo de repartição

²² Para tratar deste processo de homogeneização cultural no capitalismo, e de sua reprodução, Löwy (2020) cita as formas de pânico identitário, expressão criada pelo crítico marxista Daniel Bensaid, que fomentam os conflitos étnicos e ligados às expressões religiosas.

(Cassin, 2022, p. 25), no qual as contribuições dos trabalhadores ativos financiava os benefícios dos trabalhadores inativos, estava sendo suprimida para dar lugar à uma lógica de capitalização, como uma poupança individual, na qual cada trabalhador poupa individualmente parte de seus rendimentos, ao longo de sua vida laboral, que constituirão a base de recebimento dos seus respectivos benefícios no futuro.

Sinteticamente, as mudanças promovidas no regime previdenciário oficial²³, por meio da contrarreforma previdenciária, são os seguintes:

[...] a nova contrarreforma da previdência ampliou o tempo mínimo de contribuição para 40 anos, para receber o benefício correspondente ao valor integral dos salários dos trabalhadores ativos; aumentou a idade mínima para aposentadoria para 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) e elevou o tempo de contribuição para 15 e 20 anos, respectivamente; aumentou a idade e tempo de contribuição para a aposentadoria dos professores (25 anos de contribuição e 57 anos de idade, se mulher e 60 anos de idade, se homem) e reduziu o valor das pensões.[...] foram instituídas novas alíquotas de contribuição e novas regras para o cálculo do valor da aposentadoria. O golpe de morte da EC 103/2019, todavia, foi a desconstitucionalização da previdência social, que autoriza a realização de futuras mudanças por meio de leis complementares e não mais como emendas à Constituição — as quais exigem discussão e votação em dois turnos nas duas casas legislativas — o que facilita sobremaneira novos ataques a esta política social. (Cassin, 2022, p. 26).

A partir da síntese apresentada, podemos constatar não só a degradação dos direitos sociais ligados ao trabalho, fruto de conquistas e lutas de muitos anos da classe trabalhadora, como também a abertura de flanco para possíveis novas degradações e aprofundamento crescente da precarização da vida e do trabalho.

Durante o governo Bolsonaro, ocorreu também um aprofundamento da contrarreforma trabalhista, por meio da edição da MP 905/2019, o chamado contrato de trabalho verde e amarelo. O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, em nota técnica²⁴, esclarece que a referida

²³ Com o intuito de promover uma aproximação à ideia mais distanciada do rol de mudanças desta contrarreforma, utilizo meu próprio exemplo como trabalhadora. Na regra anterior, eu faria jus à aposentadoria com 30 anos de contribuição e 54 anos de idade. Com a contrarreforma e não atingindo aos requisitos para o chamado pedágio (regras de transição que suavizariam os prejuízos para atingir a aposentadoria), deverei trabalhar até os 62 anos de idade, ou seja, 8 anos a mais do que o previsto. É como se 8 anos de contribuição que realizei tivessem sido “sequestrados” pelo governo e eu tivesse que repor este valor, trabalhando e sendo descontada para a previdência, por mais este período. Paralelamente, as metamorfoses do mundo do trabalho manifestam o acirramento da precarização, desregulamentação e desemprego. Trata-se, pois, de acordo com minha análise, de uma mudança de regra em condições de extrema desigualdade para com a classe trabalhadora, que enfrenta dificuldades para inserção e manutenção no mercado de trabalho, sejam jovens, sejam mais velhos.

²⁴ Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.html>>.

MP, sob o pretexto de estimular o primeiro emprego aos jovens de 18 a 29 anos de idade, por um período máximo de 24 meses e limitado a 20% do quadro de empregados, cria de forma escamoteada um aprofundamento da contrarreforma trabalhista.

O conjunto de razões que fundamenta a afirmação do DIEESE sobre o contrato verde e amarelo aprofundar a contrarreforma trabalhista diz respeito a: 1) estabelece oficialmente a modalidade de contrato de trabalho precário; 2) intensifica a jornada de trabalho, que pode acarretar em aumento do desemprego; 3) enfraquece os mecanismos de registro, fiscalização e punição às infrações; 4) fragiliza as ações de saúde e segurança do trabalho; 5) reduz o papel da negociação coletiva e da ação sindical, bem como ignora o diálogo tripartite como espaço para mudanças na regulação do trabalho e 6) beneficia os empresários com uma grande desoneração em um cenário de crise fiscal, impondo aos trabalhadores desempregados o custo do que chamaram (apropriadamente) de “bolsa patrão”.

Seguindo o plano estratégico governamental, no decorrer de 2019 é ainda apresentado um conjunto de mais três propostas de emendas constitucionais, voltadas à responsabilidade fiscal.

Conforme descrição de Cassin (2022), a PEC 186/2019, emergencial, visa a instituição de medidas permanentes emergenciais de controle de gastos públicos da União, Estados e Municípios, como a imposição de limites para despesas com pessoal. A PEC 188/2019, sobre o Pacto Federativo, regula a extinção dos municípios com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria inferior a 10% da receita total, além de prever alterações na distribuição de recursos entre os três entes federativos. A PEC dos Fundos Públicos, 187/2019, versa sobre a extinção dos fundos públicos infraconstitucionais, ou seja, fundos públicos criados por leis e não previstos pela Constituição, que concentram recursos em atividades ou projetos de áreas específicas, vinculando as receitas a atividades ou projetos específicos.²⁵ Assim, os recursos não efetivados no prazo de dois anos teriam como destinação a amortização da dívida pública. Este artifício representa um mecanismo de drenagem do fundo público para a remuneração dos rentistas.

²⁵ Informações oriundas do Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/17/mudanca-nos-fundos-infraconstitucionais-sera-analisada-pela-ccj-na-quarta>>.

Esta autora segue, caracterizando que a agenda de austeridade do governo Bolsonaro, contava ainda com propostas de reforma tributária e administrativa, interrompidas pelo evento pandêmico iniciado em 2020.

3.2.

Aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil: questões sobre avanços tecnológicos e pós-pandemia

Se o Brasil, no primeiro ano do governo Bolsonaro, já apresentava indícios de uma profunda recessão, com a irrupção da pandemia por Covid-19 o cenário nacional foi catastrófico. Cassin (2022) faz uma análise precisa ao inferir sobre saúde, política e economia na pandemia, com a União sob o comando de Bolsonaro:

No Brasil governado por um neofascismo ultraneoliberal, irracional e negacionista, as iniciativas de controle e prevenção da Covid-19 foram tardias, insuficientes e descoordenadas, conduzindo o país a uma tragédia sanitária de dimensões catastróficas. Bolsonaro não apenas se eximiu de seu papel de chefe de Estado em promover medidas econômicas, sociais e sanitárias de enfrentamento à pandemia, como desestimulou o isolamento social, negou a gravidade da doença, promoveu aglomerações, incentivou o uso de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento precoce da doença e retardou intencionalmente a aquisição de vacinas. (Cassin, 2022, p. 27).

Antunes (2022) esclarece que em nosso país vivenciamos desde sempre formas intensas de precarização e exploração do trabalho. Como dados de análise, nos oferece que, mesmo antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora encontrava-se na informalidade e, no final de 2019, o país já contava com cinco milhões de pessoas trabalhando de forma uberizada, ou seja, por meio de aplicativos, plataformas digitais e sem garantia de direitos. É conveniente lembrar que num passado recente o trabalho uberizado ou plataformizado era enxergado como algo positivo, inovador e moderno, parte integrante do que o autor chamou de “maravilhoso” mundo do trabalho digital, com as novas modalidades de trabalho online e trabalhadoras e trabalhadores caracterizados como empreendedores.

Não se trata de retratar a pandemia como fator gerador da desigualdade, posto que o agravamento das desigualdades sociais diz respeito à condição imanente do capitalismo, que reside na contradição entre capital e trabalho e na desmedida da exploração. Contudo, no período da pandemia por Covid-19 observamos novas configurações e agudizações que corroboram o avanço e aprofundamento do

neoliberalismo, assim como suas consequências nefastas sobre a população, especialmente às parcelas mais vulneráveis.

Embora a condução da pandemia sob o governo Bolsonaro tenha colocado o Brasil como um dos países mais afetados pela tragédia, com os 700 mil casos de morte por Covid-19 (sem contar as subnotificações), o cenário mundial também se mostra desolador, conforme caracteriza Antunes (2022, p. 15):

Mas fenômenos similares ocorrem também em várias partes do Norte do mundo. Acompanhamos, nos EUA, os sem -teto dormindo em calçadas, em praças públicas e em estacionamentos desenhados como baías com muros quadriculados simulados, para que não houvesse ainda maior contaminação. E isso no país mais rico do mundo! Ou ainda, os tantos milhões em busca do salário-desemprego (mais de 33 milhões de solicitações até o início de maio de 2020), as enormes filas que se sucedem para obtenção de algum alimento para sobreviver. Sem falar da falência cabal do sistema de saúde (todo privatizado), resultante da destruição do chamado Obamacare por Trump, o que agora se mostra socialmente trágico”.

Como angular para apreender as intercorrências que vivemos durante a pandemia, em sua obra que intitulou de Capitalismo pandêmico, Antunes (2022) recupera a questão do sociometabolismo destrutivo do capital (inspirado em Marx e Mészáros), inferindo que nem mesmo durante a pandemia o trabalho foi totalmente eliminado, pois sem o trabalho o capital não se valoriza. Contudo, o sistema de metabolismo destrutivo do capital, sob o comando do capital financeiro, impõe a modificação e devastação completa das condições de trabalho, mundialmente, “[...] num período histórico no qual acentuaram-se as interconexões entre produção, mundialização do capital e financeirização, sendo esta última a forma mais fetichizada da acumulação, uma vez que o capital financeiro enfeixa e abarca tanto a riqueza gerada pelo investimento quanto a que resulta da exploração da força de trabalho produtiva” (Antunes, 2022, p. 20).

Antunes (2022) destaca o que tratou como resultado de tal engenharia metabólica, representada num polo pela exuberância das corporações globais (que concentram quase totalmente a riqueza global) e em outro extremo a proliferação de diversas formas de trabalho humano vilipendiadas, como por exemplo o trabalho análogo à escravidão, superexploração, generalização da terceirização em todas as esferas laborativas, informalidade e intermitência.

O autor refere-se às novas formas de extração compulsiva do mais-valor, expandidas e desenvolvidas na era informacional por meio da uberização do trabalho, das formas distintas do trabalho informal, da precarização ilimitada, do

desemprego estrutural exacerbado, espreitamento do trabalho intermitente, acidentes, assédios, mortes e suicídios, configurando o mundo do trabalho que se expande e desenvolve na era informacional, das plataformas digitais e dos aplicativos.

Antunes (2022, p. 20) esquematiza este processo da seguinte forma:

Nestes tempos de crise estrutural e destruição, a melhor imagem dessa formação societal é a de uma totalidade completamente deformada. No topo, o capital financeiro (desde o capital fictício até aquele que controla a produção), que concebe o trabalho estritamente como “custo”. Como o avanço informacional-digital é um relógio que não para de rodar, sua destrutividade se intensifica a cada momento, tornando a força de trabalho global cada vez mais descartável e supérflua.

Assim, a fase atual mescla as tecnologias de informação e comunicação, impulsionadas e comandadas pelas relações capitalistas em sua forma mais destrutiva, o que piora ainda mais as condições globais de trabalho. O cenário, já bastante grave, sofreu piora significativa com a pandemia global.

Antunes (2022) nos alerta que, com a expansão das tecnologias de informação e comunicação, passamos a presenciar a ampliação da precarização, que atingiu não só trabalhadores da indústria de software, como também as pessoas que trabalham em call centers, telemarketing – que o autor e Ruy Braga denominaram de infoploretariado ou cibertariado – até atingir trabalhadores de setores industriais, agronegócio, bancos, comércio, fast-food, turismo e hotelaria. Ressalta que essa tendência já vinha sendo acentuada com o desenvolvimento da chamada Indústria 4.0, proposta que foi inicialmente realizada para possibilitar um salto tecnológico e informacional para o mundo da produção, automatizando e robotizando quase a totalidade dos espaços das cadeias produtivas.

Portanto, a tendência que já era bem visível antes da pandemia, acabou por consolidar-se, com a redução do trabalho vivo pela substituição das atividades mais automatizadas, sob o comando informacional-digital, fazendo com que o trabalho vivo se torne mais residual nas estruturas mais desenvolvidas digitalmente, deslocando-o, assim, para as atividades consideradas como mais manuais, sem contar com a ampliação monumental do exército sobrando de força de trabalho, em franca expansão nesta fase mais destrutiva do capital (Antunes, 2022).

Antunes (2022) traça um paralelo entre o capitalismo de plataforma, impulsionado e comandado pelas grandes corporações globais, a certos aspectos da protoforma do capitalismo, inferindo que:

Em pleno século XXI, com algoritmos, inteligência artificial, internet das coisas, big data, Indústria 4.0, 5G e tudo mais que temos desse arsenal informacional, enquanto as burguesias proprietárias e seus altos gestores acumulam enormidades incalculáveis de dinheiro e riqueza, há centenas de milhões que exercem modalidades de trabalho típicas de uma era de servidão, padecendo das vicissitudes e vilipêndios do que denominei escravidão digital. (Antunes, 2022, p. 27).

Neste sentido, Antunes (2022) destaca que a direção que o capital e seus gestores vêm indicando, inclusive nos setores em que o trabalho digital se desenvolve, se caracteriza como laboratório de experimentação do capital, conforme ocorrido com o home office, o teletrabalho e no campo da educação, o EaD (Ensino a Distância).

Este autor elucida que o teletrabalho e o home office aparecem como modalidades que terão significativo crescimento na fase pós-pandemia, em praticamente todos os ramos onde sejam implantados. A vantagem para as empresas dizem respeito à maior individualização do trabalho, maior distanciamento social, menos relações coletivas e de solidariedade nos espaços ocupacionais, distanciamento da organização sindical, tendência à eliminação de direitos (como pode ser comprovado através das formas pejotizadas e ligadas ao trabalho como empreendedorismo), fim da separação entre tempo de trabalho e tempo de vida (disponibilidade sem fim ao trabalho por meio do uso de celulares e notebooks), além da duplicação e justaposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Sob este aspecto, em particular, figuram as experiências das duplas jornadas, de trabalho doméstico e trabalho produtivo, que incidiram sobre o trabalho feminino, intensificando a desigualdade da divisão sociossexual e racial do trabalho. Ao analisarmos o período pós pandêmico, podemos constatar outra vantagem para o capital, relacionada à economia representada pelo trabalho fora das sedes físicas, que desloca por vezes aos trabalhadores as despesas de espaço físico e outros equipamentos necessários à realização das atividades laborativas.

Antunes (2022) marca, ainda, uma diferença no Brasil entre teletrabalho e home office, esclarecendo que no teletrabalho a empresa não controla a jornada de trabalho e não realiza remuneração de despesas adicionais, quando muito reembolsando possíveis despesas, como a internet por exemplo. Já o home office fica caracterizado como expediente e realização de tarefas semelhantes às que ocorrem no interior das empresas, mantendo-se os mesmos direitos trabalhistas.

Quanto ao EaD, Antunes (2022) analisa que esta prática vem sendo gestada há anos e gradativamente adotada de forma ampla, especialmente por faculdades privadas, que se utilizam desta metodologia para reduzir o corpo docente, intensificar o trabalho e aumentar exponencialmente os lucros. Neste sentido, complementa:

O rigor, a ciência e a pesquisa são, então, relegados e mesmo desprezados por essas empresas, que têm na lucratividade seu objetivo central. Ao passo que a expansão do EaD vem se constituindo em decisivo veículo para conversão dessas instituições em grandes conglomerados privados “educacionais”. (Antunes, 2022, p. 28-29).

Durante o período pandêmico, muitos foram os relatos de abuso dessas corporações em relação ao EaD e a exploração desmedida do trabalho, que vão desde notícias de utilização de robôs para correção de provas, sem conhecimento prévio dos alunos²⁶, como utilização de aulas gravadas de professores demitidos²⁷ e até falecido²⁸. Esta última notícia, em particular, expõe de maneira clara o caráter brutal da exploração capitalista, que conseguiu um artifício que permitiu auferir lucro sobre o trabalho até mesmo após a morte do trabalhador.

Assim, Antunes (2022) sintetiza que se tais realidades de trabalho se espalharam como pragas mesmo antes da pandemia, no contexto pandêmico o capital vem realizando experimentações que visam intensificar e potencializar, após a pandemia, os mecanismos de exploração do trabalho nos mais diversos setores da economia, transferindo para a classe trabalhadora os prejuízos da crise e aprofundando a precarização sobre o trabalho e a vida da população.

Especificamente em relação ao caso brasileiro, ao final de março de 2020 o governo decretou estado de calamidade pública, intencionando o aumento dos gastos com saúde além do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), abrindo dessa forma uma excepcionalidade na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Cassin (2022).

²⁶ Matéria disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/depois-de-colocar-robos-para-ensino-laureate-demite-120-professores.shtml>>.

²⁷ Matéria disponível em: <<https://fepesp.org.br/noticia-do-dia/21-10-universidade-usa-aula-gravada-por-professor-demitido-como-o-virus-de-move-em-sala-de-aula-o-premio-de-direitos-humanos-e-mais/>>.

²⁸ Matéria disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/page-not-found/universitario-se-empolga-com-aula-on-line-descobre-que-professor-ja-morreu-24860505.html>>.

Uma das faces mais escandalosas observadas no trato das questões pandêmicas diz respeito ao descaso com a população e o alto nível de cuidado com as grandes empresas.

Behring, Cislighi e Souza (2021) destacam a aprovação da EC 106/2020, tratada por orçamento de guerra, que destinou R\$ 13,8 bilhões de reais para a saúde, ao passo que R\$ 1,2 trilhão de reais para o sistema bancário, permitindo a compra de títulos podres com recursos do Tesouro Nacional. Tal passagem expressa que a conduta do governo não era a de combate ao vírus, mas sim do salvamento de empresas no contexto da crise, colocando os lucros antes da vida.

Dando prosseguimento a esta estratégia de governo, Bolsonaro editou as Medidas Provisórias 926 e 927 em 2020, destinadas à flexibilização de direitos trabalhistas, autorizando a redução de jornadas de trabalho e salários durante o estado de calamidade pública (Cassin, 2022). A Medida Provisória 927/2020 permitiu às empresas a adoção do teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, antecipação de feriados, banco de horas e suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho.

Em complementação a este pacote de medidas, figura a MP 936/2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, que permitiu a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários, além da suspensão temporária do contrato de trabalho. O programa em questão previa pagamento de auxílio emergencial governamental para trabalhadores que tiveram jornada reduzida ou contrato suspenso. Em julho de 2020 a MP em questão foi convertida na Lei 14020/2020.

Cassin (2022) recupera que em abril de 2020, após muita resistência, Bolsonaro se viu obrigado a seguir a tendência da maioria dos países no enfrentamento à crise econômica e aos efeitos da pandemia, sancionando a Lei que instituiu a renda básica emergencial. Cabe ressaltar que a proposta original do ministro da economia Paulo Guedes fixava um valor de R\$ 200,00 e que sua ampliação se deu em razão da pressão parlamentar sobre o governo. Desta forma, o benefício foi inicialmente previsto em três parcelas no valor de R\$ 600,00, destinados aos 13 milhões de inscritos no Cad Único ou pessoa com contrato intermitente inativo. No caso das mulheres provedoras de família monoparental, o valor do benefício foi dobrado, somando R\$ 1.200,00 por parcela.

Considerando a extensa duração da crise sanitária e econômica, houve prorrogação do benefício ao longo de 2020, totalizando o pagamento de cinco parcelas de R\$ 600,00, de abril a agosto e quatro parcelas de R\$ 300,00 de setembro a dezembro. A MP 1039/2021, de março de 2021, prorrogou o benefício em mais sete parcelas, com valores reduzidos e regras mais restritivas. O encerramento do auxílio emergencial foi seguido da instituição do Auxílio Brasil, novo programa de distribuição de renda que substituiu o Programa Bolsa Família. O Auxílio Brasil representou um retrocesso em relação ao Bolsa Família, tendo em vista que o novo programa fora aprovado arbitrariamente pela MP 1061/2021, sem debate nas instâncias de controle social democrático e em desarticulação com a rede socioassistencial, além do prazo previsto para sua extinção, fixado em dezembro de 2022.

Cassin (2022) menciona, ainda, no rol de medidas de enfrentamento à pandemia, o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus para Estados, Distrito Federal e Municípios, instituído pela Lei Complementar 173/2020, que previa a negociação de empréstimos e suspensão do pagamento de dívidas contratadas com a União, além da entrega de R\$ 60 bilhões para os governos locais aplicarem em ações de enfrentamento à pandemia.

Em contrapartida, a Lei proibiu o aumento de gastos com pessoal, a realização de novos concursos e qualquer reajuste salarial dos servidores públicos até o final de 2021. Com o condicionamento da oferta de auxílio financeiro aos estados e municípios atrelado ao congelamento salarial dos servidores, Cassin (2022) analisa que esta parcela dos trabalhadores já convivia há anos com a ausência de recomposição salarial e, com esta medida, o governo sinaliza a intenção de penalizar os servidores públicos pelo ônus da crise, como já ocorrido na década de 1990, época na qual os servidores eram considerados “marajás” (p.29).

Seguindo esta lógica, durante a pandemia houve a retomada da PEC 32/2020, com alterações que incluem a limitação da estabilidade no emprego para determinados cargos públicos, introdução de novos regimes precarizados de contratação, extinção de benefícios como adicionais por tempo de serviços, licença-prêmio e progressões baseadas no tempo de serviço.

O governo Bolsonaro transcorreu seu mandato em meio ao aprofundamento e institucionalização das desigualdades sociais, sob a égide neoliberal e ultraconservadora. A demora na viabilização das vacinas contra Covid-19 para

imunização da população, escândalos relacionados ao superfaturamento das vacinas, sucateamento do SUS, imposição de dificuldades de acesso da população ao auxílio emergencial, obstaculização do abastecimento de oxigênio nas unidades de saúde (dentre tantos, o episódio de maior notoriedade se passou em Manaus/AM), paralelamente à política negacionista de Bolsonaro, que creditava à pandemia o status de “gripezinha”. Sua equipe ministerial e base política de apoio avança sob seu comando nas pautas ultraconservadoras, neofascistas, perpetrando ofensivas homofóbicas, racistas, misóginas e de exploração intensificada à classe trabalhadora, promovendo sérios ataques ao patrimônio público por meio das privatizações, ataques à cultura, à ciência, à educação e à própria estabilidade da democracia, que permanecia sob ameaça permanente.

De acordo com Sena Jr, Miguel e Filgueiras (2023), os quatro anos do trágico governo Bolsonaro podem ser resumidos pelo ataque às instituições e aos fundamentos do Estado Democrático de Direito, desemprego em alta, queda da renda, aumento da pobreza e da fome, deterioração das relações internacionais, negacionismo na gestão da pandemia, queimadas e desmatamento recorde na floresta amazônica, ataques aos povos originários, disseminação de uma cultura de ódio e violência nas escolas, entre outras formas de obscurantismo.

Os autores refletem que a vitória da esquerda na eleição de 2022 se deu por uma pequena diferença de votos, contudo, foi uma vitória expressiva, visto que representou a derrota do movimento neofascista, de suas milícias físicas e digitais, dos algoritmos das big techs, da maioria das igrejas evangélicas, das forças de segurança públicas e privadas, de parte importante do capital financeiro, do agronegócio e do aparelhamento de Estado. É certo que não é uma vitória definitiva, pois segue a tensão entre as classes e diferentes interesses econômicos e políticos, mas a retirada do governo Bolsonaro, legitimamente, em processo eleitoral, é inegavelmente um importante passo de recuperação para o Brasil.

Cabe lembrar que o processo eleitoral foi marcado por interferências bolsonaristas, conforme elucidam Sena Jr, Miguel e Filgueiras (2023, p. 1-2):

[...] a instrumentalidade despudorada das instituições de Estado e todo tipo de manipulação, fraude e assédio dos eleitores, antes e durante o processo eleitoral, a candidatura de Bolsonaro mostrou-se, deve-se reconhecer, fortemente competitiva. Esse desempenho, mesmo que surpreendente, refletiu a força do bolsonarismo na sociedade brasileira e os seus enormes recursos políticos e econômicos.

Coube à candidatura de Lula construir uma ampla frente política, para obstar a extrema direita neofascista, expressa pela escolha de seu vice-presidente, Geraldo Alckimin, do PSB. Contudo, Sena Jr, Miguel e Filgueiras (2023), refletem que a incorporação da direita tradicional neoliberal a essa frente política foi parcial, pois seu núcleo mais orgânico, representado pelo capital financeiro associado ao imperialismo, apoiou a reeleição de Bolsonaro nos dois turnos eleitorais. Outro dado relevante para analisar esta conjuntura diz respeito à capacidade de transformação do poder de mobilização social da extrema direita em forte representação no Congresso Nacional, o que expõe sua forte presença e capilaridade na sociedade, que vai além da liderança de Bolsonaro.

Mas, o que esse conjunto de reflexões significa para o mundo do trabalho? A tendência de continuidade da política de aprofundamento da agenda ultraneoliberal, com incidências de mais erosões aos direitos trabalhistas, bem como aprofundamento da precarização sobre a vida e trabalho da maior parte da população brasileira, em especial pessoas negras, pobre e mulheres.

Este panorama nos remonta às origens da formação social brasileira, marcada pela escravização e pela superexploração, reatualizadas no cenário de capitalismo financeirizado, informacional-digital e de desemprego estrutural. Para esta tese, cabe em seguida analisar como tais incidências têm repercutido sobre o Serviço Social e suas profissionais.

4

Assistentes Sociais integrantes da classe trabalhadora e incidências das transformações societárias no trabalho profissional

Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para.

O tempo não para – Cazuza

As condições e relações de trabalho vivenciadas pela classe trabalhadora sofreram agravos significativos a partir dos processos de reestruturação produtiva e de implementação de políticas públicas de corte neoliberal, que tem gerado impactos negativos, sobretudo nas camadas populares. Tais incidências de desigualdade são observadas em diferentes recortes e formas, dentre as quais raça, gênero e regionalidade.

As alterações que atravessam as relações de trabalho na sociedade contemporânea, afetam a todo o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, inclusive assistentes sociais. No decorrer da década de 1990, o meio acadêmico nacional e internacional realizou um grande investimento em pesquisas sobre a categoria trabalho, por diversas áreas de conhecimento. Isto se deveu a um conjunto de transformações sociais, que tiveram origem na crise capitalista dos anos 1970, as quais afetaram articuladamente a configuração do Estado, da cultura, da política e das formas de contratação e gestão do trabalho, como já abordado nesta tese anteriormente.

Esses aspectos têm sido amplamente debatidos por intelectuais de diversas áreas de saber, especialmente das ciências sociais e humanas, e afetaram as profissões de um modo geral, não sendo diferente com o Serviço Social. Assim, este capítulo visa explorar as incidências das transformações societárias mencionadas sobre o trabalho do Serviço Social, priorizando as dimensões de precarização do trabalho, observadas nas pesquisas de Perfil Profissional do CFESS 2022 e seu aprofundamento complementar, divulgado pelo órgão em questão em 2024. Complementarmente, se apoia nos apontamentos da pesquisa do GPSS/UFGA, sobre Serviço Social, Política Social e Formação Profissional, assim

como na análise das falas da categoria, durante a apresentação dos principais resultados da pesquisa do CFESS (2022), no canal do Youtube da entidade, expressas na sala de bate-papo (chat).

4.1.

Precarização do trabalho de Assistentes Sociais no contexto ultraneoliberal no período de 2020-2023

O período destacado, de 2020 a 2023 (ou 2024?), marca uma fase de aprofundamento das desigualdades e erosão dos direitos sociais, especialmente aqueles oriundos do trabalho. No bojo dos acontecimentos de relevância neste processo, destaca-se, conforme indicado anteriormente, os desdobramentos da crise capitalista dos anos de 1970 na Europa e 1990 no Brasil, a partir de quando são conduzidas uma série de transformações econômicas e sociais, tanto na organização social e do trabalho, quanto no reordenamento do Estado, por consequência, os processos de mundialização em busca de novos mercados precarizaram as políticas sociais via processos de privatização de direitos, quanto as relações de trabalho com os ataques aos direitos sociais, já aludido anteriormente nesta tese.

Todo esse processo descrito, que ocorre combinadamente em escala global, afeta diversas instâncias das relações sociais de produção e de reprodução social e, campo do trabalho, apresenta incidências particulares, que segundo Antunes (2013) vão conformar uma nova morfologia do trabalho – nova morfologia essa fortemente mediada pelas tecnologias da informação e comunicação (com destaque para os avanços tecnológicos informacionais) e posteriormente, pelo evento da pandemia por Covid-19, sendo observado o acirramento da precarização do trabalho. Com efeito, a nova morfologia do trabalho vem acompanhada, também, pela nova morfologia da classe trabalhadora, o que resulta em incidências sobre o trabalho profissional de Assistentes Sociais e sobre a categoria.

Sobre esta temática, Antunes (2013) nos esclarece que o amplo processo de reestruturação do capital, ocorrido em escala global desde a década de 1970, trouxe consigo tendências mundiais de informalização da força de trabalho e aumento dos níveis de precarização da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que as tecnologias da informação e comunicação se apresentavam mais crescentes e

sinalizavam, inicialmente, uma potencialidade positiva quanto à maior intelectualização do trabalho.

Conforme defendido por Antunes (2013), as consequências dessas questões são diversas, como a acentuação dos elementos destrutivos em relação ao trabalho, que ao formatar novas maneiras de valorização do valor ocasionam também novos mecanismos geradores de trabalho excedente, que precarizam, informalizam e expulsam da produção uma enorme gama de trabalhadores, que se tornaram desempregados e descartáveis.

Sob esta perspectiva, Antunes (2013) elucida que vivenciamos uma processualidade multitendencial, na qual correm em paralelo a ampliação de grandes contingentes que se precarizam ou perdem o emprego e a expansão de novos modos de extração de sobretrabalho, articulados por meio do maquinário altamente avançado e das tecnologias de informação e comunicação. Neste sentido, o autor infere quanto às consequências deste processo combinado:

É como se todos os espaços existentes de trabalho fossem potencialmente convertidos em geradores de mais valor, desde aqueles que ainda mantêm laços de formalidade e contratualidade, até os que se pautam pela aberta informalidade, na franja integrada ao sistema, não importando se as atividades realizadas são predominantemente manuais ou mais acentuadamente “intelectualizadas”, dotadas de conhecimento (Antunes, 2013, p. 14).

Na arena de disputa de classes, intrínseca ao modo de produção capitalista, especialmente acirrada em tempos de aprofundamento de desigualdades relativas ao contexto ultraneoliberal, é possível constatar os efeitos destrutivos sobre todos os campos das relações sociais e, em especial, em relação ao trabalho, cuja face mais perversa diz respeito à desproteção, superexploração e precarização.

Para o debate empreendido nesta tese, a questão das tecnologias de informação e comunicação apresenta relevância, ao pesquisarmos a precarização presente no mercado de trabalho de assistentes sociais, sobretudo no período entre 2020 a 2023, fase que vivenciamos os desdobramentos das contrarreformas e sentimos o peso das políticas de ordem neoliberal, além da pandemia por Covid-19 e suas amplas consequências. Quanto a este processo, em concordância com Veloso (2021, p. 76-77):

O momento atual expõe de forma dramática as contradições presentes no modo de produção capitalista. Evidencia que a lógica capitalista não estimula a preocupação com o coletivo, com a solidariedade entre os sujeitos ou a busca de alternativas

emancipatórias. Sua preocupação principal reside na satisfação de interesses privados, baseada na (super)exploração, na concentração de capital e na mercadorização cada vez mais acentuada das relações sociais. O projeto capitalista encontra neste contexto pandêmico condições propícias e favoráveis a sua ampliação. Neste complexo cenário, as novas tecnologias da informação e comunicação, como instrumento a serviço dos projetos societários, ganham relevância, podendo ser usadas para reproduzir e ampliar as desigualdades ou para contribuir para construção de alternativas civilizatórias.

Entretanto, preliminarmente, algumas considerações a respeito das tecnologias de informação e comunicação precisam ser realizadas. A primeira delas se refere propriamente à conceituação. Para além da associação direta feita com o uso de computadores e da internet, numa abordagem mais superficial pode-se considerar como tecnologia tudo o que não existindo na natureza, é criado pelo ser humano para tornar seu trabalho mais fácil, expandir seus poderes e superar limitações físicas (Veloso, 2011). Segundo a caracterização feita por este autor:

As TIC são produto da convergência das telecomunicações com a informática e a computação, e, em termos gerais, sua definição remete ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, composta por computadores, softwares e sistemas de redes que têm a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e os sujeitos sociais que compõem a sociedade. Trata-se de novas tecnologias que podem mediar tanto o fortalecimento da acumulação quanto a criação e desenvolvimento de posturas alternativas aos valores capitalistas, a depender do movimento das forças sociais em disputa. Em outros termos, a influência que as TIC podem exercer no campo econômico, político e social depende da sua concretização como instrumento que pode vir a reforçar ou não a lógica da acumulação capitalista. (Veloso, 2011, p. 34).

Por outro lado, numa perspectiva mais aprofundada, é preciso compreender a tecnologia a partir do entendimento de seu caráter histórico e social e não como um fim em si mesma. Neste sentido, Veloso (2011) destaca o contributo da obra de Vieira Pinto (2005), que se diferencia em função de partir de uma abordagem mais crítica e que afirma a importância da compreensão dialética e dos condicionamentos históricos que explicam o momento presente, desmontando a ideia de que existe uma era tecnológica ou explosão tecnológica, gerando um endeusamento da tecnologia, como uma força capaz de por si e isoladamente promover mudanças e progresso na estrutura social. Sobre o endeusamento da tecnologia, Vieira Pinto (2005, p. 44) infere que este processo visa:

[...] fortalecer ideologicamente os interesses dos criadores do saber atual, a fim de conservá-lo no papel de instrumento de domínio e espoliação econômica da maior parte da humanidade, levada a trabalhar para as camadas altas dos povos senhoriais

sob a falsa e emoliente impressão de estar participando, na única forma que lhe é possível, da promoção do progresso em nosso tempo.

Nos campos do trabalho e da formação profissional em Serviço Social, especificamente, é possível constatar como as novas tecnologias da informação incidem sobre a profissão, tanto em seu caráter emancipatório quanto de reprodução da desigualdade, numa espécie de “para o bem ou para o mal”. Quanto ao campo de aproximação do Serviço Social com as TIC, Veloso (2021) destaca que há pontos positivos e negativos, potencializados no período pandêmico e caracterizados pelo autor a partir da seguinte síntese:

Com a utilização cotidiana das TIC, no bojo desse processo de generalização do seu uso pelo Serviço Social, ficamos frente a uma série de desafios. Se por um lado, a experimentação das diversas funcionalidades tecnológicas nos levou à percepção de inúmeros pontos positivos, não há, por outro lado, como desconsiderar os pontos negativos que complexificam esse processo de generalização do uso das TIC. As possibilidades de conexão com profissionais e estudantes de vários lugares do país vieram acompanhadas da forma particular de utilização das tecnologias pelo modo de produção capitalista, marcada pela prioridade aos processos de precarização do trabalho (ANTUNES, 2020), pela destruição de direitos (BARBOSA, 2020), pela mercadorização dos serviços públicos (HUWS, 2017) e pela expansão do poder das grandes empresas de tecnologia, no âmbito de um fenômeno que vem sendo preliminarmente chamado de capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2021) ou economia da atenção (PEIRANO, 2019), o qual possui nítidas conexões com o ultraneoliberalismo e neoconservadorismo (SIERRA et al., 2020). (Veloso, 2021, p. 65).

Fontes (2017) ao tratar sobre o capitalismo em tempos de uberização, reflete que quanto mais se expande o capitalismo, mais o trabalho assume múltiplas configurações, recobertas por aparências contraditórias, disseminadas e enfatizadas pela propaganda e atuação empresarial e estatal, destacando, dentre tais aparências, a redução do trabalho ao emprego e o trabalho eliminável da vida social.

Esta autora refuta as duas afirmações, refletindo que para o capital, o traço constitutivo mais forte do trabalho – sua capacidade criativa – torna-se secundário para os que exercem a própria atividade, remetendo à categoria alienação, conforme Marx. Esta categoria analítica pode nos permitir, também, analisar o aparente consenso de grande parte da classe trabalhadora quanto aos níveis brutais de exploração aos quais vem sendo submetida, no atual estágio capitalista e que conformam as novas morfologias do trabalho e da classe trabalhadora em geral.

De modo objetivo, Fontes (2017) condensa em pontos desta obra, os equívocos que devem ser evitados para análise das relações sociais concretas, num

contexto no qual os processos de dominação e de extração de mais-valor procuram se ocultar.

O primeiro ponto destacado por Fontes (2017) trata sobre a confusão entre emprego (contrato/direitos) e trabalho (venda da força de trabalho), fator que alimenta a suposição de um fim do trabalho, como se o capitalismo não repousasse sobre a extração de mais-valor. Fontes caracteriza este processo como chantagem imposta pelo capital, que encontra eco em variadas tendências teóricas. Exemplo recente que ilustra este panorama no Brasil se deu durante o Governo Bolsonaro, com a política econômica ultraneoliberal, chefiada pelo então ministro Paulo Guedes, cuja defesa veemente girava em torno da diminuição dos direitos trabalhistas em prol da vinda de empresas estrangeiras para o Brasil, gerando assim mais empregos, fato que nunca se confirmou.

A outra questão apontada por Fontes (2017) complementa a anterior, ao somar-se à suposição de que o capital financeiro pode reproduzir-se sem a valorização do valor propiciado pelos processos de trabalho. Além de não representar o fim do trabalho, a atuação desse polo reduz o emprego com contratos e direitos a alguns setores dos trabalhadores e impulsiona firmemente a expansão de formas de sujeição direta dos trabalhadores a processos apenas aparentemente abstratos, como é o caso da tecnologia e das plataforma de conexão, que na verdade é uma empresa e congrega grande parte dos recursos sociais de produção.

Do ponto de vista dos trabalhadores, Fontes (2017) reflete que a superposição de modalidades díspares de subordinação do trabalho ao capital exacerba a fragmentação efetiva da massa de trabalhadores divididos entre os com direitos, os com alguns direitos, os com poucos direitos, os quase sem direitos e os sem direitos. Este cenário contribui para a fragmentação entre os trabalhadores, fato que pode ser constatado ao observarmos as dificuldades que perpassam a organização dos trabalhadores uberizados e plataformizados.

Ainda quanto a este cenário, Fontes (2017) aponta que ao crescer a distância entre os proprietários dos recursos sociais de produção, atualmente ocultos sob holdings, conselhos de acionistas, plataformas digitais e entidades sem fins lucrativos, se amplia a dificuldade dos trabalhadores em enxergarem seu processo de sujeição. Esta análise dá sentido às falas bastante comuns dos motoristas por aplicativos, que por vezes se colocam como empresários, bem como não se compreendem como empregados das plataformas digitais, mas sim seus parceiros.

Ou, como bem Antunes (2018) caracterizou esse segmento de trabalhadores, uma massa de empreendedores que constituem a mescla entre burguês-de-si próprio e proletário de-si-mesmo.

O caráter fragmentado da classe trabalhadora, identificado por Antunes desde a década de 1990, quanto à morfologia atual do trabalho estimula a reatualização das segmentações que já existiam entre os trabalhadores, expressas por nacionalidade, gênero e raça. Neste aspecto, Fontes (2017, p. 64) reflete que:

De forma consciente, intencional ou não, ocorre um movimento intelectual e prático de apagamento das classes sociais, nutrido por uma mercantil filantropia, que recebe recursos das entidades capitalistas internacionais e das pontas mais concentradas do capital [...] Há uma espécie de aceitação tácita do capitalismo como insuperável, numa vasta gama de movimentos e partidos, inclusive dentre muitos que se autoproclamam de esquerda [...] Esse tipo de atitude adota a postura da filantropia mercantilizada e banaliza a suposição do fim do trabalho e das classes sociais, supostamente substituídas pela pobreza, excluídos, vulneráveis, etc.

Não ao acaso, os meios de comunicação de massa, principais veículos de comunicação televisiva e impressa, além das mídias sociais mais recentes, reiteram continuamente a propaganda sobre o chamado terceiro setor e ações de responsabilidade social, filantropia empresarial e solidariedade, como é possível perceber em campanhas, como por exemplo, da Ação da Cidadania. Fontes (2017) analisa que este quadro exemplifica o que trata por intensa rapinagem burguesa, na medida em que expropria conquistas populares ancoradas no Estado, por meio de um “hiperativismo empresarial legiferante”, sob o qual são produzidas leis e normativas privadas destinadas a reduzir direitos da grande maioria da população, composta pela classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que promove legalizações adequando práticas ilegais postas em ação pelo empresariado. Exemplos recentes no país são as contrarreformas trabalhista e previdenciária.

A este cenário marcado pela desigualdade, Fontes (2017) acresce a privatização de empresas e serviços públicos, a captura dos recursos organizativos populares pelo grande capital, exemplificado pela autora a partir do estímulo aos fundos de pensão privados e de investimento, como compensação à fragilização imposta aos sistemas públicos de previdência, além da insegurança social crescente.

Sobre este tópico, Fontes (2017) chama atenção para o aumento da concorrência predatória no interior da classe trabalhadora, contando com estímulo legal por parte do Estado. Cita como exemplo os processos de militarização da vida

social, o aumento da violência aberta e simbólica contra os setores populares e o encarceramento massivo, motivados não pelo fim do trabalho e pela escassez do capitalismo industrial, mas sim pela necessidade continuada (e brutal) de expansão do capitalismo. Tal caracterização contribuem para não só para a conformação de trabalho e da classe trabalhadora no contexto atual, mas também para as relações sociais de modo mais ampliado.

Mais detidamente em relação à realidade do nosso país e do Serviço Social, Raichelis (2011) busca a discussão quanto à nova morfologia do trabalho de Assistentes Sociais. Assinala que no caso brasileiro, a precarização não pode ser considerada um fenômeno inédito, uma vez que se registra desde os primórdios da sociedade capitalista urbano industrial, cujas manifestações são atualizadas e reconfiguradas especialmente a partir da década de 1990, quando ficam mais claramente perceptíveis as influências da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais.

Sob a perspectiva desta autora, com o contexto societário marcado pela retração e erosão do trabalho contratado e regulamentado (e com ele os direitos sociais e trabalhistas), a relação entre trabalho e adoecimento é ampliada, fator que repercute na saúde física e mental dos trabalhadores, assim como nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho.

A dinâmica registrada, de flexibilização/precarização do trabalho, que atinge a toda a classe trabalhadora, logicamente atinge também ao trabalho de assistentes sociais, nos diferentes espaços ocupacionais onde atuam, se expressando pela insegurança no emprego, nas precárias formas de contratação, na intensificação do trabalho, rebaixamento dos salários, pressão por aumento de produtividade e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, conforme destacado por Raichelis (2011).

Esta autora ressalta o avanço na interpretação teórica do Serviço Social, ocorrida nos anos de 1980, que caracteriza o/a profissional de Serviço Social como assalariado, conforme infere:

É na década de 1980 que se identifica importante inflexão na interpretação teórica da profissão, com a contribuição de Iamamoto e Carvalho (1982), que nos brindam, a partir do contributo da teoria social de Marx, com uma análise inaugural do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas,

particularizando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado. (Raichelis, 2011, p. 422).

Tal contribuição foi significativa para ruptura da profissão com o legado conservador de sua origem, além de elevar o patamar quanto à análise do significado social da profissão, por meio da ampla interlocução com a teoria social crítica. Entretanto, Raichelis (2011) reflete que não obstante a esse contributo, não é possível pensar a condição de assistentes sociais como trabalhador/a assalariado/a a partir da problematização sobre como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a diversos empregadores, como o Estado, empresas privadas, organizações não governamentais e patronais. Em suma:

Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social. (Raichelis, 2011, p. 423).

Esta autora relaciona, ainda, o surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista em seu estágio monopolista com a questão social, que pelo seu caráter de classe vem a demandar do Estado medidas de regulação, não somente no nível econômico, mas também nos níveis político e social.

Se por um lado a ação do Estado visava a garantia de condições adequadas ao pleno desenvolvimento capitalista, por outro, buscava responder e até mesmo antecipar (ainda que contraditoriamente) às pressões de mobilização e organização da classe operária, que exige o atendimento de necessidades sociais coletivas e individuais, derivadas dos processos de produção e reprodução social.²⁹

Desta forma, de acordo com Netto (2005) e outros o Serviço Social se profissionaliza com seus agentes desenvolvendo uma autorrepresentação e discursos centrados nas suas autonomias de valores e vontades, contudo, a condição desses agentes profissionais sofre um giro importante, na medida em que se inscrevem numa relação de assalariamento. Esse deslocamento altera também o significado social de sua ação profissional na malha de reprodução das relações sociais, constituindo-se, assim, o Serviço Social como profissão, inserida no mercado de trabalho, trazendo consigo as consequências daí derivadas, relativas ao

²⁹ Conforme Netto (2005) e outros autores discutem, sobre o capitalismo monopolista e Serviço Social.

constrangimento da venda de sua força de trabalho. Conforme síntese de Raichelis (2011, p. 424):

A conformação dessa ordem societária cria, assim, um novo espaço sócio-ocupacional para o assistente social (e para um conjunto de outras profissões) na divisão social e técnica do trabalho, constituindo objetivamente as condições através das quais a profissão será demandada e legitimada para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais [...] esse mesmo processo de profissionalização do assistente social e institucionalização da profissão na divisão social e técnica do trabalho que circunscreve as condições concretas para que o trabalho do assistente social ingresse no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital, móvel principal da sociedade capitalista.

Na medida em que o Serviço Social atende a necessidades sociais a partir de suportes intelectuais e materiais para sua realização, Raichelis (2011) destaca que o exercício profissional do/da assistente social passa a ser mediado pelo mercado, ou seja, pela produção, troca e consumo das mercadorias (bens e serviços) numa crescente divisão social do trabalho social. Sua força de trabalho enquanto mercadoria só pode entrar em ação com os meios e instrumentos de trabalho colocados à disposição pelos empregadores, já que as Assistentes Sociais não dispõem dos recursos materiais, humanos, financeiros e operacionais para desenvolvimento das atividades profissionais, seja no nível do atendimento direto à população usuária ou no nível de gestão.

O processo em questão implica e incide na autonomia relativa desse agente profissional, visto que não possui o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário e coletivo, com os demais trabalhadores sociais em seus diversos espaços sócio-ocupacionais (Raichelis, 2011).

Nessa mesma perspectiva, Iamamoto (2009b) analisa o significado social da profissão, inscrito no âmbito do trabalho social coletivo na sociedade brasileira atual, para além de sua especificidade, mas sim como parte do trabalho social médio, comum ao conjunto de trabalhadores assalariados que produzem mais valor (Iamamoto, 2009b). Para esta tese, importa também analisar como o processo de precarização do trabalho incide sobre a profissão.

Este caminho, apontado por Iamamoto (2009b) implica em problematizar o trabalho de Assistentes Sociais na sociedade contemporânea, que vende sua força de trabalho em troca de salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns

a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar “a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços” (Raichelis, 2011, p. 426).

De acordo com Raichelis (2011) e Iamamoto (2010, 2009b), as implicações da mercantilização da força de trabalho de Assistentes Sociais na sociedade contemporânea, bem como a dupla dimensão do trabalho da categoria – trabalho concreto e trabalho abstrato³⁰ – não têm sido aspectos privilegiados como objetos de problematização na literatura profissional, uma vez que esta revela maior número de produções relacionadas aos fundamentos da legitimação social da atividade de assistentes sociais como trabalho concreto, particularizando sua utilidade social na divisão social e técnica do trabalho institucional.

Desta forma, o debate e a pesquisa quanto à superexploração e o desgaste físico e mental no trabalho profissional de assistentes sociais conta, ainda, com menos acúmulo de literatura no seio da profissão e da categoria.

Este quadro permite observar que o mais comum em termos de análise por parte de assistentes sociais é, conforme Raichelis (2011) o exame e indignação frente à exploração e desgaste a que é submetido o conjunto de trabalhadores assalariados, contudo, mantendo-se uma postura de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe. Assim, esta autora aponta a necessidade de avanço no estudo, pesquisa e ampliação do debate sobre a superexploração, desgaste físico e mental no trabalho profissional, fatores que são passíveis de conexão com os aspectos objetivos e subjetivos do trabalho, que assumem diferentes contornos no atual estágio do desenvolvimento capitalista e das manifestações de precarização sobre o trabalho.

³⁰ Rubin (1987, 156), ao tratar sobre a Teoria Marxista do Valor, esclarece sobre trabalho concreto e trabalho abstrato afirmando que “[...] trabalho abstrato está vinculado a uma ‘forma social’ definida e expressa determinadas relações entre os homens no processo de produção. Trabalho concreto é a definição de trabalho em termos de suas propriedades técnico-materiais. O trabalho abstrato compreende a definição de formas sociais de organização do trabalho humano. Esta não é uma definição genérica e específica de trabalho, mas a análise do trabalho a partir de dois pontos de vista: técnico material e social. O conceito de trabalho abstrato expressa as características da organização social do trabalho numa sociedade mercantil capitalista”.

4.2.

Expressões mais recorrentes e significativas da precarização do trabalho profissional de assistentes Sociais conforme a pesquisa de perfil profissional do CFESS – 2022 e a pesquisa de dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil - 2024

Realizadas as etapas que buscaram caracterizar como se estruturam as relações de trabalho na atual fase do capitalismo e quais os fundamentos da precarização do trabalho, bem como seus contornos na atualidade, o movimento analítico realizado diz respeito a identificar as manifestações aparentes e mais incidentes da precarização no trabalho profissional de Assistentes Sociais, tendo por parâmetro os dados presentes na pesquisa de perfil profissional de Assistentes Sociais - CFESS/CRESS 2022 e no Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais – Fase 2: Dados da Pesquisa Facultativa CFESS/2024. Complementarmente, foram utilizados também o material produzido pela pesquisa do GPSS/UFPA sobre Serviço Social, Política Social e Formação Profissional, assim como a análise das falas da categoria, presentes na sala de bate-papo (chat) do canal do CFESS no Youtube.

É preciso, brevemente, caracterizar o Conselho Federal de Serviço Social³¹, não só como entidade responsável pela orientação, disciplina, normatização, fiscalização e defesa do exercício profissional de assistentes sociais no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), mas também ressaltar seu papel político para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

A pesquisa de perfil profissional é mais um dos esforços significativos realizado pelo conjunto CFESS/CRESS em mapear a categoria profissional, em todo território nacional, visto que a pesquisa anterior fora realizada em 2005. É certo que há, ainda, lacunas por pesquisar e caminhos por aprofundar para melhor conhecer a configuração atual da categoria profissional e suas condições de trabalho, contudo, as diferentes fases da pesquisa nos ofertam elementos que permitem reflexões sobre como a precarização do trabalho profissional se expressa.

³¹ Para melhor conhecimento da estruturação do CFESS e ações disponibilizadas, recomenda-se o acesso ao site <<https://www.cfess.org.br>>.

Portanto, não se trata de replicar na íntegra o teor de tais pesquisas, mas sim eleger eixos temáticos que atuem como marcadores para pensar a precarização do trabalho de assistentes sociais no período de 2020-2023. Tais eixos se referem ao salário, tipos de vínculos e de formação profissional.

A coleta de dados da pesquisa de perfil profissional ocorreu entre 2016 e 2019 e o universo geral de profissionais com inscrição ativa era de 176.524 assistentes sociais, das quais 44.212 responderam ao recadastramento e 9.816 responderam à pesquisa facultativa. Isto significa que a pesquisa de perfil profissional foi baseada em 25,04% das inscrições ativas, amostragem significativa do ponto de vista metodológico. O gráfico a seguir expressa a distribuição regional de profissionais, tanto ao contingente geral quanto aos respondentes à pesquisa.

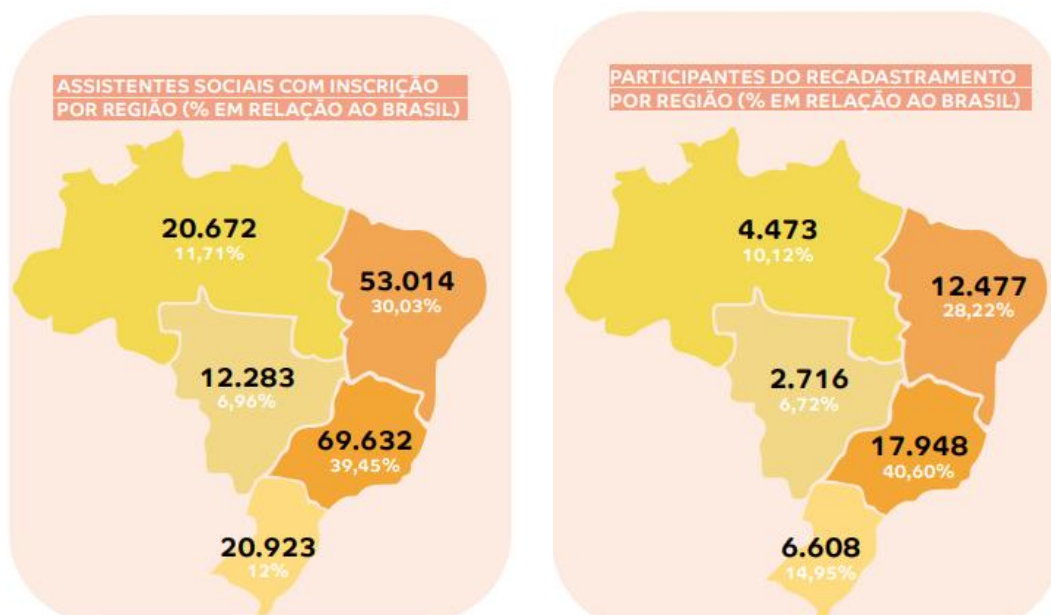


Gráfico 1- Distribuição Regional de Profissionais.
Fonte: CFESS/CRESS (2022).

Quanto à divisão sexual do trabalho, a profissão permanece majoritariamente feminina, na razão de 92,92% profissionais do sexo feminino, 6,97% do sexo masculino e 0,10% com outras expressões de gênero. Comparativamente aos dados da pesquisa de 2005, o percentual de mulheres era de 97% e de homens 3%, mantendo-se uma linearidade na proporção entre mulheres e homens. Contudo, naquela ocasião havia ainda a análise sobre outras expressões de gênero, o que reflete o amadurecimento deste debate no âmbito da categoria profissional.

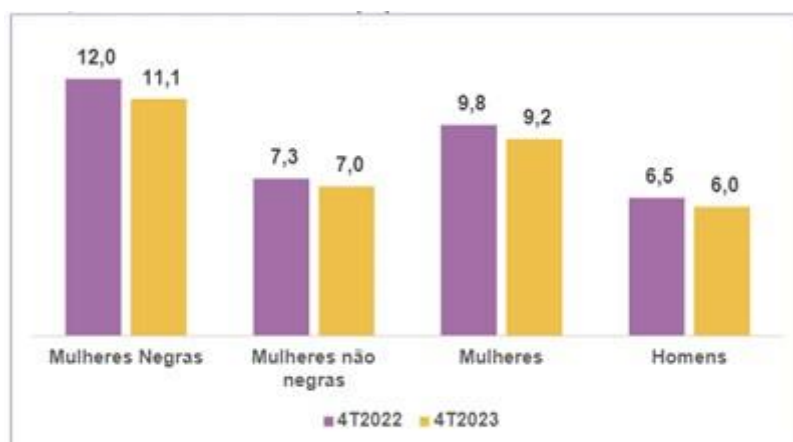
Quanto à pertença étnico-racional, a pesquisa apontou que o agrupamento preta/negra/parda representou 50,34% das respondentes, seguidas por 46,98% que se autodeclararam brancas, 1,85% amarelas, 0,32% indígenas e 0,51% outras.

Entretanto, ao se desmembrar o agrupamento preta/negra/parda, a cor/raça parda tornou-se majoritária, representando 37,58% e a cor/raça negra 12,76%.

Retratado este panorama preliminar, o que tais dados sobre a profissão e profissionais nos sugerem em termos de análises?

Sendo profissionais majoritariamente do sexo feminino e de cor/raça negra e parda, o trabalho profissional está sujeito às degradações que os dados oficiais mostram sobre trabalho, renda, gênero, raça e etnia no país.

De acordo com pesquisa do DIEESE (2024) a inserção da mulher no mercado do trabalho é marcada por taxas de desemprego mais altas, menores salários, dificuldades de crescimento profissional e maior informalidade. Quando tal cenário leva em consideração o marcador de cor/raça, fica patente a agudização da desigualdade, conforme é possível constatar no gráfico abaixo:



Fonte: IBGE, Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

Gráfico 2- Taxa de desocupação por sexo e raça/cor – Brasil, 4º trimestre de 2022 e 2023 (%).

Fonte: DIEESE (2024).

Ainda de acordo com este estudo, apoiado na PNAD Contínua do IBGE, no 4º trimestre de 2023, 66,286 milhões de pessoas estavam fora da força de trabalho, das quais 42,839 milhões eram mulheres, representando o percentual de 64,6 do total.

É importante destacar que o período pandêmico afetou ainda mais as trabalhadoras, na medida em que a participação dos homens no mercado de trabalho

retomou os níveis anteriores à pandemia. As mulheres enfrentaram taxas de desemprego mais altas, além de mais dificuldades em retornar ao mercado de trabalho, decorrentes de suas tarefas adicionais assumidas nos domicílios e da perda de postos de trabalho em atividades mais afetadas, como comércio, restaurantes e serviços sem que um percentual expressivo tenha conseguido se recolocar.

Quanto à informalidade e precarização do trabalho da mulher, em geral, o estudo empreendido pelo DIEESE (2024) destaca o marcador racial, na medida em que o temos no 4º trimestre de 2023 o percentual de informalidade de 41% de mulheres negras e 30,8% de mulheres não negras, disparidade que também se confirma entre homens, na razão de 43,2% entre os homens negros e 32% entre os homens não negros, no mesmo período.

A informalidade no trabalho é caracterizada pela realização das atividades laborais sem vínculos empregatícios ou registros formais, que causa efeito sobre a qualidade do trabalho e interfere no acesso aos direitos trabalhistas, bem como nos rendimentos recebidos.

A pesquisa em tela aponta, ainda, que a pertença étnico-racial preta/parda/negra prevalece na categoria profissional, porém as oportunidades de acesso ao trabalho em municípios maiores tende a ser melhor aproveitada pelas/os profissionais de cor branca. Por outro lado, convergem com a maior incidência de Assistentes Sociais nos Estados do Nordeste, onde predominam municípios de porte médio. Assim, há que se considerar, no âmbito do perfil profissional, que não há uma homogeneização, sendo o marcador de regionalidade um dos que apresenta grande importância para análise do acesso ao mercado e condições de trabalho da categoria.

Há registros sobre religião e estado civil nesta versão da pesquisa, mas contrariamente à versão de 2005, não há registro de idade das/dos participantes nesta fase da pesquisa. Com o lançamento da publicação da segunda fase, complementar, em 2024, este dado é revelado e contribui com as análises sobre trabalho profissional, precarização e aproximação com o debate sobre etarismo na profissão.

Sobre a questão religiosa, a relevância se dá pela direção social e moral propagada pelas instituições, que convergem para a naturalização das desigualdades sociais e de diferentes formas de opressão, como a de gênero, por exemplo, contudo, não se pode afirmar que sejam homogêneas ou exclusivas de apenas um segmento.

O que se pode, e deve considerar é a influência da chamada “bancada evangélica” nas decisões políticas, econômicas e sociais na pauta dos costumes, nesse sentido a convergência entre religiosidade e ultraliberalismo se realiza.

A relação entre religiosidade nas frações mais conservadoras e ultraneoliberalismo, embora sejam diferentes, pode ocorrer por vários condutos. Com relação ao objeto desta tese, destacamos como principal elemento a formação político ideológica naturalizadora das diferenças sociais, reproduzindo abismos econômicos, mas também de gênero na sua composição diversa. Nesse caso, os direitos como fruto de lutas históricas dão lugar aos desígnios divinos.

Cabe, também, refletir sobre o significado deste marcador quanto à incidência junto à formação profissional, à agenda profissional pautada na laicidade, na defesa dos direitos humanos e na pluralidade.

Na própria pesquisa de perfil profissional, consta a análise deste dado desvelado, prevalecendo a religião católica, declarada por 49,65% das respondentes e em segundo lugar a religião evangélica, na proporção de 21,61% do universo pesquisado. O avanço de diversos credos religiosos aponta para uma tendência de alteração da prevalência do catolicismo no Brasil, realidade que poderá incidir também sobre a categoria profissional. Não se trata de um julgamento moral, quanto a um determinado credo religioso ou não haver uma crença religiosa, mas antes:

Na atualidade, observa-se que, principalmente evangélicos neopentecostais e católicos da pauta conservadora na “defesa da família”, vêm ganhando visibilidade no cenário político, especialmente na defesa dos valores cristãos no campo dos direitos reprodutivos, sexuais e de proteção à família, desenhando um panorama que atenta contra direitos sociais e da diversidade. Portanto, é importante dimensionar seus reflexos no âmbito da categoria profissional das/os Assistentes Sociais, em seu Projeto Ético-político e em suas organizações políticas e institucionais. (CFESS, 2022, p. 39).

Esta análise dialoga e confirma a tendência apontada em 2022, com as pautas conservadoras propostas por seus representantes políticos, expressas por exemplo no projeto de Lei que criminaliza o aborto (PL 1904 de 2024), equiparando a interrupção da gestação após a 22ª semana à pena de homicídio simples, que supera a pena por estupro, criminalizando assim a mulher que tenha sofrido violência sexual e queira interromper a gestação. A cadeia de atendimentos a esta mulher passa por uma série de profissionais, inclusive assistentes sociais, impregnados de suas visões de mundo e projetos societários. O risco do trabalho profissional que

não seja dotado do caráter crítico e comprometido com a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora e dos direitos humanos é enorme e vulnerabiliza usuários/as e a própria categoria profissional, que poderá ser mais facilmente apascentada, moldada e perder seu cariz combativo, construído ao longo do desenvolvimento da profissão. Tais consequências incidem inclusive sobre a questão do avanço da precarização, na medida em que as desigualdades e demandas postas à profissão sejam enxergadas sem criticidade, como algo natural e impossível de mudar, via organização e participação política.

Ademais, sobre a questão da pauta conservadora e a movimentação em torno da temática do aborto, a filósofa crítica feminista norte americana Nancy Fraser, destacou recentemente em entrevista que os ataques ao aborto não são apenas guerra cultural, mas sim que as megacorporações estão preocupadas com a força de trabalho, na medida em que tais corporações são incentivadas a explorar o trabalho reprodutivo não remunerado ou mal pago, realizado pelas mulheres e pelas populações racializadas. Desta forma, o capitalismo acaba por ter mais oferta de trabalhadores disponíveis, com as mulheres dando-lhes à luz e cuidando deles.³²

Dentre os eixos temáticos abordados na pesquisa de perfil profissional (CFESS,2022) merece destaque a questão da formação profissional e do cruzamento de dados com a alocação de assistentes sociais no mercado de trabalho, que nos fornecem elementos para refletir sobre as atualizações das formas de precarização sobre o trabalho profissional.

A pesquisa buscou apreender alguns traços da formação profissional de assistentes sociais, tendo em vista o aumento progressivo de cursos, desde os anos 2000, apresentando resultados que corroboram este processo.

Revelam que entre 2006 e 2019 houve um salto de 70.000 assistentes sociais inscritas e ativas no CRESS para 176.524, ou seja, a média aproximada de 1 mil inscrições/ano em 2006 passou para 8.000 em 2019, evidenciando um crescimento de 152% em 13 anos. Esta expansão de grandes proporções está conectada à contrarreforma do ensino superior no Brasil, incrementada pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996.³³ A distribuição por tipos de instituição de

³² Entrevista disponível na íntegra em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/06/29/filosofa-nancy-fraser-diz-que-ataques-ao-aborto-nao-sao- apenas-guerra-cultural-o-capital-esta-preocupado-com-a-forca-de-trabalho.ghtml>>.

³³ Conforme documento do CFESS de 2010, Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social, até meados da década de 1990 o ensino à distância era utilizado no Brasil em cursos

ensino onde as assistentes sociais respondentes à pesquisa se formaram está consolidada na tabela abaixo:

Tabela 1- Graduação por tipo de Instituição de Ensino

Tipo de Instituição de Ensino	Freq	%
Instituição Privada com fins lucrativos	23.417	52,97%
Instituição Pública Federal	8.237	18,63%
Instituição Privada Filantrópica	4.239	9,59%
Instituição Pública Estadual	3.942	8,92%
Instituição Privada Confessional	2.214	5,01%
Instituição Privada Comunitária	1.556	3,52%
Instituição Pública Municipal	607	1,37%
Total	44.212	100,00%

Fonte: Pesquisa de perfil profissional de Assistentes Sociais - CFESS/CRESS (2022).

É possível observar que, do total, a maioria graduou-se em instituições privadas com fins lucrativos (52,97%). Em segundo lugar, com larga diferença percentual, aparecem as instituições públicas federais (18,63%), seguidas pelas instituições privadas filantrópicas (9,59%), instituições públicas estaduais (8,92%), instituições privadas confessionais (5,01%), instituições privadas comunitárias (3,52%) e, por último, instituições públicas municipais (1,37%).

Ao compararmos as instituições públicas e privadas, temos a proporção de 28,91% de públicas e 71,09% de privadas, com destaque para aquelas com fins lucrativos. Estes dados confirmam a tendência histórica de formação e ensino privado em Serviço Social, de natureza mercantil, atualizados pela predominância nas instituições privadas lucrativas.

Embora desde a década de 1990 esteja em curso o projeto contrarreformista e neoliberal, especificamente em relação à educação, suas bases são agressivamente reatualizadas ao tomar o ensino superior como um nicho novo e lucrativo, conforme apontam Lehrer (2021) e Dahmer (2020). Cabe destacar que tal projeto relativo à educação contou, também, com as moldagens de organismos internacionais e o interesse no ingresso da educação como mercadoria de grande potencial financeiro, como pode ser expresso, por exemplo, no Pacto de Bolonha.³⁴

profissionalizantes e de complementação de estudos. A partir desse período, com a ampliação da internet, iniciou-se uma política nacional de educação superior à distância. Seu marco fundamental está na LDB, que incentivou o surgimento desses programas, posteriormente regulamentados pelos decretos 2494/98 e 2561/98.

³⁴ O Pacto de Bolonha diz respeito a um tratado internacional, projetado para criar uma arquitetura unificada de educação superior na Europa, permitindo a utilização da educação superior como uma

Lehrer (2021) apresenta dados relativos à mercantilização do ensino superior, em escala única no atual estágio capitalista, demonstrando o expressivo ganho de capital por parte das grandes corporações, seja por programas governamentais, pelo pagamento de frações pauperizadas da classe trabalhadora que almejam o acesso à formação de nível superior ou mesmo por suas aplicações no mercado financeiro:

O setor que impulsiona a mercantilização, com fins lucrativos, é dirigido, grosso modo, pelos fundos de investimentos que vêm lastreando o febril processo de aquisições de empresas educacionais pelos grandes grupos que, é preciso frisar, são, em grande parte, de capital aberto e têm ações negociadas na bolsa de valores (B3) e na NASDAQ. Conforme estudo de Gomes (2021), apenas as que possuem capital aberto, a saber, Ânima (100.449), Estácio (649.200), Kroton (817.685) e Ser Educacional (170.920) ultrapassam 1,7 milhão de estudantes. (Lehrer, 2021, p. 11).

A pesquisa de perfil profissional apontou dados com relação à formação profissional e à modalidade de ensino, expressando que na última década ocorreu uma explosão do Ensino à Distância (EaD) no país. “Segundo o INEP, entre 2010 e 2020, o total de ingressantes teve redução de 13,9% nos cursos de graduação presencial e, ao contrário, aumentou 428,2% nos cursos à distância” (CFESS, 2022).

O mesmo levantamento mostra que o número de matrículas em cursos à distância saltou de 930.179 em 2010 para 3.105.803 em 2020, representando aumento percentual de 233,89%. Já nos cursos presenciais a variação foi mínima, de 5.549.120 para 5.574.551, representando o acréscimo de 2,30% no intervalo de 10 anos.

O aumento exponencial do EaD é comprovado também ao examinarmos os dados de vagas ofertadas (não necessariamente preenchidas). A Pesquisa de Perfil Profissional (2022) com base nos dados do INEP (2022) aponta que em 2020, do total de vagas ofertadas (19.626.441) 68,87% foram para cursos à distância enquanto 31,13% foram para cursos presenciais. A oferta de vagas na modalidade à distância se dá em sua maior parte por instituições privadas. Nestas instituições, foram registradas 71,30% das vagas para EaD e 28,70% presenciais.

plataforma para amplas estratégias voltadas às pessoas e ao mercado, visando um sistema global mais integrado e relacional de educação superior, incidindo inclusive sobre seu projeto de construção de Estado. Para mais aprofundamentos sobre o tema, acessar Robertson, S. Gomes, A. Kay, R. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QCDHWKZ4hwSbw8N5ZSFtbDJ/?lang=pt#>>.

Já nas instituições públicas, o panorama se inverte. Do total de vagas oferecidas (787.265), as vagas presenciais representam 84,22% contra 15,78% na modalidade EaD. Esta modalidade representa apenas 0,69% das vagas disponíveis no ensino à distância em 2020.

Cabe destacar que no ano de 2020, os dados do INEP (2022) demonstraram que o número de ingressantes no ensino superior (3.765.475) foi muito inferior ao número de vagas oferecidas, representando a ocupação de apenas 19,18% das vagas. Dentre os ingressantes, 53,35% optaram pelo EaD e 46,65% optaram pelas vagas presenciais.

A Pesquisa de Perfil Profissional (CFESS, 2022) analisa tais dados os compreendendo como motivação pelo ensino à distância decorrente da maior oferta de vagas, menores valores de mensalidades, exigências menores para ingresso e permanência, horários mais flexíveis, além da pandemia, que de toda forma manteve o ensino superior em trabalho remoto, nos anos de 2020 e 2021.

Concordo com tal análise e considero ser necessário destacar a diferença entre o EaD e o ensino remoto necessário como medida de contenção do avanço da pandemia por Covid-19. Do ponto de vista metodológico e em sua grande maioria, as aulas do ensino à distância são gravadas e reproduzidas por longos espaços de tempo, uniformizando o conteúdo das aulas expositivas e do material disponibilizado em forma de apostilas, esvaziando assim a possibilidade de trocas, debates e questionamentos, substituídos por atividades de fixação de conhecimento e avaliações que usualmente se dão em múltipla escolha, com comentários de reforço após a marcação de certo ou errado. Já o ensino remoto, adotado em função do distanciamento sanitário, implicou em aulas expositivas, em tempo real, com alguma possibilidade de interlocuções, com sistema avaliativo elaborado e corrigido por seus docentes. Ainda que nada substitua o ensino presencial em seu potencial de trocas, aprendizado e sociabilidade, a modalidade remota ainda se apresentou mais humanizada do que o ensino massificado à distância.

Na mesma linha do apontado pela pesquisa de perfil profissional, Dahmer (2020), no âmbito do Serviço Social, demonstra as curvas evolutivas de matrículas em cursos públicos e privados, nas modalidades presencial e EaD e sugere algumas motivações que possivelmente ocasionam a ampliação das matrículas do ensino à distância em relação ao presencial:

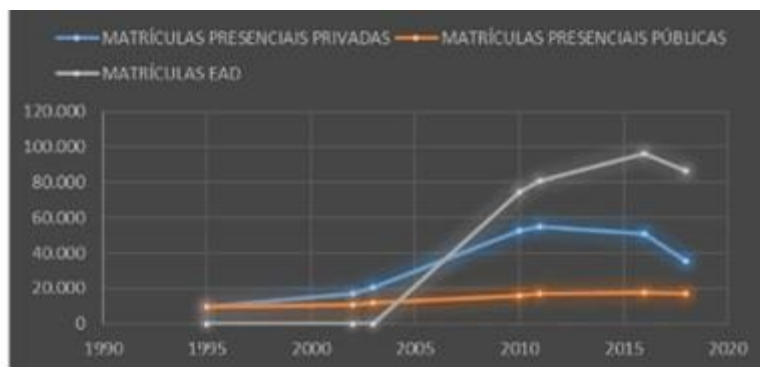


Gráfico 3- Matrículas em cursos presenciais públicos e privados e de EaD – Serviço Social.

Fonte: Dahmer (2020).

Apontamos algumas possíveis explicações para a redução nas matrículas privadas presenciais e, por sua vez, aumento de quase 20% nas matrículas em cursos EaD no período entre os anos 2011 a 2016, o que precisa ainda ser acompanhado e investigado: i. crise econômica, com aumento do desemprego/subemprego e diminuição da renda, o que diminui a procura por cursos presenciais privados de ensino superior; ii. as mudanças operadas pelo governo Dilma relacionadas ao FIES e PROUNI; iii. a diminuição de concursos públicos para a área de Serviço Social, o que reduz a atratividade de possíveis discentes, frente à escassez de mercado de trabalho; iv. o próprio marketing realizado pelas grandes corporações que exploram o ensino superior como mercadoria e apostam no EaD como um lucrativo nicho de mercado. Desta feita, a migração de discentes de cursos presenciais e/ou a ida diretamente para tais cursos (EaD) configura-se como uma tendência, especialmente após a pandemia do Coronavírus; v. as próprias condições de vida e trabalho nas grandes cidades, com diversas expressões da “questão social” agravadas, tais como: violência urbana, de gênero, dificuldades relacionadas à mobilidade (transporte público de péssima qualidade e caro), alto custo de vida, sobrecarga de trabalho. Tais condições de vida e trabalho empurram discentes que fariam um curso presencial para um curso ofertado via EaD. Especialmente, considerando que o curso de Serviço Social agrega majoritariamente mulheres, sobrecarregadas com o trabalho, externo à casa, doméstico e de cuidado com crianças e/ou idosos. (Dahmer, 2020, p. 100).

A questão apontada por Dahmer (2020), quanto ao espraçamento dos cursos de graduação em Serviço Social em EaD em relação aos cursos presenciais, tendo em vista os fatores analisados pela autora e pela tendência reforçada durante e após a pandemia por Covid-19, se viu refletida não só nos dados das pesquisas, censos e levantamentos estatísticos, mas também na fala de parte da categoria, que assistiu à apresentação da pesquisa de perfil profissional, transmitida pelo CFESS por meio de seu canal, em 2022, durante a live Assistentes Sociais do Brasil: diálogos sobre o perfil da profissão. Ao observarmos os comentários registrados pela categoria no chat da live, veiculada pelo Youtube, duas questões foram alvos de acalorados debates – piso salarial e formação profissional em regime de EaD.

É importante contextualizar que tais debates se deram na proximidade da eleição presidencial brasileira de 2022, período no qual havia a tensão latente entre os projetos políticos expressos pelas candidaturas do então presidente Jair Bolsonaro e do seu opositor Luís Inácio Lula da Silva. A polarização presente no contexto político nacional pode ser observada, também, em diversos momentos das falas da categoria, ao serem expostos os resultados da pesquisa.

Quanto ao piso salarial, basicamente figurou no debate ao se problematizar os dados revelados pela pesquisa quanto ao rendimento médio apontado pelo público respondente. Chama atenção o fato do Conselho Federal ser cobrado sobre a instituição de um piso salarial para a categoria, ao passo em que não faz parte das atribuições dos conselhos (federal e regionais) o poder institucional unilateral em instituir o piso salarial da categoria, muito embora haja campanhas e vídeos produzidos e disponíveis à categoria a fim de esclarecer sobre essa importante pauta, que conclama às lutas sindicais e às negociações políticas e coletivas. Em tais falas, fica a impressão de que, àquele colegiado, recai a responsabilidade sobre o panorama descrito, na medida em que revelam os dados apurados pela pesquisa.

Ao se abordar a questão do avanço da formação profissional em EaD, esta impressão fica ainda mais evidente. Durante a exposição da Prof.^a Ivanete Boschetti, da ESS/UFRJ, sobre as análises baseadas no resultado da pesquisa quanto ao avanço do EaD e os prejuízos trazidos pelo aligeiramento da formação profissional, parte da categoria presente se posicionou ofendida com a fala, interpretando-a como uma crítica pessoal. Decorrente disso, os argumentos utilizados estão abaixo transcritos, na seleção de alguns dos comentários:

“Sou formado por EaD e passei em 1º lugar no concurso da minha cidade para assistente social”.

“Acredito que não depende do método de ensino e sim do interesse de cada um em aprender, é preciso buscar o conhecimento”.

“Sou a favor do EaD, se não fosse bom o MEC não liberaria”.

“O EaD liberta das amarras ideológicas político-partidárias”.

“Sempre esse mimimi do ensino EaD, aff...”

“Pensa quando essas pessoas contra o EAD escutarem falar do METAVERSO”

“Eu faço EaD e acredito que depende do aluno a aquisição do conhecimento. Mas, infelizmente, o brasileiro tem uma ideia 'atrasada' sobre a modalidade”.

“Fiz graduação presencial, porque não me adaptei ao EaD, sou dispersa, mas tenho amigas que fizeram EaD e são excelentes profissionais. Acho que vai muito do esforço e inteligência de cada um”.

“SOU ALUNA EAD RECÉM-FORMADA EM SERVIÇO SOCIAL E NÃO ME SINTO INFERIOR A NENHUM ALUNO PRESENCIAL E FEDERAL”.

“Faço EAD e não estou gostando deste assunto CONTRA O ENSINO EAD”.

“ESSE PRECONCEITO COM O EAD É REVOLTANTE NO SERVIÇO SOCIAL”.

“Estou deixando de assistir, boa noite”.

Acompanhar as discussões que ocorriam no chat, durante as exposições da equipe responsável pela pesquisa de perfil profissional realizada pelo CFESS (2022), possibilitou o acesso a uma gama de questões muito relevantes para análise das manifestações da precarização sobre o trabalho de assistentes sociais, no contexto atual.

Alguma fração da categoria, ainda que não quantificada exatamente por pesquisas científicas, apresenta uma concepção sobre o processo de formação profundamente marcado pelo mérito individual e focada no conhecimento técnico-operacional. Tal comportamento é observado quando das falas que defendem que o processo de ensino e aprendizagem depende exclusivamente do esforço individual da/do discente, discurso que despreza ou desconhece a influência da totalidade das relações econômicas, políticas, sociais e culturais sobre a produção e reprodução do trabalho, que incide tanto sobre alunas/alunos, quanto sobre o corpo docente.

O que podemos esperar de uma formação profissional que, em parte, tenha suas/seus concluintes crendo em tais afirmações?

Uma das análises possíveis dessa conjuntura diz respeito à formação profissional intencionalmente aligeirada e alijada das trocas que estimulam a criticidade na profissão. Por essa lógica e método, são graduados profissionais distanciados da história da profissão, do seu caráter político, da compreensão sobre o modo de produção capitalista e sua incidência sobre as relações sociais e, particularmente, distanciados da compreensão sobre o Serviço Social inscrito na divisão social e econômica do trabalho.

Trata-se do capitalismo moldando continuamente a educação mundialmente, mas com as particularidades que afetam os países de capitalismo dependente, como o Brasil, por meio de suas medidas de ajuste neoliberais, adequações legais, formais e estatais, sem, contudo, preocupar-se com a garantia da qualidade do processo de

ensino e aprendizagem, menos ainda com a transmissão de conhecimentos básicos e fundamentais às futuras profissionais.

Em um cenário no qual este corpo estudantil lê cada vez menos, assim como escrevem e elaboram seus pensamentos de forma aligeirada, de acordo com sua própria formação, realizando provas e exercícios de fixação de conteúdo sob forma de múltipla escolha, por meio do computador, sobra pouco espaço para vivências relacionadas ao debate e conhecimento, por exemplo, do projeto ético e político profissional.

Aqui não subjaz a intenção de promover generalizações, no sentido de que todo corpo estudantil concludente da graduação em Serviço Social por meio do EaD apresenta tais fragilidades em seu processo formativo. Entretanto, não é possível desprezar a tendência de fragilização, quanto o conhecimento é compartimentalizado e dotado de distanciamento e frieza, relação obscurecida pela intermediação das TIC, apresentadas como novidade, modernidade e ente dotado de vida e intencionalidade próprias, como se não fossem técnicas/tecnologias utilizadas com uma intencionalidade principal – neste caso, a de ganhar cada vez mais lucratividade, seja por meio das mensalidades, seja por meio do mercado financeiro de ações.

Neste sentido, a modalidade de ensino à distância deixa marcas indeléveis sobre as/os concludentes.

Tomando por base esta fração da categoria que, conforme debatido no chat da live de apresentação da pesquisa de perfil profissional, acredita no mérito e apenas no esforço individual para atingir seus objetivos e transpor as desigualdades, nos leva a pensar sobre estas/estes profissionais formados, graduados e legitimados pelos seus registros junto aos respectivos Conselhos Regionais, atendendo à população usuária efetivamente.

Neste caso, há um alerta para o tratamento das demandas apresentadas pela via não do acesso aos direitos, mas sim do viés moralizante e julgador, que porventura conclame aos usuários a se esforçarem para sair da situação de vulnerabilidade que se encontram. Isto sem contar no risco de uma prática profissional extremamente funcional ao mercado.

Entretanto, é necessário ajustar o posicionamento dos alunos em EaD. Existe uma condição desses trabalhadores que muitas vezes os coloca numa escolha socialmente determinada, ou seja, cursam a formação superior privada e à distância

por ser o possível a fazer, por vários motivos, como por exemplo o custo da mensalidade (possível para ser pago com seus recursos próprios), custo da permanência na universidade (englobando transporte, alimentação e aquisição de material) e horários mais flexíveis, que permite aos docentes trabalhar.

Muitas vezes, trata-se de um corpo estudantil que tem uma formação cultural mais complexa, esvaziada de leitura e sem apoio suficiente de assistência estudantil, sem acesso à cultura, arte, alimentação adequada e condições de vida em si. Por tais razões, não é possível atribuir um peso exclusivo a uma escolha pelo EaD apenas à formação mais rápida. O/a discente sabe que para ingressar no mercado de trabalho tem mais chances obtendo um título de nível superior, sem contar com o status que tal titulação lhes atribui. Com isso, dificilmente irá admitir que sua forma de acesso é algo ruim ou inferior às outras, irá buscar de alguma maneira argumentação para sua autodefesa. Porém, encontram-se em desvantagem até mesmo no quesito de argumentação, na medida em que o “mimimi” diz respeito a uma simplificação que não constitui uma fundamentação de ideias em defesa do EaD.

À exceção da graduação, nem todo ensino à distância pode ser considerado ruim ou destituído de potencialidades positivas a oferecer. Neste sentido, há cursos oferecidos de pós-graduação, especialização e em outros níveis, como nas universidades federais, que são bons e atingem capilarmente estudantes de grande parte das regiões do país.

É preciso marcar que a abordagem utilizada nessa tese, enfoca um nicho de formação universitária na graduação, que tenta vender esse produto educacional em massa, para pessoas que geralmente estão destituídas de condições de acessar um ensino superior de qualidade, não só por conta desse momento, mas por toda sua trajetória de vida destituída de direitos, e isso contribui para que essa pessoa aceite com uma certa facilidade a oportunidade posta, travestida de modernidade, de flexibilidade e de todo marketing que essas universidades consideradas criticamente como tubarões da educação expressam. Tais instituições ganham em proporções absurdas, porque precarizam o ensino tanto com o profissional que vai trabalhar, quanto com quem vai comprar seu produto, expropriando a classe trabalhadora dos dois lados, na condição de trabalhador e na condição de aluno, com a tecnologia mediatizando tal relação e atribuindo esse tom de modernidade e acessibilidade. Reduzem não só o gasto com pessoal, mas também com espaço físico, que quando

requerido, é de dimensões reduzidas, para casos de encontros e reuniões de pequeno porte.

É preciso também estabelecer um contraponto com a rede de ensino pública, considerando que a educação nesta esfera sofreu grandes cortes orçamentários. Não foi feita uma expansão consistente do ensino público não só de nível fundamental e médio, mas também de nível superior, o que favoreceu o acesso à educação superior via universidade privada e, mais recentemente, por meio de EaD.

Ao considerarmos também a precarização à qual o corpo docente é submetido, especialmente no ensino à distância, com professoras e professores percebendo baixos salários, trabalhos intermitentes e sem possibilidades mais efetivas de troca, interação e organização, podemos inferir a ocorrência de uma dupla incidência de precarização, que se abate sobre estudantes e futuros profissionais e, conseqüentemente, se refletirá sobre a qualidade do atendimento à população usuária, além de se abater também cada vez mais sobre professoras e professores, numa relação de precarização retroalimentada.

Das falas destacadas, além da questão do mérito e do esforço individual, emerge também a questão do trato das críticas ao EaD como um ataque pessoal, individualizado. Foi possível perceber, na dinâmica dos debates durante a live, o quão aborrecida parte das/dos participantes se demonstrou. Os argumentos utilizados, na tentativa de defender o EaD e não reconhecer suas fragilidades, buscavam evidenciar apenas seus aspectos positivos, enquanto método e ferramenta, ligadas à agilidade, flexibilidade de tempo e conteúdo de qualidade, que permite a formação de excelentes profissionais, certificados pelo MEC, obscurecendo as falhas e lacunas deste processo formativo.

Este olhar tem o EaD mediado pelas TIC, dotado de uma aparente autonomia e vida própria, assim como por vezes as tecnologias são enxergadas, como se não fossem operadas para atender determinadas intencionalidades (Veloso 2011, 2022), de acordo com seus respectivos projetos políticos e societários. A intencionalidade evidenciada pela enorme expansão do EaD no Brasil tem por trás a agenda neoliberal, que visa transformar a educação em produto mercadológico, custeado em sua maior parte pela classe trabalhadora, fortalecendo o comércio nacional e internacional, tanto nos conglomerados empresariais formados, como também no mercado de ações. Contudo, além do alinhamento com a agenda neoliberal, é

possível observar também como o avanço da extrema direita influencia a lógica da formação à distância.

Obviamente não se trata de promover generalizações, mas alguns indícios merecem atenção especial, como por exemplo a conexão que atribui ao EaD, como modalidade de formação, o efeito de libertação de correntes político-ideológicas. Uma das análises possíveis desta afirmação, destacada na manifestação de uma das pessoas presentes na live em questão, pode basear-se na ausência de interação em tempo real, seja fisicamente ou ainda que mediada por recurso tecnológico. O que é apontado como corrente político-ideológica, de fato, parece estar associado à falta de espaço e possibilidade de debate que estimule o olhar crítico não só sobre o processo de formação em si, mas também de modo mais abrangente, às relações sociais e às contradições inerentes ao modo de produção capitalista, sob o qual estamos todos assentados e que se manifestam nas diversas expressões da questão social. Tanto assim que foi possível acompanhar pessoas afirmando que deixariam de assistir à live, alegando não gostar do que era dito, quanto às críticas ao EaD, ou seja, excluindo a possibilidade de debate e reflexão, já problematizada anteriormente.

O atrelar do debate sobre as fragilidades do EaD ao chavão do “mimimi”, conforme destacado em uma das falas, reforça a análise sobre o espraiamento das lógicas conservadoras da ultradireita, apropriadas pelo neoliberalismo sobre parte da sociedade e, como não poderia deixar de ocorrer, sobre a categoria de assistentes sociais.

A pesquisa de perfil profissional realizada pelo CFESS (2022) evidencia questões relativas ao trabalho e à formação profissional e, no tocante ao ensino à distância, são levantadas questões tanto relativas às fragilidades quanto aos seus desdobramentos.

Neste mesmo caminho de pesquisa, Pontes e Braga (2023) sistematizam resultados de pesquisa, tomando por base a realidade de assistentes sociais do Pará, que se assemelham aos resultados obtidos pela pesquisa do CFESS (2022).

Pontes e Braga (2023) pontuam que o avanço avassalador do neoliberalismo atinge a profissão particularmente em um dos seus aspectos mais importantes, que é a formação profissional de qualidade. Assim, assistentes sociais, pesquisadoras/es e entidades da categoria têm se preocupado com a realidade do aumento dos cursos de Serviço Social à distância, da redução drástica de recursos destinados às

universidades públicas, da precarização do ensino superior com a mercantilização da educação e do crescimento exponencial do número de vagas em faculdades privadas, sem estágio.

Os autores destacam, também, quanto à importância de pesquisar e melhor compreender o alcance da formação profissional e seu potencial estratégico, visto que:

A melhor compreensão do alcance da formação que as escolas de Serviço Social – públicas, privadas, presenciais ou à distância – estão proporcionando à categoria das/dos assistentes sociais é crucial para o desenho de estratégias de resistência e superação dos processos de privatização da formação e precarização do trabalho profissional. (Pontes e Braga, 2023, p. 29).

Ao apresentarem as sistematizações das pesquisas realizadas pelo GEPSS/UFPA, sobre trabalho e formação profissional, entre 2014-2022, Pontes e Braga (2023) mencionam os dados e reflexões obtidos na pesquisa Formação profissional em Serviço Social na região metropolitana de Belém (PA), de 2014 a 2017.

Nela, se buscou problematizar as competências e habilidades de assistentes sociais, considerando as modalidades de ensino público, privado, presencial e em EaD.

Similarmente à pesquisa empreendida pelo CFESS (2022) quanto ao perfil profissional, a que enxerga a realidade de Assistentes Sociais de Belém (PA), também apontou que a categoria segue majoritariamente feminina, percebendo rendimentos classificados entre baixos e médios, a maioria das profissionais (2/3) é contemplada efetivamente pela Lei das 30 horas e, das respondentes, mais da metade sofre sobrecarga de trabalho e o equivalente a 1/3 afirma que suas condições de vida apresentam carências em condições de vida apresentam carências em condições salariais, de moradia, segurança e transporte, resultante de rendimentos insuficientes.

No que tange a qualidade da formação profissional, a pesquisa GEPSS/UFPA analisou competências e habilidades formadas na graduação e sua expressão no âmbito do exercício profissional, considerando a origem da formação das/dos profissionais nas instituições de ensino superior.

Dentre as categorias analisadas pela pesquisa, tomando por base seu relatório final, a que diz respeito à qualidade da formação, revelou que:

- A formação em EaD apresentou grande distância da qualidade desejada, denotando a necessidade de ação de controle e correção dos entes públicos responsáveis com a qualidade da formação de profissionais necessárias/os à concepção, elaboração e execução dos serviços sociais prestados à sociedade;

- Apesar da formação presencial privada revelar graves limites teóricos, metodológicos e práticos, ainda assim se apresenta mais consistente do que a formação em EaD;

- Profissionais formados/as pelas instituições públicas tiveram melhor desempenho em comparação às/aos formados por instituições privadas e na modalidade EaD.

Contudo, Pontes e Braga (2023) evidenciaram os resultados de pesquisa que revelam quanto ao ensino público algumas lacunas e limitações, ainda que em menor grau, no campo teórico-metodológico, quanto no campo ético e técnico-operativo, resultantes dos ataques que vêm sofrendo as universidades públicas, reforçando a necessidade de promover adequações, em nível curricular, pedagógico e na relação com os campos de estágio.

Em pesquisa posterior, também realizada pelo GEPSS/UFPA, desta vez dedicada a perceber a realidade das/dos assistentes sociais do estado do Pará, considerando a formação e atuação profissional no contexto do avanço neoliberal e desmonte das políticas sociais pós-golpe de 2016 (2019-2022), são apontados resultados mais recentes em relação à pesquisa anterior.

No campo da formação profissional, Pontes e Braga (2023), com base na sistematização de dados da pesquisa supramencionada, destacam a incidência da ótica neoliberal sobre o atual projeto de educação brasileiro, baseado em premissas de uma formação aligeirada, tecnicista, aulista, centrada no ensino e voltada prioritariamente a responder às demandas do mercado, obstaculizando o potencial crítico contido no acesso a níveis mais elevados de educação.

A pesquisa em tela reforça o dado relativo a uma maciça oferta de cursos à distância no país e, particularmente no Estado do Pará, revelando a disparidade da oferta de vagas da seguinte forma:

Em média, a cada 100 vagas ofertadas em nível nacional, 77 são para a modalidade à distância, 22 para a modalidade presencial privada e apenas uma para a modalidade presencial pública. No caso do Pará, a diferença do número de escolas é alarmante: públicas, apenas duas escolas = 3,5%; privada presencial, 13 escolas = 22%; EaD, 42 escolas = 73%. (Pontes e Braga, 2023, p. 41).

Chama atenção, ainda, o dado presente quanto à avaliação dos cursos de graduação do Estado do Pará, que revela que a modalidade pública teve a maior nota (4), enquanto 50% das escolas presenciais privadas obtiveram nota 2 e dos 19 cursos em EaD que participaram, 84% tiveram nota abaixo de 3, ficando demonstradas, assim, as fragilidades desses percursos formativos.

No concernente às/aos profissionais graduados na rede pública, o relatório preliminar da pesquisa apontada por Pontes e Braga (2023) destaca que estudante que se graduaram em condições adversas, com necessidade de trabalhar o tempo insuficiente para participar de pesquisa e extensão, assim como de estágio em períodos de “brechas de tempo”, apresentam limitações importantes em suas condições de preparo profissional (p. 42).

Este cenário é agravado pelas políticas regressivas adotadas após o golpe de 2016 e pelas dificuldades observadas durante a pandemia de Covid-19, o que representou menos bolsas na graduação, valores degradados e perspectivas difíceis de colocação no mercado de trabalho, com redução de oferta de concursos e com contratações precarizadas predominantes, resultando em aspectos desalentadores na formação e no trabalho profissional.

Traçadas essas reflexões quanto à expansão do EaD, seus reflexos sobre o trabalho profissional e como o discurso da categoria profissional é, em parte, permeado pela defesa dessa modalidade de formação, que incide sobre a precarização tanto da formação quanto do trabalho profissional, seja nos espaços ocupacionais ou na docência, cabe também analisar os comentários opostos, observados durante a explanação na live do CFESS (2022).

Nos contrapontos aos comentários destacados na defesa acrítica ao EaD foram selecionados os seguintes:

“A expansão na oferta dos cursos de Serviço Social por instituições privadas mercantis, lucrativas e corporativas, de imediato alcança a formação, mas está conectada ao mundo do trabalho”.

“Tornar para o campo pessoal a crítica ao EaD, desconsiderando todo o contexto das relações sociais, já revela a limitação dessa formação”.

“Ensino e aprendizagem não dependem apenas dos indivíduos e suas vontades”.

“Ah não, gente[...] A.S. dizendo que é o mérito que vale no processo de ensino-aprendizagem, desconsiderando as determinações do contexto, da instituição e as condições de acesso? Tem coisa errada! Reflexão!”

“[...]A dificuldade de interpretação da crítica ao EaD, a meu ver, já é o reflexo do projeto estatal de precarização do ensino e aligeiramento da profissão”.

“A crítica ao EaD não é aos seus estudantes e trabalhadores, mas ao projeto que ele fortalece, que é o de total mercantilização da educação”.

Mas, o que tais manifestações por parte da categoria, tem a nos conceder como elementos de análise sobre precarização?

As tendências apontadas por Dahmer (2020) também aparecem na pesquisa de perfil profissional do CFESS (2022), na medida em que se apoiam no Censo da Educação Superior (2020), publicado pelo INEP em 2022. Tais dados revelam a queda das matrículas, desde 2016, dos cursos de Serviço Social, fazendo com que a carreira não figure mais entre os 10 cursos com maior quantitativo de matrículas.

Mesmo com o registro desta queda e ainda que nem todos os matriculados concluem e se inscrevem junto ao CRESS, tais dados sinalizam o crescimento quantitativo da categoria ao longo dos anos. Considerando que a luta pelo estabelecimento do piso salarial ainda persiste, o crescimento do contingente profissional pode acirrar os níveis de precarização do trabalho, seja por remunerações baixas, redução dos postos de trabalho (ou da qualidade destes), lembrando da hipótese levantada por Iamamoto (2009), ao vislumbrar a criação de um exército assistencial de reserva, pois:

A massificação e a perda de qualidade da formação universitária estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às ‘normas de mercado’, redundando em um processo de despolitização da categoria, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária. (Iamamoto, 2009, p. 42).

Possivelmente por esses fatores, em estudo da Fundação Getúlio Vargas – FGV/IBRE de 2023, o Serviço Social ocupa o quinto lugar das profissões de nível superior com menores remunerações, conforme o gráfico abaixo:

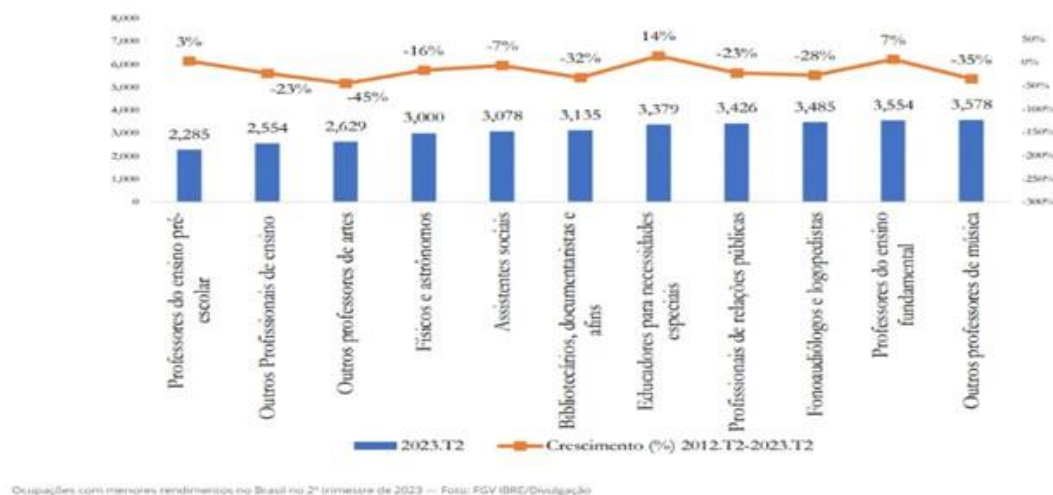


Gráfico 4- Ocupações com menores rendimentos.
Fonte: FGV/IBRE (2023).

Seguindo esta lógica, um importante cruzamento de dados realizado em relação à pesquisa de perfil profissional (CFESS, 2022) diz respeito ao tipo de instituição de graduação das assistentes sociais respondentes e seus rendimentos declarados.

Tabela 2- Rendimento versus tipo de instituição de ensino em que se graduou

Rendimento bruto em todos os vínculos	Instituição Privada						Instituição Pública					Total	%
	Com fins lucrativos	Filantropica	Comunitária	Confessional	Subtotal	%	Federal	Estadual	Municipal	Subtotal	%		
Até R\$ 1.000,00	740	113	57	85	995	83,32%	121	61	20	202	16,88%	1.197	100%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	4.911	561	253	430	6.155	77,14%	1.087	614	123	1.824	22,86%	7.979	100%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	6.187	1.083	370	502	8.142	75,11%	1.629	880	189	2.698	24,89%	10.840	100%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	2.624	625	220	234	3.703	68,65%	983	618	90	1.691	31,35%	5.394	100%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	1.702	486	147	150	2.485	65,14%	846	418	66	1.330	34,86%	3.815	100%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	1.198	434	118	130	1.880	56,30%	1.015	409	35	1.459	43,70%	3.339	100%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	535	194	49	75	853	45,01%	743	285	14	1.042	54,99%	1.895	100%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	228	113	40	43	424	41,69%	420	162	11	593	58,31%	1.017	100%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	105	42	11	22	180	42,06%	176	68	0	244	57,01%	428	100%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	64	20	13	15	112	42,91%	108	37	0	145	55,56%	261	100%
Mais de R\$ 15.000,00	38	17	0	17	72	37,11%	85	30	0	115	59,28%	194	100%
Nenhum	5.085	551	271	511	6.418	81,73%	1.024	360	51	1.435	18,27%	7.853	100%
TOTAL	23.417	4.239	1.556	2.214	31.426	71,08%	8.237	3.942	607	12.786	28,92%	44.212	100%

Fonte: Pesquisa de perfil profissional de Assistentes Sociais - CFESS/CRESS (2022).

De acordo com os dados apontados na tabela 2 da pesquisa, 7.853 respondentes afirmaram não receber nenhum rendimento, o que se interpreta como desemprego, correspondendo a 17,76% do total. Destes, em sua maior parte (6.418 ou 81,73%), fizeram sua graduação em universidades privadas, predominantemente naquelas com fins lucrativos.

Embora não seja possível estabelecer uma relação direta entre ausência de rendimentos e tipo de instituição de formação, já que historicamente os cursos de graduação de Serviço Social são em sua maioria de universidades privadas com fins lucrativos, corroboro com a posição do CFESS de que não é possível negligenciar uma possível dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, em função do tipo de formação, o que demandaria o aprofundamento da investigação.

Durante o 1º Seminário Internacional “Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social” (2024), promovido pela ABEPSS³⁵ – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a representante da UNILA – Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Dra. Elimides Maria Araldi, chamou atenção para o dado de que as universidades públicas federais são responsáveis por mais de 90% das produções científicas no país. Em linhas gerais, considerando dados do Observatório do Conhecimento, em 2021, as instituições de ensino privadas têm uma participação de 76,1% no total de matrículas de graduação. Conforme dados do censo de ensino superior de 2020, divulgados pelo INEP, nos cursos de graduação do Brasil, há 2,1 alunos matriculados na rede privada para cada 1 aluno matriculado na rede pública.

Estes dados nos apontam a necessidade de defesa e fortalecimento do ensino público e gratuito pois, como todas as políticas públicas, a educação sofre com o congelamento de recursos e toda sorte de sucateamento e precarização.

A precarização do trabalho da categoria fica patente ao analisarmos os dados relativos aos rendimentos recebidos. Ao considerarmos as faixas que agregam profissionais com menores rendimentos, se distribuem da seguinte forma: 2,71% ganham até R\$ 1.000,00; 18,05% ganham entre R\$ 1.001,00 a 2.000,00; 24,52% ganham entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 e 12,20% ganham de R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00. Portanto, o intervalo que compreende entre R\$ 1.000,00 a R\$ 4.000,00 de rendimentos representa aproximadamente 55% da categoria profissional.

De maneira geral, 71,08% das pessoas respondentes à pesquisa de perfil profissional se graduaram em universidades privadas, em sua maioria (23.417) em

³⁵ Assim como o CFESS, a ABEPSS, embora tenha outra constituição e finalidade, representa forte importância no direcionamento político do Serviço Social, com ênfase na formação profissional. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é uma entidade Acadêmico Científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós-graduação. Para mais informações, acessar <<https://abepss.org.br>>.

instituições com fins lucrativos e 28,92% se graduaram em universidades públicas, com predomínio das municipais.

Ainda de acordo com a pesquisa de perfil profissional, tendo como referência a tabela 2 (rendimentos e tipos de instituição de formação), ao observarmos profissionais com rendimentos entre R\$ 1.000,00 e R\$ 4.000,00, é traçado o seguinte panorama:

Tabela 3- Rendimentos e tipos de instituição entre R\$ 1.000,00 e R\$ 4.000,00

Rendimentos	Instituição Privada	Instituição Pública
Até R\$ 1.000,00	83,12%	16,88%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	77,14%	22,86%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	75,11%	24,89%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	68,65%	31,35%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa de perfil profissional de Assistentes Sociais - CFESS/CRESS-2022 (2024).

Demonstra-se, assim, que em todas as faixas de menor remuneração os percentuais de respondentes graduados em universidades privadas são majoritários.

Contrariamente, ao analisarmos as faixas com maiores rendimentos a predominância do tipo de instituição de formação é pública, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 4- Rendimentos e tipos de instituição entre R\$ 7.001,00 e R\$ 15.000,00

Rendimentos	Instituição Privada	Instituição Pública
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	45,01%	54,99%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	41,69%	58,31%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	42,06%	57,01%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	42,91%	55,56%
Mais de R\$ 15.000,00	37,11%	59,28%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa de perfil profissional de Assistentes Sociais - CFESS/CRESS-2022 (2024).

Estes dados nos dão o panorama da desigualdade no acesso ao ensino superior no Brasil, no contexto de financeirização da educação e contrarreformas do ensino público.

Como marcador de precarização, este é um dos aspectos relevantes para nos determos. Vimos que a categoria, em sua maior parte, apresenta rendimento mensal

de até R\$ 4.000,00. Ainda que na segunda fase da pesquisa (2024), tenha se apontado que a maior parte das respondentes declara não ter filhos, entendemos que mesmo para uma só pessoa, o nível salarial se encontra bastante baixo para fazer face às despesas básicas de moradia, saúde, alimentação, transporte, educação, cultura e lazer. Este marcador nos denota, ainda, a necessidade de aprofundamento e mais produções relacionadas aos aspectos relativos à precarização subjetiva e à saúde das trabalhadoras assistentes sociais. Este dado suscita o questionamento sobre a possível postergação sobre a decisão de ter filhos (ou mesmo de não os ter) em função das condições de trabalho e incertezas às quais a categoria é submetida atualmente. Instiga, também, pesquisar sobre a questão da saúde destas trabalhadoras, tanto do ponto de vista físico quanto mental, considerando a densidade das demandas atendidas e o desgaste/degradações decorrentes das configurações atuais do trabalho e emprego.

De acordo com dados do DIEESE em 2022, época de publicação da pesquisa de perfil profissional, o valor do salário-mínimo oficial era de R\$ 1.212,00 e o valor calculado pela entidade considerado necessário para manutenção de despesas básicas era de R\$ 6.647,63.

Pela tendência apontada, a maior parte da categoria aufere rendimentos insuficientes e se depara com uma série de exigências do mercado de trabalho, quanto à sua formação continuada e atualizada por cursos de especialização, na medida em que oferece cada vez menos em relação à remuneração, garantias e proteção trabalhistas.

Cabe destacar que, cada vez mais, o custo das especializações desejáveis pelo mercado de trabalho são deslocados para a classe trabalhadora. De acordo com pesquisa realizada pelo SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (2023), no Brasil há mais de 2,1 mil instituições de ensino que ofertam cursos de especialização de nível superior nas modalidades presencial e EaD, sendo que 89,8% são privadas. Nos anos de 2021 a 2023, houve um aumento de 145% no número de instituições que ofertam cursos à distância.

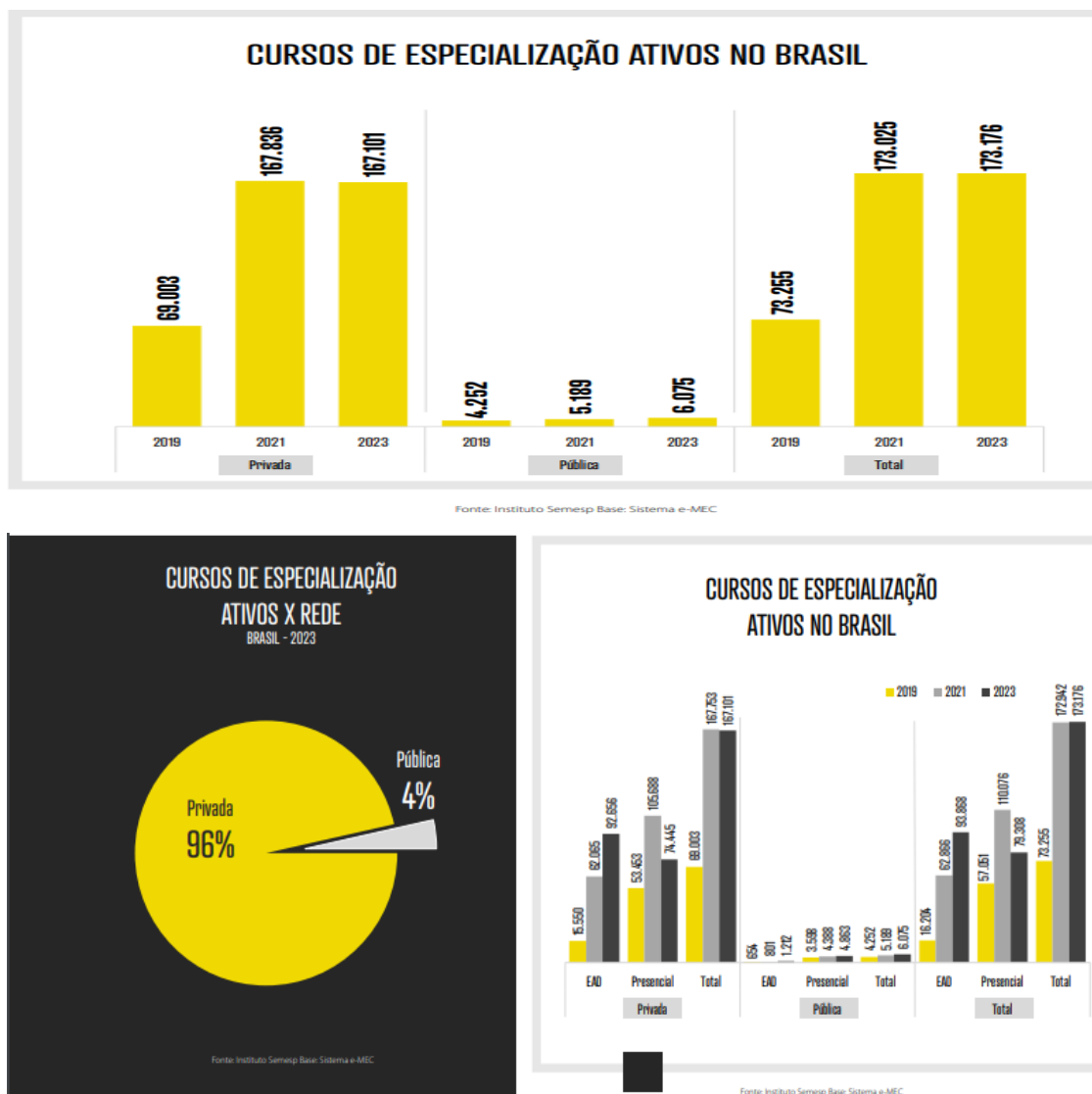


Gráfico 5- Cursos de Especialização ativos no Brasil.
Fonte: SEMESP (2023).

Os dados em tela permitem problematizar, ainda, que o número muito maior de cursos de especialização em comparação aos de graduação se deve à desregulamentação desses cursos, às ofertas mais específicas e às suas durabilidades mais curtas.

Ao delinear o perfil profissional da categoria, no tocante à especialização e pós-graduação *stricto sensu* por região, podemos observar no gráfico extraído da pesquisa de perfil profissional do CFESS (2022), que no Serviço Social se mantém a tendência observada nas demais carreiras, quanto à distribuição, havendo predominância das especializações em todas as regiões do país:



Gráfico 6- Perfil profissional da categoria – Especialização e pós-graduação stricto sensu por região.

Fonte: Pesquisa de perfil profissional de Assistentes Sociais - CFESS/CRESS (2022).

Na segunda fase da pesquisa promovida pelo conjunto CFESS/CRESS, facultativa, realizada após a de perfil profissional e divulgada em 2024, consta o eixo de análise sobre espaço sócio-ocupacional em que atuam assistentes sociais. No gráfico abaixo, é possível constatar o ranqueamento das cinco primeiras colocações:



Gráfico 7- Eixo de análise sobre espaço sócio-ocupacional.

Fonte: Pesquisa Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: Dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil – CFESS (2024).

Entre 7.873 respondentes à segunda fase da pesquisa, quase metade (49,79%) trabalha na política de assistência social, o que sugere que as condições e relações de trabalho apontadas nessa pesquisa são fortemente determinadas por esse espaço de atuação.

O relatório de pesquisa situa que, com a instituição da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) em 1993 e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005, houve a necessidade de ampliação de postos de trabalho neste segmento, análise com a qual concordo, contudo, avalio que é preciso considerar outros fatores, como a precarização do trabalho de modo mais abrangente, incidindo sobre as demandas e consequentemente sobre nossos postos de trabalho em Serviço Social.

Com a efetivação das políticas neoliberais, privatizações e erosões causadas aos direitos e amparos oriundos das relações de trabalho, um enorme contingente da população passa a recorrer às políticas de assistência, quando antes eram atendidas pelas políticas previdenciárias e de saúde, na rede pública ou privada. Exemplo disso é a fração da classe trabalhadora que perde seu vínculo de emprego regulado pela CLT, perde sua condição de segurada pelo INSS e passa a ser atendida pelas políticas de assistência social.

Da mesma forma, como exemplo, a parcela de trabalhadoras e trabalhadores que deixa de ter acesso à saúde privada, via plano de saúde ligado ao contrato de trabalho CLT e passa a buscar atendimento de saúde via SUS. Além do deslocamento de demandas de atuação do Serviço Social entre espaços ocupacionais (atendimentos à população usuária, formulação e execução das políticas por área), certamente este fator causou reflexo na distribuição de assistentes sociais por entre tais espaços, o que requer também o aprofundamento e atualização de pesquisas.

Esta dinâmica, aqui analisada como conjunto de fatores combinados, que tem por fundamento as exigências e particularidades da fase capitalista mundializada e financeirizada, assume contornos ainda mais definidos durante a pandemia por Covid-19, fase na qual assistentes sociais que atuavam na linha de frente, se deparavam com tais questões – usuários e usuárias desempregadas que passaram a morar nas ruas em função do desemprego. Tal cenário nos permite refletir que, por vezes, o que nos separa da população usuária das políticas de assistência e da vulnerabilidade social é o desemprego, uma vez que todas e todos fazemos parte da

classe trabalhadora e em nossa imensa maioria dependemos da venda de nossa força de trabalho para sobreviver.

Outros eixos de análise importantes para pensarmos as atuais manifestações da precarização sobre o trabalho profissional, cujos dados são revelados na segunda fase da pesquisa de perfil profissional (CFESS, 2024), dizem respeito à natureza da instituição empregadora e às formas de ingresso de assistentes sociais em seu principal vínculo de trabalho.

De acordo com o gráfico embasado na tabela 24 da pesquisa supramencionada (CFESS, 2024) o principal vínculo segue composto, em primeiro lugar, pelo setor público municipal, seguido pelo setor público estadual, que representados por 54,75% e 12,93%, respectivamente, somam 67,68% dos empregos. Este cenário é explicado pelo fato de que os governos municipais são os principais responsáveis pela execução de políticas públicas de assistência social e saúde, seguidos em menor escala pela participação dos governos estaduais.

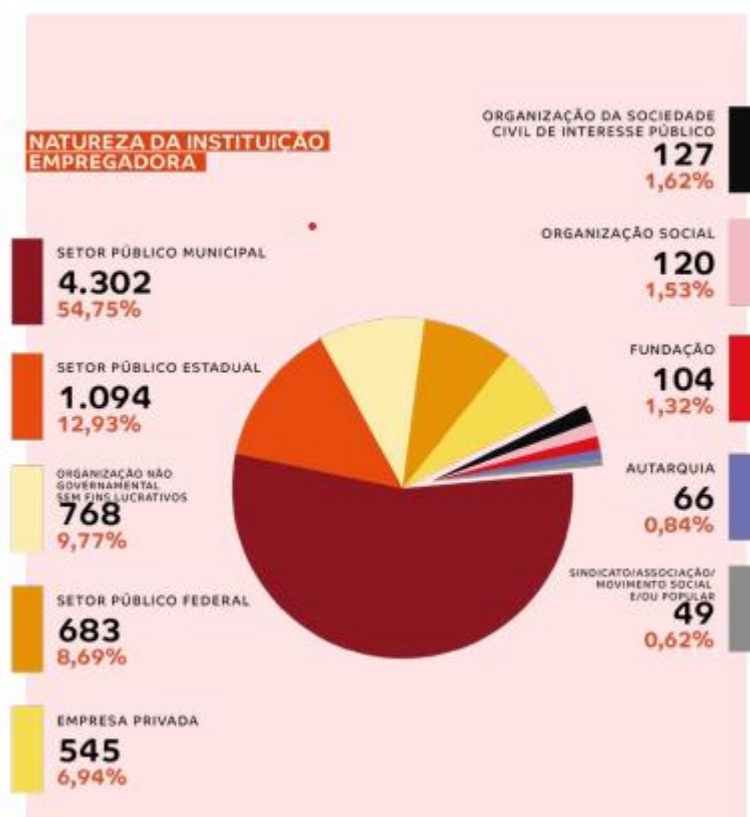


Gráfico 8- Natureza da instituição empregadora.

Fonte: Pesquisa Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica:

Dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil – CFESS (2024).

As organizações não governamentais superam os vínculos com o setor público federal, na razão de 9,77% para 8,69%, seguidos pelos vínculos com as empresas privadas, que representam 6,94%. Estes dados podem ser interpretados a partir da diminuição expressiva de concursos públicos e aumento das contratações sob formas precarizadas e desprotegidas, do ponto de vista dos direitos trabalhistas. É possível perceber também a ótica gerencialista privada em atuação junto aos entes públicos, enfeixando as ações e medidas de cariz neoliberal.

Quanto à localização da instituição empregadora no principal vínculo, a diferença percentual entre a região urbana e metropolitana (79,31% e 15,72%, respectivamente, que somados resultam 95,03%) é expressivamente maior do que a região rural, de fronteira internacional, ribeirinha e de selva/floresta, que somadas representam 4,97%. Tais dados refletem a concentração da oferta de serviços sociais nas áreas urbanas dos municípios, ainda que parte dos usuários resida em áreas rurais. De modo sintético, a pesquisa aponta que:

Sobre os espaços sócio-ocupacionais em que se inserem assistentes sociais no Brasil, há uma nítida prevalência na política de assistência social, seguida pela política de saúde e de educação, configurando-se aquelas que são executadas pelas prefeituras municipais, com localização urbana, como observado. Sobre as condições de trabalho de assistentes sociais, no geral, o nível salarial da categoria é baixo, mas é possível verificar que, na política de saúde, a segunda que mais emprega assistentes sociais, a remuneração é um pouco superior àquela da principal área de atuação, a assistência social. Há remunerações mais elevadas em algumas poucas áreas, como sociojurídica e previdência social. (CFESS, 2024, p. 57).

Analisar as formas de ingresso no principal vínculo permite estabelecer olhar mais apurado sobre a precarização do trabalho da categoria, no contexto atual.

Tabela 5- Forma de ingresso o principal vínculo

Forma de ingresso no principal vínculo	Freq	%
Concurso público	4.336	55,14%
Convite/Indicação	1.603	20,38%
Seleção pública simplificada	1.266	16,10%
Cargo comissionado	389	4,95%
Editais públicos	202	2,57%
Cedido/a de outro órgão	51	0,65%
Pregão eletrônico	17	0,22%
Total	7.864	100,00%

Fonte: Pesquisa Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: Dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil – CFESS (2024).

De acordo com a tabela acima, podemos observar que a predominância dos vínculos se dá por meio de concurso público (55,14%). Contudo, os ingressos via indicação e seleção pública simplificada (20,38% e 16,10%, respectivamente) somam 36,48%, percentual considerável no tocante à forma de ingresso, particularmente precarizada em relação aos direitos e garantias conferidas pela contratação via concurso público.

Com percentuais menos expressivos, temos os ingressos no mercado de trabalho por cargo comissionado, edital público, cedido a outro órgão e pregão eletrônico, que somados equivalem a 8,39%.

Para além da expressão percentual, chama atenção a contratação por seleção pública simplificada e por pregão eletrônico, que se destacam por suas formas temporárias, instáveis e precarizadas de relações de trabalho, que ensejam altas taxas de rotatividade e desproteção.

Cabe destacar que a seleção pública simplificada foi instituída pela Lei 8745/1993. Os cargos temporários estão previstos na Constituição Federal, nas hipóteses de contratação por tempo determinado e necessidade temporária excepcional e de interesse público, possuindo os estados e municípios leis específicas para regulamentação dessa forma de contratação. Em seu artigo 2º, são descritas as necessidades temporárias consideradas de excepcional interesse público, como por exemplo: assistência a situações de calamidade pública, assistência a emergências em saúde pública, admissão de professor substituto e professor visitante, dentre outras.

Gradativamente, o que deveria atuar como mecanismo de excepcionalidade para atender questões emergenciais vem sendo cada vez mais utilizado como meio de suprimento de mão de obra convencional, reduzindo a realização de concursos públicos e, conseqüentemente, ampliando o caráter intermitente, rotativo e precário dos contratos de trabalho na rede pública, em todas as suas esferas.

Ainda que na pesquisa complementar ao perfil profissional de assistentes sociais (CFESS, 2024) a modalidade de contratação por pregão tenha apresentado percentual de apenas 0,22%, chama atenção o simples existir legalmente de tal modalidade, que representa um dos ápices de precarização do trabalho, ou, nos termos tratados por Santos e Stampa (2020) “[...] processo em curso de desregulamentação profissional pelas beiras e impulsionamento da precarização

social do trabalho dos/as assistentes sociais, que se expressa via contratações atípicas, por meio de licitações do Estado” (p.105).

As contratações de pessoal por pregão, operacionalmente, se caracterizam pela divulgação de vaga, com suas especificações e exigências, e ocupa a vaga a pessoa que propuser a menor remuneração, numa espécie de “leilão de quem dá menos”.

A legislação brasileira que regula o pregão é postulada pela Lei 8666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e pela Lei 10520/2002 (Lei do Pregão)³⁶.

De acordo com Santos (2020, p. 177):

De modo geral, podemos compreender o processo de licitar, a aquisição de bens, execução de obras, prestação de serviços, alienações e locações obrigados a serem contratados por meio de licitações públicas, exceto nos casos previstos na Lei nº 8.666/1993, e alterações posteriores. A justificativa para o feito deve-se em obediência à Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, que objetiva permitir que a administração pública contrate aqueles que reúnam as condições necessárias para a satisfação do interesse público, acatando, principalmente, aspectos relacionados à capacidade técnica e econômico-financeira da empresa licitante, à qualidade do produto e ao valor do objeto. Portanto, o procedimento licitatório tem por interesse assegurar a todos os interessados igualdade de condições no fornecimento de bens, execução de obras ou prestação de serviços para a administração pública.

Contudo, Santos (2020), analisa em sua tese sobre contratação por pregão, como formas atípicas de trabalho de assistentes sociais no Brasil recente, que no contexto brasileiro de flexibilização e reestruturação regressiva do trabalho, a modalidade de contratação em questão representa mais um processo de violação de direitos no esteio do capitalismo, análise com a qual concordo, sobretudo quanto à previsão de que a arquitetura das contrarreformas destituidoras dos direitos trabalhistas, que se traduziram na normatização de formas precárias de contratação, apresentam potencial de ampliar substantivamente este novo fenômeno para o trabalho de assistentes sociais no país.

Em complementação à assertiva desta autora, comparar legalmente um produto ou mercadoria a servir ao Estado ao trabalho profissional do conjunto de trabalhadoras/trabalhadores é, sem dúvida, uma manobra vil que implica na mistificação do trabalho e das relações de produção e reprodução social,

³⁶ Cabe atualizar que em 2021 houve atualização da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no governo Bolsonaro, por meio da Lei 14133/2021.

mistificação esta, impregnada da lógica neoliberal e da mercadorização de absolutamente tudo em nossa sociedade, impondo uma condição de desigualdade sem precedentes no campo do trabalho regulado por leis.

Expostas e problematizadas aqui algumas das manifestações mais aparentes da precarização do trabalho de assistentes sociais, a seguir serão tratadas as questões voltadas às atuais incidências de precarização sobre três áreas de atuação profissional – empresa, saúde e educação/docência – com a compreensão de que se constituem espaços sócio-ocupacionais relevantes para a profissão, além de coadunar com minha experiência profissional.

4.3.

Exemplos de incidências de precarização nas áreas de saúde, educação/docência e empresa

Como visto nas pesquisas empreendidas pelo CFESS quanto ao perfil profissional, tanto na primeira fase (2022) quanto na fase complementar (2024), as áreas de saúde, educação/docência e empresa respondem juntas por 33,73% do contingente de assistentes sociais, com inscrição ativa junto ao CRESS e respondentes às pesquisas. Cabe esclarecer que o somatório realizado acima considerou agrupamento de dados da saúde, educação, docência, trabalho e recursos humanos, consolidados na tabela 22 (CFESS, 2024).

A proposta desta seção, pois, trata de trazer exemplos de incidências de precarização nestas áreas, buscando assim evidenciar de que formas o que fora dialogado até aqui em termos conceituais referentes à precarização, se expressa no contexto atual sobre a categoria profissional.

4.3.1.

Exemplos de incidências de precarização na saúde

A fim de estabelecer um olhar especificamente sobre o campo de atuação do Serviço Social na saúde e identificar elementos da precarização do trabalho profissional neste segmento, busquei aporte em produções e pesquisas já analisadas, para além das minhas vivências profissionais empíricas.

Diferente do apontado na pesquisa de perfil profissional do CFESS (2022), quanto à predominância de apenas 01 vínculo de trabalho, o observado no campo empírico, por ocasião da minha atuação profissional como assistente na área da saúde pública do Estado do Rio de Janeiro apontou a predominância de 02 ou mais vínculos, o que permite problematizar questões sobre precarização do trabalho de assistentes sociais.

Este panorama foi observado não só em referência a assistentes sociais, mas também em relação a outras categorias profissionais na instituição. As exceções se davam na medida em que eram observados vínculos estatutários, originados de concursos públicos e com uma rede de direitos e garantias mais consistentes àquelas profissionais.

A distribuição de assistentes sociais na unidade hospitalar observada (em atividade naquele contexto), apresentava 02 profissionais estatutárias, 04 assistentes sociais empregadas da Fundação de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (possuindo vínculo CLT) e 07 assistentes sociais contratadas via seleção simplificada (cujo vínculo se dava por contrato de trabalho temporário e sem vínculo CLT). Trata-se, portanto, de profissionais desempenhando as mesmas funções, compatíveis às atribuições de assistentes sociais, porém, com diferentes vínculos, inserções, remunerações, benefícios e direitos trabalhistas.

Esta estruturação resulta um caráter de disparidade e total ausência de isonomia, refletindo uma série de prejuízos ao trabalho e às profissionais.

As faces da precarização neste espaço ocupacional se expressavam na intensificação do trabalho e na alta rotatividade, em função dos vínculos precários, que geram instabilidade, insegurança e dificuldade na organização da classe trabalhadora e na construção da pertença de grupo e dos traços de sociabilidade entre profissionais.

Neste sentido, Santos (2012) ao tratar da vinculação entre questão social e mercado de trabalho no Brasil, nos chama atenção que suas principais particularidades são compostas pela superexploração do trabalho e pela estratégia de passivização das lutas sociais, empreendida pelas classes dominantes e pelo Estado. A autora considera que:

Além de um mercado de trabalho historicamente flexível, com força de trabalho abundante e barata, o desemprego no Brasil é também acompanhado pelo baixo nível de proteção social. Mesmo antes do discurso neoliberal de redução do Estado, as

medidas de atendimento aos desempregados e trabalhadores informais já eram portadoras da descontinuidade e da focalização típicas do processo atual de ‘refilantropização’ da ‘questão social’ (Yazbeck, 2001). A razão fundamental disso é a sua histórica desarticulação em relação às medidas no campo da política macroeconômica, além da desarticulação também em relação à própria ‘cidadania regulada’, como foi o caso da redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, instituída em 1988”. (Santos, 2012, p. 200-201).

A questão da rotatividade e de intensificação do trabalho influi também, de modo negativo, sobre o trabalho profissional, propiciando atividades mais rotineiras e dificultando a interação com a população usuária, em questões de suma importância durante a realização dos atendimentos, a saber:

- 1) Falta de aprofundamento no conhecimento da área de atuação e na instituição. Não há tempo e investimento suficientes para garantir a participação em fóruns, movimentos e discussões relativos à saúde pública.
- 2) O mesmo ocorre em relação ao conhecimento ao respeito da própria instituição, no que se refere à análise institucional, à realização de pesquisas e estatísticas sobre as demandas institucionais atendidas, além da falta de tempo hábil para realização de atendimentos que priorizem a escuta apurada, realização de registros mais elaborados, devolutivas à população usuária e estabelecimento de redes (internas e externas), que propiciem atendimentos mais efetivos e humanizados, assim como preconizado pelo Sistema Único de Saúde.³⁷
- 3) Estranhamento por parte da população usuária quanto ao “sumiço” da/do profissional, visto que é comum que os desligamentos sejam realizados abruptamente, sem possibilitar a transição das atividades e o encerramento de vínculos com usuários/as.

Ao olharmos este campo por meio das análises da precarização da vida, é possível extrair elementos para debate relacionados às queixas mencionadas pelas profissionais, sobretudo aquelas que possuem os vínculos mais instáveis. Os relatos, capturados em diálogos durante as interações profissionais, sinalizavam:

³⁷ Cabe ressaltar que tais constatações não representam críticas ao trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais, que buscam cotidianamente atender às demandas da população usuária e dar conta das requisições colocadas pela instituição e pelos parâmetros profissionais específicos da categoria.

- 1) A privação do sono (decorrente da insuficiência de horas para trabalhar em todos os vínculos, realizar afazeres domésticos, eventualmente participar de cursos e especializações e o tempo dispendido nos deslocamentos para o trabalho);
- 2) Falta de tempo para incluir a prática de atividade física regular na rotina;
- 3) Falta de tempo para cuidados com a própria saúde;
- 4) Apreensão quanto ao pagamento das contas mensais, medo da insuficiência de recursos, caso haja qualquer imprevisto;
- 5) Indecisão quanto à tomada de decisões na vida privada, por receio de não haver recurso financeiro como qual possam contar de forma estável – casamento, união estável e decisão de ter filhos;
- 6) Preocupação com a velhice e com as questões previdenciárias, especialmente após a contrarreforma previdenciária e, por fim;
- 7) A ausência de tempo e recurso financeiro para atividades de lazer e cultura.

Ao nos depararmos com um cenário de tantas disparidades, é preciso analisar a estruturação dos equipamentos de saúde do Estado do Rio de Janeiro e, como a lógica neoliberal de privatizações, que visam repassar as administrações de entes públicos para OSs, OSCIPs e ONGs.³⁸

Conforme Lima e Bravo e (2015), apesar de haver leis que regulamentem as Organizações Sociais (assim como os demais organismos representados nas chamadas parcerias público-privado), suas existências ferem não só a Constituição Federal de 1988 como também o arcabouço legal do SUS, expresso na Lei 8080/90, na medida em que permite somente a participação complementar do setor privado no SUS e não de forma substitutiva do público pelo privado. Assim, as autoras esclarecem que:

[...] as parcerias entre o público e o privado acontecem no âmbito do livre jogo do mercado, no qual predomina uma dinâmica perversa, que reduz o direito, o acesso universal, visto que os Contratos de Gestão propostos constituem modalidades de privatização que visa a transformação do direito em mercadoria, impulsionando a mercantilização dos setores rentáveis do serviço público, donde encontram-se os serviços e unidades de saúde. (Lima e Bravo, 2015, p. 59).

³⁸ As siglas em questão significam Organizações sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações não governamentais.

Estas autoras também contribuem com o esclarecimento do que está na essência do tensionamento entre o projeto do capital e o projeto dos setores progressistas da sociedade na política de saúde brasileira. Neste sentido, caracterizam esta relação no setor da saúde da seguinte forma:

O projeto do capital, no setor saúde, é apoiado pelo setor privado, pelos donos de hospitais, diretores de hospitais filantrópicos e beneficentes e de grupos privados de saúde. Suas raízes estão no modelo assistencial privatista que visa à privatização, contenção de gastos através de medidas que promovam austeridade e seleção de demanda (racionalização da oferta e descentralização com isenção do poder central e focalizado). Já os setores progressistas defendem o Projeto da Reforma Sanitária, que tem como uma das suas estratégias o SUS constitucional e, como premissa, a saúde como direito de todos e dever do Estado. (Lima e Bravo, 2015, p. 59).

De acordo com a tese de doutorado de Silva (2022, p. 96) ficou demonstrada a segmentação da administração das unidades de saúde, mapeadas de acordo com os tipos de organizações que as administram. Contudo, destacaremos a seguir apenas o quadro das unidades de saúde administradas pela Fundação de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, por se tratar do exemplo aqui utilizado. O quadro abaixo é de elaboração da autora, com base em consulta ao sítio eletrônico da Fundação:

Quadro 1- Unidades geridas pela Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro

Unidades Geridas pela Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro
Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ);
Hospital Estadual Anchieta (HEAN);
Hospital Estadual Carlos Chagas (HECC);
Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti (HEMORIO);
Hospital Estadual Santa Maria (HESM);
Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro (IECAC);
Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione (IEDE);
Instituto Estadual de Doenças do Tórax Ary Parreiras (IETAP);
Central Estadual de Transplantes (CET);
Laboratório Central Noel Nutels (LACEN); e
Instituto Estadual de Dermatologia Sanitária (IEDS).

Fonte: Silva (2022).

Em seu debate sobre a precarização do trabalho de assistentes sociais do capital do Rio de Janeiro na saúde, Silva (2022) reflete sobre o modelos de parceria público-privados:

O modelo das Organizações Sociais foi adotado sob o discurso de flexibilidade, agilidade, eficiência administrativa e prestação de um serviço de qualidade ao usuário. Com uma breve busca na literatura e em endereços eletrônicos de jornais, vemos que esse discurso não condiz com a realidade. Não é difícil encontrar no acervo eletrônico de jornais problemas relacionados à má gestão dos recursos pelas OS. (Silva, 2022, p. 100).

O caráter privatista aplicado à disparidade de tipos de contratos de trabalho resulta em profissionais atuando no mesmo espaço, desempenhando basicamente as mesmas funções e atribuições, em pé de desigualdade. No exemplo aqui tratado, que corresponde à unidade hospitalar na qual tive a oportunidade de atuar como assistente social, pude constatar que havia naquela ocasião três tipos de vínculo de contratação de mão de obra de assistentes sociais: estatutário³⁹, fundacionista⁴⁰ CLT e fundacionista por seleção simplificada⁴¹ (temporário), vínculo este que posteriormente fora extinto e repassado para administração de uma OSCIP.

As disparidades de condições de trabalho se dão por remuneração, acesso ou não ao plano de saúde, previdência e até mesmo alimentação. Episódio bastante ilustrativo destas observações se relacionam com a passagem dos contratos de trabalho temporários, oriundos de seleção simplificada para contratos por CLT administrados por OSCIP, por determinação do governo estadual do RJ.

Em relação a tal passagem, contou com a extinção de todos os contratos temporários admitidos por aquela determinada seleção simplificada, gerando a expectativa de colapso de diversas unidades hospitalares, em função da maior parte da mão de obra estar alocada desta maneira, por um lado, e a expectativa de uma expressiva massa de pessoas desempregadas, por outro ângulo.

Ao se aproximar a data de extinção dos contratos, finalmente foi revelado ao corpo profissional quem teria seus contratos realizados agora via OSCIP e em que condições. Cabe ressaltar que no diapasão desta espera as relações profissionais ficaram significativamente tensionadas, na medida em que as equipes profissionais não tinham pleno conhecimento de quem iria ficar, quantas pessoas ficariam e como se estruturariam os plantões da data de encerramento dos contratos em diante. Não

³⁹ O vínculo de trabalho estatutário corresponde ao desempenho de funções regidas pelo regime jurídico próprio do serviço público.

⁴⁰ O termo fundacionista é utilizado pelos profissionais locais a fim de designar aqueles que possuem vinculação com a Fundação de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

⁴¹ Este tipo de contratação, por seleção simplificada, é amparado pela Lei 8.745/1993, cumpre basicamente todos os passos realizados em um concurso público, o que inclui realização de provas, avaliação de títulos, chamadas oficiais por colocação nas avaliações, porém, ao tratar da remuneração, direitos e benefícios, expressa a face mais precária do trabalho público.

houve comunicado prévio aos profissionais e aqueles que encerraram seus plantões na data informada de término do contrato de seleção simplificada, souberam dessa maneira que não continuariam.

Os demais profissionais, dentre as quais assistentes sociais, foram chamados a procurar por preposto da organização empregadora a fim de estabelecer novo contrato de trabalho, agora regido por CLT e por tempo indeterminado. Entretanto, este caráter de tempo indeterminado era bastante questionável, uma vez que a própria OSCIP tinha inicialmente um prazo de prestação de serviços ao governo do Estado do Rio de Janeiro de 180 dias.

Ainda assim, a expectativa em relação ao contrato de trabalho pela OSCIP designada, para quem continuasse, era de sensível aumento de salário, apesar de permanecer a ausência de prestação de plano de assistência médica.

Contudo, o que se efetivou em tal mudança foi a intensificação da precarização do trabalho, por meio do rebaixamento salarial e da redução do percentual de periculosidade/insalubridade que vigia para outros contratos em andamento naquela unidade hospitalar.

Outro dado que ilustra a intensificação da precarização do trabalho diz respeito ao fornecimento de alimentação às/aos trabalhadoras/es, em função da transição entre contratos. Ocorre que no contrato via seleção simplificada era autorizado aos profissionais o acesso ao refeitório da unidade hospitalar, para as refeições de café da manhã, almoço, café da tarde e jantar, de acordo com os horários de plantão. Em plantões de 08 ou 12 horas, era comum o acesso a três refeições – café da manhã, almoço e café da tarde, por exemplo. Com a passagem do contrato de seleção simplificada para CLT, foi informado que haveria o fornecimento de vale-refeição, o que impediria a realização das refeições no refeitório da unidade. Entretanto, o valor do fornecimento, R\$ 20,00 por dia, em 2023, se constituía insuficiente para suprir o custo das três refeições anteriormente cobertas por plantão.

Para além da insuficiência financeira, há também o aspecto da segregação entre profissionais da unidade. Esta segregação já havia sido observada em relação a outros vínculos profissionais, como por exemplo das empresas terceirizadoras de mão de obra administrativa, de serviços gerais e de vigilância. Tais categorias não tinham acesso ao refeitório para alimentação, salvo em dias comemorativos, como aniversariantes do mês e festas de final de ano. Esta é, a meu ver, a face mais

perversa da precarização observada, que regateia o custo do fornecimento de alimentação aos profissionais em exercício na unidade e, ao mesmo tempo, segrega parte de sua convivência e socialização como classe trabalhadora, trazendo consigo uma clara segmentação e estratificação da força de trabalho daquele espaço ocupacional. Para lançar luz a esta discussão, soma-se o fato de que os contratos de fornecimento de alimentação para as unidades de saúde, objeto de licitação para cada unidade, já contavam com o efetivo de profissionais mesmo antes da mudança em questão, ou seja, não haveria alteração de valor.

Merece destaque, ainda, mais um aspecto relacionado ao cenário de precarização deste segmento, no contexto de transição entre as duas formas de contratação – seleção simplificada e CLT via OSCIP, que foi a alteração da dinâmica de relacionamento entre profissionais, envolvidos direta ou indiretamente nesta operação.

Em virtude da indefinição expressa pelas esferas gestoras, foi gerado clima de incerteza junto aos membros das equipes afetadas por esta mudança contratual. Incerteza de continuidade nos seus postos de trabalho, para aqueles profissionais afetados diretamente pela mudança contratual e incerteza para os demais profissionais integrantes das equipes, em menor número, não afetados por tal mudança contratual, mas que ainda assim não sabiam como estruturar seus próprios plantões para que não ocorresse interrupção das atividades na unidade e, conseqüentemente, prejuízo à população atendida naquele espaço.

A instabilidade que pairava no ambiente institucional possibilitou, também, animosidades entre profissionais em suas respectivas equipes, que deslocava a discussão sobre as mudanças contratuais muito mais para o campo pessoal e individual do que para o campo da estrutura das relações de trabalho no atual estágio do capitalismo e necessidade de respostas coletivas às degradações do trabalho.

Analiso que a forma de conduzir tal mudança esteve longe de ser casual, visto que serve para enfraquecer a luta da classe trabalhadora e dificultar sua organização e reivindicações em prol de suas garantias e melhorias laborais, obedecendo assim ao receituário neoliberal, aplicado à administração pública.

A condução do processo, desta maneira, ocasionou a exacerbação da competitividade e do individualismo, além da falta de solidariedade entre trabalhadores, alternando discursos de merecimento quanto à permanência na vaga (por antiguidade, necessidade ou mais competência), por parte daqueles

diretamente envolvidos na mudança contratual e, ao mesmo tempo, discursos conformistas advindos de parcelas de trabalhadores que possuem vínculos mais estáveis, na medida em que consideravam que esta disparidade de condições e formas de contratação “sempre existiu na saúde, é assim mesmo, causa estranheza em quem esteja aqui há pouco tempo”.

Ao perceber tais discursos, não foi possível deixar de lembrar Bertolt Brecht, em seu poema *É preciso agir*, no qual diz:

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo. (Bertolt Brecht, 1898-1956).

Diante de tantas observações, sigo o caminho de análise que compreende que faltam concursos e ações legais que garantam a isonomia no exercício das funções profissionais, assim como falta, também, leitura e atualização do debate profissional, para que se identifique questões estruturais e conjunturais que têm norteado as mudanças no mundo do trabalho em todas as áreas e profissões, embora para efeito de elaboração desta tese estejamos com o olhar voltado à realidade de assistentes sociais no Brasil.

Por fim, ficou patente também quanto à precarização do trabalho profissional a questão da infraestrutura insuficiente para atendimento pleno às necessidades operacionais que garantam um atendimento efetivo e de qualidade à população usuária e seus familiares. Embora houvesse espaço adequado para atendimento por parte do Serviço Social, nas diversas equipes que integram aquela unidade de saúde observada, acesso a telefonia e microcomputador, a adequação às tecnologias da informação e comunicação apresentavam lacunas.

Ocorre que realizar os contatos com familiares ou com profissionais que compõem a rede de atendimento, externamente, se tornava por vezes tarefa difícil, na medida em que a unidade não dispunha de WhatsApp institucional e nem permitia que o corpo profissional da unidade acessasse a rede de internet da unidade. Assim, devido às dificuldades de estabelecer comunicação externa, por vezes as profissionais utilizavam seus próprios aparelhos celulares (com suas redes de internet auto custeadas para conseguir realizar atendimentos e contatos).

Durante as tentativas de contato externo, que por vezes são realizadas com outras unidades de saúde, nos níveis municipais e federal, pude constatar que as equipes de saúde municipais passaram a se organizar por grupos de WhatsApp, tendo seus números divulgados em suas redes sociais recém estabelecidas (Facebook e Instagram, sendo ainda mais comuns no primeiro).

Ao dialogar com membros de tais equipes, refletiram que tomaram essa iniciativa, validada por seus gestores, em função da enorme dificuldade em fazer contato com instituições pela rede de telefonia.

Analisando esta passagem, é possível constatar como o custo de desenvolvimento das ações laborais tem sido cada vez mais deslocado para o trabalhador e, além do custo, a própria criação de soluções para realização de suas atividades, reforçando assim a precarização do trabalho, reatualizada com a ampliação das novas tecnologias de informação e comunicação.

As estratégias adotadas pelo capital para intensificação da exploração da classe trabalhadora passam pelo subfinanciamento das políticas sociais, como ocorre historicamente com a saúde e do ponto de vista da contratação de pessoal, concordamos com a análise de Silva (2022) ao refletir que:

O atual quadro das políticas sociais aprofunda a precarização do padrão de proteção social e a “passivização” dos trabalhadores. Sabe-se da funcionalidade que os processos de precarização e contratação possuem como fonte de “barateamento” do valor trabalho e como sua utilização tem sido cada vez mais recorrente em diversos setores do mundo do trabalho, inclusive nos recursos humanos da saúde. (Silva, 2022, p. 100).

Ao analisarmos o panorama da precarização do trabalho de assistentes sociais na saúde, fica muito evidenciada a proximidade com questões que atingem à maioria da classe trabalhadora, esteja ela na posição de profissionais que vendem sua força de trabalho (e, portanto, sujeita aos constrangimentos dessa relação), ou na posição da população usuária, como parcela da classe trabalhadora cujo acesso

à saúde (como às demais políticas sociais) é recorrentemente dificultado, pela influência das ofensivas privatistas e destituidoras dos direitos essenciais. Não se trata de uma novidade em si, mas de uma reatualização que contém os elementos do receituário neoliberal e a forte presença das tecnologias de informação e comunicação, mediando não só os contatos, mas também as formas de organização e gestão do trabalho e os atendimentos prestados na ponta à população.

Contudo, ainda com base nas observações no espaço ocupacional em questão, e apesar de todos os agravos ao trabalho precarizado, é possível perceber também um campo de resistências diárias, cotidianas, realizadas nos micro espaços e expressas no comprometimento das profissionais com a realização de atendimentos efetivos e humanizados, norteados pelos princípios éticos e políticos do Serviço Social, pela compromisso das assistentes sociais em buscar suas qualificações profissionais e pela preocupação responsável com a condução da relação com a população usuária.

4.3.2.

Exemplos de incidências de precarização na empresa

Especialmente desde a instituição da lei das 30 horas⁴², foi possível perceber a movimentação de empresas em substituir o cargo de assistente social por cargos genéricos, a fim de burlar a legislação vigente. Assim, utilizavam como recurso instituir vagas abertas à concorrência de assistentes sociais, administradores, psicólogos, pedagogos, historiadores e geógrafos, dentre outras profissões, com a especificação de 40 horas semanais, contudo, nas seleções são admitidas assistentes sociais, com registro ativo junto ao CRESS, a fim de realizar os atendimentos e poderem assinar documentos institucionais como tal.

Tal movimentação fora observada tanto em seleções de empresas privadas quanto em determinados concursos públicos, que nem sempre respeitam a Lei 12317/2010.

A erosão dos direitos do trabalho não se restringe a este segmento profissional, contudo, nesta área assume contornos específicos.

⁴² Lei 12.317/2010, que estabelece a jornada de trabalho de assistentes sociais fixada em 30 horas semanais, que alterou o art. 5º da Lei 8662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social.

A competitividade exacerbada, estimulada no meio corporativo, elimina cada vez mais os traços de solidariedade e cooperação entre trabalhadores. Este aspecto da precarização está diretamente conectado ao que Linhart (2014) chamou de precariedade subjetiva. Ainda que analisando o panorama do trabalho francês, Linhart (2014) revela questões significativas ao respeito do trabalho protegido e regulado.

Segundo esta autora, a compreensão de precariedade subjetiva diz respeito ao:

[...] sentimento de não estar ‘em casa’ no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos mais antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se, cumprir os objetivos fixados, não arriscar-se física ou moralmente (no caso de interações com usuários ou clientes). É o sentimento de não ter a quem recorrer em caso de problemas graves no trabalho, nem aos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e menos disponíveis) nem aos coletivos de trabalho, que se esgarçam com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e a concorrência entre eles. É o sentimento de isolamento e abandono. (Linhart, 2014, p. 46).

Linhart (2014) reflete que ao abordar esta noção de precariedade, que assalariados estáveis podem experimentar quando são confrontados com exigências cada vez maiores no trabalho, pode parecer uma provocação para a massa crescente de assalariados e trabalhadores ainda mais precarizados, que vivem na incerteza e no cotidiano sem que possam se projetar no futuro. Contudo, esta autora esclarece que essa precariedade subjetiva, assim como o sentimento que ela produz, são um componente do trabalho moderno.

Se, por um lado, os trabalhadores informais e intermitentes, mais desprotegidos se deparam com um tipo objetivo e material de precariedade, a precariedade subjetiva experimentada pelos trabalhadores formais implica, por exemplo, na perda da autoestima, na forte apreensão por não considerar que domine e esteja à altura daquele trabalho, na insegurança de assumir aquele posto e na iminência de ser obrigado a cometer erros para atingir objetivos em seu trabalho.

Segundo Linhart (2014, p. 46) isto ocorre porque:

[...] a gestão moderna impõem que todos os assalariados administrem, em nome da autonomia e da responsabilização, as inúmeras disfunções de organização falha do trabalho (isto é, que não lhes proporcionam os recursos necessários para fazer frente às exigências do trabalho), ao mesmo tempo em que intensificam de forma espetacular os ritmos de trabalho. O resultado é, frequentemente, o medo, a ansiedade, a sensação de insegurança (comodamente chamada de estresse).

Transpostas essas reflexões para a observação da atuação de assistentes sociais no segmento empresarial, é possível estabelecer conexão com os atendimentos prestados pela equipe de Serviço Social que integrei, com destaque para o contexto da pandemia, como marcadores que ilustram a realidade mais ampla.

A ameaça de desemprego era constante, assim como do rebaixamento salarial, possível por medida governamental. A frequência de falecimentos por decorrência de Covid-19 aumentava, especialmente entre a população usuária idosa e aposentada, ao mesmo tempo em que, pouco antes da eclosão da pandemia, a empresa em questão havia atrelado o benefício de auxílio funeral à contratação do produto de seguro de vida. Nesta operação, o que era um direito passa a ser tratado como mercadoria, de venda casada, passagem na qual podemos ver a expressão da mercadorização dos direitos, no âmbito privado, assim como ocorre no âmbito público quando analisamos as contrarreformas das políticas públicas.

Contudo, a realidade da parcela assistida de usuários (aposentados e pensionistas) era composta por pessoas idosas e aquelas que percebem menores remunerações. Diante deste cenário, a maior parte não conseguia arcar com os custos mensais de medicamentos, plano de saúde, empréstimos e contas mensais básicas à sobrevivência e ainda, contratar um seguro de vida.

Com isso, justamente essa parcela da população usuária perdeu o direito ao auxílio funeral pela organização, benefício este sob administração e execução do Serviço Social. Nos estudos e acompanhamentos estatísticos e financeiros ao respeito da utilização dos benefícios assistenciais utilizados pelo público usuário, esta parcela assistidos (aposentados e pensionistas) já havia emergido como aquela mais afetada pela erosão dos seus direitos ligados ao trabalho, tanto no âmbito público quanto privado, situação que foi recorrentemente alertada às gestões da empresa pelo Serviço Social, sem que houvesse a adoção de quaisquer medidas para mudanças ou melhorias deste cenário.

A repercussão de tais perdas, por parte de uma parcela populacional idosa, apresenta efeitos ainda mais perversos. Um dos exemplos que ilustram esta situação descrita, bastante marcante em minha trajetória profissional naquele espaço ocupacional, foi o relato realizado por um filho de usuário do Serviço Social. O aposentado em questão sempre fez questão de manter sua família informada quanto aos direitos que possuía, relativos ao plano de saúde e ao auxílio funeral, em caso

de necessidade. Gradativamente, em decorrência de dificuldades financeiras, este usuário migrou para modalidades mais baratas do plano de saúde, mas a cada reajuste sua permanência se tornava mais difícil, até que excluiu todos os dependentes, ficando por fim apenas ele na titularidade. Dentro de poucos meses, ele mesmo acabou abrindo mão da permanência no plano de saúde, auto custeado integralmente pelo usuário (sem subsídio da empresa, após a extinção de tal medida por parte da organização).

Na mudança relativa ao benefício de auxílio funeral, que passara a ser vendido como bônus por adesão à apólice do seguro de vida, não sabemos ao certo se apenas por impossibilidade de incluir essa despesa em seu orçamento ou pela falta de esclarecimento adequado sobre a mudança realizada na organização, este usuário também não realizou a contratação do seguro, ficando alijado do direito ao auxílio funeral.

Durante a fase mais aguda da pandemia, o usuário veio a falecer em unidade do SUS, em decorrência da contaminação por Covid-19. Quando seu filho procurou pela equipe de Serviço Social a fim dar entrada no benefício de auxílio funeral, constatamos a impossibilidade e explicamos o motivo. Este, informou desconhecer a informação e mostrou uma anotação do seu pai, de próprio punho, na qual constavam exatamente as regras utilização do benefício, além dos meus contatos como assistente social da empresa, para que seu filho acessasse, no caso de seu falecimento.

Diante do quadro desolador, que unia o contexto pandêmico, com o desemprego do filho e a falta de acesso ao benefício que conferia, ao menos, o direito daquele trabalhador em ser sepultado sem que houvesse gasto financeiro para sua família, a equipe de serviço social conseguiu após muitas resistências da gestão que o benefício fosse prestado, em caráter excepcional. Contudo, tal medida, apesar de referendar a opinião profissional da equipe de serviço social, somou-se aos desgastes institucionais com os gestores, que afirmavam não haver um nível suficiente de comprometimento com os objetivos institucionais por parte das assistentes sociais, reforçando na equipe o sentimento de isolamento e insegurança, comuns em relação à precariedade subjetiva, descrita por Linhart (2014).

O constrangimento à equipe de serviço social na pandemia, para além da insegurança quanto ao desemprego e ao rebaixamento salarial, já mencionados, dizia respeito também aos atendimentos prestados à população usuária, que eram

cada vez mais destituídos de seus direitos, além da intensificação dos controles e métricas relacionados à jornada de trabalho e à produtividade expressa em números (quantitativos de atendimentos sociais, entrevistas, pareceres, relatórios, projetos, interfaces institucionais externas, dentre outras ações). O que sempre existiu, em termos de agravo às relações e condições de trabalho, no contexto pandêmico piorou consideravelmente.

A falta de acesso ao benefício, tomando por exemplo o auxílio funeral na empresa observada, novamente, nem sempre se deu por insuficiência de recursos. Como ilustração desta realidade é possível mencionar a ocasião na qual uma equipe de serviço social de hospital particular entrou em contato com a equipe de serviço social que integrei na empresa, buscando apoio para acessar o auxílio funeral de usuária aposentada, que havia falecido também em decorrência de Covid-19.

Esta usuária, idosa e sem familiares, não se configurava como hipossuficiente, contudo não havia contratado o seguro de vida (que lhe daria acesso ao auxílio funeral), por não ter para quem deixar o prêmio de seguro. Portanto, em seu adoecimento foi atendida regularmente pelo plano de saúde em unidade hospitalar particular, mas em seu falecimento, não havia previsão para prestação do benefício de auxílio funeral.

De um lado, a equipe de assistentes sociais da unidade hospitalar privada se via pressionada a conseguir uma solução para desocupação do corpo, do hospital. De outro, a equipe de serviço social da empresa era pressionada a não prestar o atendimento à demanda apresentada, na medida em que a pessoa falecida não tinha acesso ao benefício. Ao tentar buscar uma solução excepcional para esta situação, considerando que o corpo já estava no hospital por quatro dias, contrariando as normas hospitalares e a conduta de protocolo de falecimentos por Covid-19, o gestor da empresa inicialmente se negou a autorizar a prestação excepcional do benefício, afirmando à equipe de serviço social que a pessoa então “fosse enterrada como indigente”⁴³.

Tal posicionamento por parte do gestor gerou revolta junto à equipe de serviço social, que somente conseguiu aprovação da excepcionalidade para

⁴³ Para além da falta de humanidade presente nesta afirmação do gestor, chama atenção a falta de solidariedade entre pares, uma vez que o corpo gestor desta empresa é eleito pelos usuários, e as chapas são compostas por membros da organização (aposentados e pensionistas) e não por gestores profissionais de mercado, naturalmente mais agressivos do ponto de vista da tomada de decisões norteadas exclusivamente pelos aspectos financeiros.

prestação do benefício de auxílio funeral ao informar que deveria, desta forma, acionar o Ministério Público, fato que geraria sérios transtornos à empresa. A questão pontual foi resolvida, mas o desgaste ocasionado contribuiu para sanções veladas à equipe de Serviço Social, aumentando ainda mais a sensação de insegurança ligada à precariedade subjetiva, citada por Linhart (2014).

Com relação à situação ora destacada, a obra desta autora contribui manifestando sobre a imposição empresarial sob seus subordinados, no sentido de que renunciem a certos valores humanos e sociais, como a solidariedade, em prol dos interesses da empresa:

O sentimento subjetivo de precariedade pode se nutrir também da dificuldade de renunciar a certos valores importantes, relacionados à sociedade. Da dificuldade de sustentar e defender apenas o perímetro restrito aos interesses da empresa, em detrimento de valores mais universais e mais condizentes com a moral e os interesses da sociedade em seu conjunto. (Linhart, 2014, p. 52).

Não por acaso, a organização observada neste exemplo utiliza, nas palavras de Linhart (2014) “a precariedade subjetiva como estratégia”, na medida em que liofilizou sua mão de obra – desde a sua criação até o ano de 2022, reduziu seu quadro geral de pessoal em aproximadamente 74%, embora os gestores seguissem afirmando que a empresa estava “inchada”. No ano de 2022, o número de empregados da empresa em relação à quantidade de gestores (membros de diretoria, conselhos deliberativo e fiscal) era quase de 2 empregados para cada membro gestor.

O público usuário da empresa e, em potencial, do serviço social era de aproximadamente 12.000 pessoas titulares (sem contar os familiares e dependentes), distribuídos em todo território nacional, especialmente nas regiões sudeste e centro oeste.

A equipe de serviço social, que na constituição da empresa, no ano de 2006, chegou a ter 8 profissionais (6 assistentes sociais e 2 auxiliares administrativos), possuía uma relação de 1 assistente social para cada grupo de 2.000 usuários titulares, potencialmente. Com os avanços das medidas de ajuste neoliberal, que atingiram a toda a classe trabalhadora brasileira, em 2022 contava com 3 assistentes sociais e 1 assistente administrativo, passando assim a relação de 1 assistente social para cada grupo de 4.000 usuários.

Considerando esta última formação da equipe de serviço social, em 2022, o panorama em 2024 é o da demissão destes 3 postos e reposição de apenas 02 postos, sem apoio administrativo e, certamente, em piores condições de remuneração, vínculos e benefícios.

Todo este processo que envolveu a perda de postos de trabalho, erosão de direitos, assédios e degradação das relações de trabalho, se desenvolveu como já comentado nesta tese, sob a batuta do receituário neoliberal, que culminou, naquele espaço ocupacional, com a privatização da empresa para a qual a organização privada ora tratada prestava serviço, em junho de 2022, na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em julho de 2024, o conselho de administração e a diretoria da organização mandatária da empresa privatizada achou por bem extinguir seu CNPJ e incorporá-la. Analiso este feito como a busca pelo apagamento da memória da organização e de seus trabalhadores, ativos e assistidos (aposentados e pensionistas), servindo para moldar os que restarem aos ditames da agenda neoliberal, que veremos expressos em diminuição de postos de trabalho e dos direitos oriundos das relações trabalhistas.

Percebemos similitudes a este processo ao analisarmos a dissertação de Neves (2022) em sua pesquisa sobre a privatização de uma empresa pública de infraestrutura aeroportuária.

Em seu estudo, Neves (2022) aponta que a privatização da empresa em questão se deu a partir de 2011 e, com a pandemia, o cenário de desigualdades inerentes ao sistema capitalista fora agudizado, sem com que causasse seu colapso, ao contrário, o sistema capitalista a partir de suas crises recria formas de continuidade e ampliação da exploração do trabalho. Desta forma, a privatização desta empresa causou aos empregados a preocupação com sua estabilidade e, no contexto pandêmico, aqueles que trabalhavam nas atividades operacionais ainda tinham uma grande preocupação adicional, quanto à contaminação por Covid-19. Já os trabalhadores administrativos experimentavam, além do medo da perda do emprego em função da privatização, todas as questões do trabalho em regime de home office (ou teletrabalho) – isolamento, perda da pertença e sentido de grupo, expressa na individualização do trabalho, no fim da separação entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, além da tendência ao esvaziamento da luta coletiva em prol dos seus direitos (p.14).

Encontramos outro ponto de similaridade apontado no estudo de Neves (2022) que se aplica à redução drástica de postos de trabalho de assistentes sociais. No entanto, na empresa tratada por Neves (2022) a precarização pós privatização implicava na transferência para outros órgãos públicos e, em alguns casos, para o desligamento definitivo.

No caso das empresas onde atuei como assistente social por 25 anos – 10 e 15 respectivamente, subsidiárias da empresa que fora privatizada em 2022, já está demonstrado o quadro de redução de assistentes sociais. Por já serem empresas privadas, contratavam sua mão-de-obra em geral por meio de vínculos CLT, terceirizações e, em algumas funções, já por meio de plataformização (no setor de transportes, por exemplo). Estas, efetuaram os cortes de postos de trabalho (inclusive e com mais ênfase nos postos de assistentes sociais) de modo mais drástico considerando a questão quantitativa e a forma abrupta como se processaram as demissões. Cabe ressaltar que não foi garantida a transição de ações de trabalho em andamento entre assistentes sociais, nem medida de encerramento de vínculos com a população usuária, atendida constantemente, gerando a sensação de descaso e frustração para além do desemprego, mas também por não poder realizar os encerramentos de ciclo que eram necessários às partes.

Já a empresa central, que foi privatizada em 2022, ainda não possui em 2024 registros de expressivas alterações no quadro de pessoal, inclusive assistentes sociais. Contudo, analisamos essa questão como uma tendência possível de calmaria antes da tormenta, uma vez que parte da opinião pública e setores políticos mais progressistas têm se movimentado no sentido da perspectiva de reestatização da empresa, considerando seu papel estratégico na economia e na sociedade, por ser emblemática na distribuição de energia elétrica em diversas regiões do Brasil.

Contudo, a partir da decisão do conselho administrativo e diretor da holding que adquiriu a maioria das ações da empresa em incorporá-la e extinguir seu CNPJ, como já mencionado, as chances de reestatização se tornam praticamente nulas, de acordo com nossa análise.

A partir desta recente configuração, a tendência é a de que sejam implementados os processos de reestruturação organizacional, que, como sabemos, no bojo da relações capitalistas e neoliberais, é um eufemismo para a realização do corte de gastos, de postos de trabalho e dos direitos conquistados arduamente ao longo de décadas de lutas da classe trabalhadora.

No âmbito das equipes de serviço social da empresa privatizada paira, assim como no estudo de Neves (2022) a grande frustração de ter sido aprovada em concurso público e, com isso, ter adquirido acesso a uma série de garantias e proteção ao trabalho e ao seu vínculo e, após a privatização, passar a ter um vínculo mais fragilizado, sem contar com a eminência de uma demissão.

Para além da precarização objetiva, que afeta as condições materiais da classe trabalhadora, emerge novamente o aspecto da precariedade subjetiva, ainda que atinja à fração da classe trabalhadora com vínculos mais estáveis, retoma a questão da insegurança e da eminente perda do emprego, ocasionando adoecimentos físicos e psíquicos, em alguns casos motivando até mesmo o suicídio (Linhart, 2014).

Ao pensarmos a precarização do trabalho de assistentes sociais nas empresas, quanto às formas de gestão do trabalho, vale lembrar o estudo de Botão (2020) sobre a contratação de profissionais por meio de consultorias.

Segundo Botão (2020), o termo consultoria tem sido utilizado pelo capital para omitir relações de trabalho precárias, que implicam em reduções salariais, impactos de natureza política e organizativa e ampliação da subordinação de assistentes sociais contratadas por tais empresas. Neste contexto, define consultoria como: “[...] expressão [...] utilizada de forma distorcida de seu sentido original, favorecendo a precarização do trabalho por variadas formas de terceirização e quarteização do serviço social nas empresas”. (Botão, 2020, p. 87).

A distorção à qual esta autora se refere diz respeito ao potencial que o trabalho de assistentes sociais possui em relação à prestação de consultorias e assessorias, processos relacionados com o fornecimento de conselhos, pareceres sobre sua especialidade, proposição de estratégias para alteração da realidade de determinadas equipes, que terão autonomia para acatar ou não tais sugestões de caminhos, indicados por uma figura profissional que possua conhecimento aprofundado sobre a temática, bem como plena atualização sobre o debate proposto.⁴⁴

Entretanto, Botão (2020) pauta seu estudo sobre uma outra forma de consultoria em serviço social, representada por empresas – criadas ou não por assistentes sociais – que vendem a mão de obra profissional de assistentes sociais

⁴⁴ Para aprofundar a questão das assessorias e consultorias em Serviço Social, recomendamos a leitura das obras de Maurílio Matos (2006,2009) e Ana Maria Vasconcelos (1998).

para outras empresas, sem que haja vínculo de trabalho, encargos sociais e prestação de salários indiretos (chamados de benefícios) por parte da contratante.

Esta modalidade de venda da força de trabalho de assistentes sociais obscurece a relação entre empregado e empregador, além de tornar mais fria e distanciada a relação entre assistentes sociais e o público usuário, bem como aumentar a sujeição ao atendimento de demandas da empresa contratante de forma mais efetiva e com menos possibilidades críticas, além de menos autônomas. Em suma, trata-se de uma modalidade observada no fazer profissional de assistentes sociais no espaço ocupacional das empresas, que agudiza formas de precarização, mascaradas por uma capa de inovação, atendendo a demandas colocadas às/aos profissionais, sejam contratados com carteira assinada ou não. Tais demandas usualmente se referem a orientação sobre direitos previdenciários, orientações sobre benefícios assistenciais, atendimentos relativos à dependência química, programas de qualidade de vida, responsabilidade social e orientações sobre falecimentos. Conforme Botão (2020, p. 147):

Então, onde se encontra a inovação? Nas formas de contratação, na organização do trabalho e no uso da tecnologia para mensuração das atividades desempenhadas e elaboração de novos projetos, com ampliação do controle de assistentes sociais, objetivando o aumento da produtividade comprovada.

Essas mudanças têm apresentado retrocessos nas condições de trabalho, se forem considerados os contratos de trabalho terceirizados e quarteirizados, nas atividades desenvolvidas, em geral de forma mais fragmentada, incidindo na qualidade dos serviços prestados, descaracterizando o que seria, de fato, uma consultoria qualificada.

Em tempos de avanços neoliberais e de ofensiva do conservadorismo sobre a profissão, Botão (2020) destaca em sua pesquisa o aspecto relativo ao empreendedorismo, correlacionando-o com uma lacuna de subalternidade observada em parte da categoria profissional frente a outras profissões, que em princípio explicaria o acréscimo de status ao receber o tratamento de consultor ou empreendedor do que assistente social, similarmente ao que ocorre com outras categorias profissionais, como por exemplo os motoristas por aplicativo.

Ao aprofundar suas análises sobre trabalho e suas aceleradas mudanças no contexto do atual estágio do capitalismo, Botão estabelece um olhar sobre o serviço social brasileiro quanto à perspectiva de uberização, que se aproxima da profissão, temática que desde o início do doutorado tem me instigado a examinar.

Ao tratar sobre a uberização batendo à porta do Serviço Social, a partir de transformações na forma do trabalho profissional no espaço ocupacional das empresas, Botão (2023) reflete que tanto a crise de 2008 quanto a crise da eclosão de Covid-19 articularam-se aos interesses capitalistas, criando terreno possível para experimentações no campo do trabalho, conforme Antunes (2022), dentre outros autores, com mediações por aparatos tecnológicos que alteram as formas de organização e desempenho do trabalho, gerando novas profissões e aprofundando a precarização de outras, além da expropriação de direitos.

Considerando o contexto mais recente, pós pandêmico, Botão (2023) elucida sobre o campo sócio-ocupacional em tela, apontando alguns elementos do trabalho uberizado que já se faziam presentes no trabalho de assistentes sociais que atuam em empresas (registrados mesmo antes da pandemia, elementos estes que tendem a se intensificar).

Nesse conjunto de mudanças o Serviço Social em empresas, com suas particularidades, permanece se transformando de forma precarizada e sinaliza novas tendências pouco favoráveis à manutenção dos postos de trabalho, mas não só, a precarização afeta também a qualidade dos serviços prestados e as possibilidades de resistência aos altos níveis de exploração. (Botão, 2023, p. 85).

Os elementos de uberização no trabalho de assistentes sociais em empresas tem bases na conceituação estruturada por Antunes (2023), que concebe o trabalho uberizado em conexão com as precárias condições de trabalho presentes nas plataformas que prestam essa modalidade de serviço, generalizada em escala global, sobretudo nas plataformas digitais de transporte de passageiros e mercadorias, como por exemplo Uber e IFood, contudo, sem limitar-se a elas.

Assim, Antunes (2023) nos esclarece que o trabalho uberizado se caracteriza como um aperfeiçoamento do contrato zero hora, que foi utilizado na Inglaterra como meio de redução de custos relacionados à força de trabalho. A lógica desta forma de gerir o trabalho implica na disponibilidade do trabalhador em atender aos chamados, a fim de prestar seus serviços, sem quaisquer comprometimentos com seus direitos, tampouco vinculação formal, embora haja estruturação de formas de controle e obrigatoriedade em atender ao cliente, o que torna o trabalho uberizado ainda mais rigoroso, além de subordinar mais o trabalhador, do que o trabalho sob forma de contrato zero hora.

Sobre os novos traços que caracterizam o trabalho uberizado, sinteticamente Antunes (2023) assim define:

[...] os novos traços que caracterizam o trabalho uberizado são por demais evidentes: não há mais limites nem de tempo, nem de jornada de trabalho; a separação entre tempo de labor e tempo de vida está em desaparecimento, as práticas laborativas são cada vez mais desregulamentadas; os direitos do trabalho sofrem um processo de corrosão cotidiano e a justiça do trabalho, quando acerta, se vê tolhida pelas decisões supremas. A intensidade e os ritmos de trabalho são exercitados ao limite, sendo que as mistificações subjacentes ao trabalho que deixou de ser trabalho, ao assalariamento que milagrosamente se converteu em ‘empreendedorismo’, em ‘autonomia’, são por demais evidentes. (Antunes, 2023, p. 31).

Estes pontos destacados por Antunes (2023) convergem com as transformações do Serviço Social em empresas, tratadas por Botão (2020, 2023).

Botão (2023) esclarece que o fenômeno das consultorias vem ocorrendo em diferentes áreas profissionais, contudo, vem detendo seu olhar de pesquisa sobre o campo empresarial, no qual as chamadas “consultorias” se apresentam como prestadoras de serviços terceirizados e quarteirizados, com poucos ou quase sem direitos trabalhistas.

Após o período pandêmico mais agudo, o laboratório de experimentações do capital (Antunes, 2023) apresenta o panorama do trabalho profundamente marcado pela mediação dos avanços tecnológicos, pela ampliação da modalidade home office/teletrabalho e a ampliação do trabalho uberizado, entre outras intensificações que já estavam em curso a partir da crise do capital.

Assim, Botão (2023) chama atenção para o fato de que o aprofundamento analítico de pesquisas nacionais e internacionais permite inferir que já era possível perceber a presença de protoformas da uberização no Serviço Social em empresas, mediadas pelas chamadas consultorias. Esta autora destaca, ainda, que trata este processo como protoformas ou trabalho com notas de uberização, por não termos registros, até o presente momento, de que esta mediação e contratação se dê por aplicativos de chamadas ou via plataformas.

Neste sentido, se explica o que Botão (2023) caracterizou como a uberização batendo à porta do Serviço Social na área empresarial, por meio de empresas recrutadoras de assistentes sociais que se colocam como consultorias.

Concordo com tal análise e no transcorrer dos estudos, pesquisas e reflexões necessárias para elaboração desta tese, pude perceber que se, conforme Botão (2023) a uberização bate à porta do Serviço Social por meio da área empresarial, na

forma de consultorias, na área da docência/educação a maçaneta foi girada e a porta já se encontra entreaberta, como aprofundaremos a seguir.

4.3.3.

Exemplos de incidências de precarização na educação/docência

A utilização de recursos tecnológicos, cada vez mais avançados, no processo de ensino e aprendizagem caminha a passos largos, especialmente após a exigência de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19.

Contudo, conformação de novos modelos e padrões educacionais, em escala mundial, guardadas as particularidades de cada território, vem sendo gestada desde a década de 1990. As políticas educacionais são inclusas num projeto do capital de não só moldar uma massa trabalhadora ajustada e funcional aos seus interesses, mas também de servir aos interesses econômicos de acumulação, imprimindo forte caráter privatista a esta política, o que pode ser facilmente comprovado desde a educação básica até as formações superiores, em níveis de graduação e pós-graduação. Neste sentido, a lucratividade baseada na exploração se dá no subfinanciamento e sucateamento das políticas públicas de educação, na oferta indiscriminada de cursos privados a preços que atraem a classe trabalhadora e no mercado de ações financeiras, composto em parte por grandes conglomerados corporativos que comercializam a lucrativa mercadoria educação.

Ao observarmos este cenário, podemos concluir que a precarização não é meramente uma consequência de tal processo, mas sim parte integrante, constitutiva do mecanismo de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, sob esta ótica, a precarização do trabalho e da vida é um projeto, dotado de intencionalidades claras.

Nesta tese, na seção 4.2, já foi demonstrado em parte o panorama da educação superior, logicamente com foco na formação em Serviço Social, buscando, buscando apreender os fundamentos das mudanças e estruturações que se dão globalmente, mas que particularmente se expressam na realidade brasileira e sobre o Serviço Social.

Tais demonstrações foram embasadas nos dados da pesquisa de perfil profissional (CFESS, 2022) e em produções analisadas de autores que discutem essa temática, como Leher (2021) e Dahmer (2020).

Ao observarmos os dados da pesquisa de perfil profissional, foi possível promover aproximações por meio da análise dos dados que demonstra níveis de remuneração mais baixos para profissionais formados em regime de EaD. Um dos aspectos ligados à precarização que assume destaque nesta análise diz respeito à vinculação entre formação profissional e mercado de trabalho.

Antunes e Pinto (2018) se debruçaram sobre a temática da educação, no contexto da especialização taylorista e da flexibilização toyotista, trazendo elementos sobre a conformação dos processos educacionais e formativos, adequados ao mercado de trabalho de cada fase.

Estes autores recuperam na história que o toyotismo, difundido às principais potências capitalistas no contexto de crise após a década de 1970, demandou uma série de qualificações profissionais, educacionais e comportamentais que deveriam se contrapor aos métodos do taylorismo-fordismo nos países industrializados.

Relatam que no final da década de 1960, fatores como a contracultura, posicionamentos dos movimentos sociais, revoltas operárias e de estudantes, propiciaram o surgimento de manifestações no sentido de se contrapor ao conceito de gerência científica e também se colocar contrário à maneira como a educação e as qualificações do trabalho eram projetadas e tecnicamente impostas. Neste sentido, Antunes e Pinto (2018), embasados em Kuenzer (2016) afirmam:

Contestava-se a forma como a qualificação adquirida nas instituições formais de ensino era condicionada pelas necessidades do trabalho profissional, distanciando-se de um projeto que integrasse, criticamente, o mundo do trabalho à educação. Reivindicava-se maior autonomia aos/às estudantes, a flexibilização da hierarquia rígida dos tempos e espaços da produção de saberes-fazeres. Suscitavam-se estratégias de aprendizagem comunitária e, inclusive, por comunhão de interesses, pelas trocas de experiências e visando a produção de um conhecimento mais aberto, dinâmico, em contraposição a um conhecimento disciplinar, centralizando na figura do professor e em conteúdos curriculares considerados arcaicos e impositivos. (Antunes e Pinto, 2016, p. 60).

As instituições de ensino, públicas e privadas, em conjunto com as empresas, aproveitaram-se do contexto de crise mundial da época e da necessidade de reestruturação produtiva do capital para adequar tais reivindicações ao discurso do capital, alçando a aprendizagem flexível como uma das expressões do projeto

pedagógico da acumulação flexível, mediadas pelas tecnologias informacionais e de comunicação.

Ao afirmar que o novo disciplinamento para o trabalho flexível em uma sociedade atravessada pela microeletrônica exige a capacidade de trabalhar intelectualmente, o regime de acumulação flexível reconhece a importância da ampliação da escolaridade em nível básico e superior, acompanhada da capacitação profissional continuada para atender às novas demandas do mercado de trabalho. (Kuenzer, 2016, p. 3).

Foi possível perceber que a educação básica seguiu presencial e sob responsabilidade da escola, contudo o quadro do ensino superior foi marcado, para além dos aspectos objetivos, pela formação de subjetividades flexíveis, que possam se relacionar e produzir mediadas à base da microeletrônica. Kuenzer (2016) reitera, assim, que principalmente em relação ao ensino superior na iniciativa privada, há o predomínio da estratégia de mercantilização do ensino, por meio dos cursos à distância, que, simultaneamente reduzem os custos e repassam os valores cobrados aos alunos.

A síntese sobre a vinculação entre a educação e as requisições colocadas pelo capital para o mercado de trabalho, descritas aqui, coaduna com as observações dos campos empíricos utilizados para as elaborações desta tese. Kuenzer (2016) recupera que ao longo das cadeias produtivas, há demandas diferentes e desiguais de qualificação da classe trabalhadora, que podem ser rapidamente atendidas por estratégias de aprendizagem flexíveis, o que permite que as contratações sejam definidas a partir de um perfil de trabalhador com aportes de educação geral e capacidade para aprender e por em prática novos processos, e não uma educação que se estruture a partir da qualificação. Quanto mais funcionalidade à cadeia produtiva e menos crítica a ela, melhor será o perfil do trabalhador.

Daí o caráter ‘flexível’ do trabalho; importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez. (Kuenzer, 2016, p. 5).

É com este panorama geral traçado que ingressamos nos exemplos experimentados, de precarização do trabalho de assistentes sociais no campo da docência/educação, encadeados numa lógica mais ampla, do capital financeirizado

e mundializado e, ao mesmo tempo, tendo a função estratégica de preparar profissionais adequados aos requisitos do mercado de trabalho.

Para encaminhar este debate é preciso, preliminarmente, marcar uma diferenciação entre o EaD e o ensino remoto, também chamado de on-line.

O ponto que une as duas modalidades se refere à mediação via recursos tecnológicos. Porém, o EaD apresenta regulamentação específica junto ao MEC, a Resolução nº 1 de 2016, que estabelece diretrizes e normas nacionais para oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade à distância. O EaD possui, também, estruturação teórico-metodológico própria, assim como regulação política, didática e pedagógica (Rocha, 2021). Nesta modalidade, é comum a utilização de aulas gravadas, haver pouca ou nenhuma interação com outros alunos e professores e as atividades de reforço de conhecimento e avaliativas serem corrigidas por computador. Contudo, o trabalho de docentes é de extrema importância, não só para produção das aulas e dos conteúdos escritos, mas também para elaboração das atividades de fixação de conhecimento e avaliativas. A figura de docentes, muitas vezes chamados de conteudistas, tutores ou jargões que os equivalham, tende a ser obscurecida como, na verdade são, professoras e professores. Neste ponto, é possível perceber a semelhança com o linguajar utilizado pelo capital nas empresas, que Cardoso, Gonçalves e Gutiérrez (2022) chamaram apropriadamente de “neoliberalês”, ao fazer alusão aos colaboradores, parceiros, stakeholders, empresários e empreendedores. Na empresa da educação, os professores são tratados por outras terminologias, como as já mencionadas, mas curiosamente não como docentes ou professoras/es, empalidecendo esse papel fundamental, dando-lhe a matiz do controle social, na sociedade do desempenho neoliberal.

Já o ensino remoto, ou on-line, emergiu com mais vigor no momento da exigência do isolamento social, para conter o alastramento da pandemia por Covid-19. Essa modalidade se caracteriza pela mediação por recursos tecnológicos, por conectar docentes e discentes em ambiente virtual, mas orientada pelos princípios da educação presencial. Assim, há mais interações entre docentes e discentes, por meio dos recursos tecnológicos – usualmente plataformas, como o Zoom e o Google Meet – ou mesmo por plataformas próprias dos cursos, solicitação para que as câmeras fiquem abertas e as/os participantes possam se ver e interagir, seja falando em tempo real, ou por meio do chat (espaço de bate-papo).

Parto do princípio de que nenhuma modalidade substitui o ganho do ensino presencial no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem. As interações e trocas que ocorrem presencialmente, de conexão efetiva entre docentes e discentes, apresentam múltiplas possibilidades de diálogos, esclarecimentos de dúvidas, debates de opiniões, impressões de linguagens corporais, olhares e socializações que o meio informacional não consegue igualar. Por outro ângulo, o ensino mediado por recursos tecnológicos acaba por apresentar uma potencialidade de aproximar pessoas de diferentes espaços geográficos, aspecto que revela um ganho importante de acesso em determinadas formações.

Cabe aqui estabelecer uma discussão entre a questão do público e do privado. Não se trata de analisar quem paga mais ou quem paga menos ou se somente na iniciativa privada a incidência da precarização se processasse. Em princípio, o privado lida com a lógica do mercado, ao passo que o Estado, por princípio e definição, é regido pela lógica do direito. Contudo, o que vem acontecendo na perspectiva ultraneoliberal é que o setor privado dita regras inclusive dentro do setor público, adentrando frestas e possibilidades para ampliar o seu mercado.

O trabalhador do serviço público também está precarizado, porém de diferentes formas. Apesar de possuir um vínculo de trabalho mais seguro em relação aos da iniciativa privada, em determinadas situações, os trabalhadores do serviço público experimentam a falta de recursos no espaço de trabalho, não tem uma vida plena, apesar de ter um vínculo de trabalho, em princípio garantido. Além disso, o setor público está incorporando profissionais precarizados em diversas áreas, como na educação, na saúde, na assistência e no sociojurídico, observando-se um número cada vez menor de concursados, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Mais recentemente, observamos a criação, por parte do Tribunal de Justiça, a modalidade de residência, que vai alocar mão de obra especializada para trabalhar sem ter que arcar com os custos de realização e manutenção via concurso público, além dos peritos já contratados fragmentadamente.

Dentro do conjunto de elementos que chamamos de precarização, destacamos os baixos salários, as condições de trabalho, a fragilidade do vínculo e a incerteza do pagamento. Apesar do serviço público estar muito sucateado, como por exemplo observamos o caso da UERJ em 2017, que teve um severo atraso no pagamento de seus docentes, trata-se de uma universidade de altíssima qualidade, que absorve uma quantidade grande de trabalhadores, que são cotistas. Com isso, se demonstra

que não existe uma divisão marcada entre o cenário no serviço público estar ótimo e na iniciativa privada estar péssimo. Antes, é preciso pensar que essa precarização se dá de diversas formas, mesmo em cenários considerados mais protegidos, se conecta ao debate sobre intensificação do trabalho, encaminhado por Linhart (2014).

Especificamente em relação à precarização, nesta área de atuação profissional, pude observar e experienciar, do ponto de vista empírico, questões que merecem atenção. A primeira delas diz respeito às formas de contratação. Os vínculos de emprego nessas modalidades são marcados pela instabilidade e informalidade, além da falta de direitos trabalhistas mais consistentes. Pude vivenciar dois tipos de vínculos – um como conteudista em uma universidade privada lucrativa, em curso de graduação em Serviço Social (modalidade EaD) e outra experiência como professora em curso de pós-graduação on-line, em universidade privada, filantrópica e sem fins lucrativos (modalidade de ensino remoto).

Em ambas as experiências, o pagamento se dá por entregas, ou seja, pela elaboração de material de conteúdo de uma determinada disciplina (EaD) ou pelas aulas ministradas de forma remota. Nas duas experiências, fica clara a impossibilidade de manutenção financeira de profissionais apenas com tais vínculos, por seu caráter intermitente e espaçado. É interessante notar que as remunerações, além de baixas frente ao trabalho intelectual realizado, têm incidências de impostos e descontos para a previdência oficial, apenas naquele período de execução. Isto significa decréscimo de valor e a certeza de que nessa forma de recolhimento previdenciário, ninguém vai conseguir futuramente aposentar-se.

Especificamente em relação ao trabalho na modalidade EaD, nesta experiência em tela, foram sinalizadas duas formas de atuação – como conteudista e por meio de gravação de aulas. Havia uma métrica bastante delimitada envolvida nas ações, tanto do conteúdo escrito quanto da gravação de aulas. No conteúdo escrito, havia uma espécie de ementa da disciplina e dentro da temática, quais aspectos deveriam ser abordados. Caberia então, à figura conteudista, elaborar uma espécie de apostila, com a utilização de autoras e autores que julgasse adequados àquela elaboração.

Analiso essa como uma forma de precarização que atinge tanto aos docentes quanto aos discentes, uma vez que o alunado terá acesso a um material enviesado e não recorrerá à fonte direta, aos livros e produções que embasaram aquela construção, por mais que haja a recomendação da leitura dos livros e artigos. Esta passagem ilustra a questão do aligeiramento e superficialidade na graduação à distância, que empobrece as trocas, o arcabouço teórico e o viés crítico tão caro à nossa formação e profissão. Atinge também aos docentes, professoras e professores, que percebem baixas remunerações por tais elaborações intelectuais e têm seus materiais utilizados por inúmeras vezes e ciclos, sem que torne a receber remuneração por isso. Este processo se dá tanto no produto elaborado de conteúdo escrito quanto das aulas gravadas para as disciplinas.

Outro aspecto também relacionado à precarização do trabalho se refere ao tempo esperado para crédito do valor contratado, que demora, em média, dois meses para efetivação.

Identifico, ainda, como elemento de precarização presente no trabalho nesta área, a falta de interação entre docentes e discentes. Do ponto de vista subjetivo, é muito frustrante realizar uma elaboração de caráter teórico-metodológico sem ter a interação com o corpo estudantil, expressando uma espécie de alienação e estranhamento sobre o trabalho realizado. Este aspecto é reforçado nas elaborações das atividades de fixação de conhecimento e nas atividades avaliativas, nas quais os/as conteudistas devem elaborar as questões de múltipla escolha, elaborar as cinco alternativas (uma certa e quatro erradas) e, ainda, um parágrafo explicativo daquela passagem, quando do erro ou acerto.

No quesito interação entre docentes e discentes, a experiência com o ensino remoto, on-line, tem se mostrado mais satisfatória. Como já abordado, esta modalidade de ensino costuma obedecer à lógica pedagógica das aulas presenciais, o que traz o benefício do planejamento das aulas, interações e adaptações de acordo com o perfil da turma, além da limitação quantitativa de estudantes por sala.

A possibilidade de manutenção das câmeras abertas, para possibilitar melhor interação entre participantes do processo, assim como a participação nas aulas, é um ponto a ser considerado positivamente. Entretanto, especialmente durante a fase mais aguda da pandemia, foi possível identificar aspectos de precarização (do trabalho e da vida), tanto por parte de estudantes quanto de docentes – a dificuldade de acesso ao pacote de dados de internet suficiente para permanência plena no

espaço virtual (com som, imagem e chances reduzidas de lacunas e desconexão) e o constrangimento relacionado ao espaço físico no qual as aulas eram assistidas ou ministradas. Estes aspectos são analisados aqui como expressões da questão social, que apontam no sentido da insuficiência de recursos financeiros para dar suporte material às vivências acadêmicas, de parte a parte.

Por fim, observa-se que a modalidade de ensino on-line apresenta predominância nos cursos de pós-graduação, ao passo que a predominância nos cursos de graduação se dá na modalidade EaD. Contudo, ao olharmos para esta questão sob a ótica do ensino presencial e não presencial, temos os dados do Censo da Educação Superior, de 2022, que demonstram o ingresso de mais de 4 milhões de estudantes na graduação EaD e 1.656.172 no ensino presencial.

No quadro dos cursos de pós-graduação, o levantamento elaborado pelo Instituto Semesp revelou que as pós-graduações não presenciais tiveram 288% de crescimento durante a pandemia.

No tocante à questão da precarização, formação profissional em regime de EaD (no caso específico desta tese, em Serviço Social) e mercado de trabalho, foi realizada observação que merece registro, em função de demonstrar essa cadeia de interconexões.

Em um dos espaços ocupacionais, no qual atuei como assistente social, pude observar durante a pandemia, uma estudante trabalhadora que cursava Serviço Social à distância, em determinada universidade, privada, lucrativa, na ocasião não muito conhecida no mercado. Chamou minha atenção, durante o contato com esta estudante, que por vezes buscava apoio da equipe de Serviço Social para melhor conhecer a profissão, a forma pouco fundamentada com que a formação oferecida se processava.

Durante a pandemia, a universidade em questão contrariava o CRESS orientando aos seus discentes que o estágio em Serviço Social não era obrigatório e que não haveria problema com a emissão do diploma, posto que a formação estava se dando durante o período da pandemia. A estudante foi esclarecida dos riscos quanto a uma formação sem o precioso (e legal) período de estágio e orientada a buscar a informação do CRESS da região, para evitar futuros problemas na emissão de seu diploma.

A qualidade da formação acadêmica era baixa e com pouquíssima assistência ao corpo discente (atividades individuais e em grupo realizadas sem a supervisão adequada e sem o aporte teórico necessário).

Recentemente, observei que para aplicar-se em vaga por meio de plataformas de emprego, cujo anúncio era assistente social, a página de candidatura em determinada etapa de preenchimento é direcionada ao site desta mesma universidade, para desbloqueio da próxima fase. Ao observar esta estruturação para dar continuidade ao processo de candidatura a uma vaga de emprego, foi possível estabelecer conexão com a estratégia de “gamificação”, apontada por Soares (2023), presente em sua obra que traça paralelo entre os escravos de ganho e os entregadores que trabalham mediados por plataformas.

Neste contexto, Soares (2023) nos chama atenção para o perfil dos entregadores, de acordo com pesquisas realizadas na Universidade de Brasília (UNB) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), quanto ao fato de serem em sua maioria jovens e não brancos e para a estratégia de “gamificação”, como se estivessem em jogos eletrônicos, nos quais precisam estar em times e pontuar de acordo com a regra do jogo. Portanto, estratégia mais permeável aos jovens trabalhadores e de linguagem mais familiar.

Foi destacada, na pesquisa, as estratégias de gamificação em que os aplicativos se utilizam da concorrência entre os próprios entregadores na busca por mais entregas para obter maior engajamento deles no trabalho e, portanto, maior tempo de conexão no aplicativo, o que resulta em maior tempo de trabalho não pago. (Soares, 2023, p. 420).

Retornando à observação de candidatura à vaga de emprego em plataforma, neste anúncio de visualização obrigatória, são oferecidas pela determinada universidade microcertificações para seu currículo, além de diversas opções de cursos de pós-graduação à distância, com preços acessíveis, percorrendo a propaganda sobre como a pessoa pode melhorar seu currículo a partir da realização de tais cursos, tornando-se mais competitiva frente ao mercado de trabalho.

Assim, podemos observar o mesmo padrão de abrangência e de formação aligeirada impressa às graduações à distância é ofertada também para as pós-graduações, cuja estética do site faz crer ao público leitor, candidatos ávidos por uma vaga de emprego, tratar-se de uma universidade moderna e inovadora, capaz de lhes ofertar um produto de qualidade, no caso, educação.

Fica demonstrado a partir deste exemplo como o projeto de educação e formação está vinculado e imbricado a fornecer a mão de obra esperada para o mercado de trabalho.

Ao seguir adiante com a etapa de candidatura à vaga, foi possível analisar aspectos que não eram imediatamente aparentes no anúncio da oferta de emprego. Somente após realizar uma série de etapas de fornecimento de informações, é esclarecido que trata-se de vaga de trabalho temporário; do pacote de benefícios oferecidos pela vaga, somente há vale transporte; embora anunciada para assistentes sociais, a vaga não é especificamente para esta formação, podendo candidatar-se pessoas com formação em Serviço Social, Administração, Geografia e Psicologia (apesar do título do anúncio requerer assistentes sociais residentes em determinado município do Estado do Rio de Janeiro). A carga horária exigida é de 40h semanais e a remuneração entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00.

Demonstrados os exemplos relativos à precarização do trabalho de assistentes sociais, no campo da docência/educação, por fim retomamos a questão apontada na seção anterior. Afinal, por que nossa análise aponta para a tendência ao trabalho uberizado frente ao Serviço Social estar mais próxima no campo da docência/educação do que demais áreas de atuação da profissão?

Com base nos dados acessados e nas experiências de atuação profissional, particularmente a atuação como docente conteudista em universidade privada lucrativa, em regime de EaD, pode me dar a dimensão do trabalho uberizado e da precariedade nele envolvido, ao analisar sua forma de gestão que engloba intermitência, desproteção, falta de direitos trabalhistas e garantias básicas e isolamento. Para além da metodologia, já tratada nesta tese, que associa o EaD à frieza das aulas e demais atividades sem contato direto com as/os estudantes, a forma de contratação também se processa desta maneira, sem interação direta, via plataforma da universidade.

Da observação realizada quanto a este processo, acertados os contatos iniciais via e-mail e análise curricular e de títulos exigidos, a emissão do contrato, assinatura e validação se deu por meio de plataforma. Todas as operações, acadêmicas e financeiras, se deram da mesma maneira. Dos cinco contratos firmados, todos se processaram desta maneira. As interações para ajustes de material, quando algo necessitava ser esclarecido ou modificado, se davam prioritariamente pela plataforma e, eventualmente, por e-mail ou whatsapp.

O convite oficial para aceitação do contrato é realizado via plataforma utilizada pela universidade e, uma vez ocorrido o aceite do objeto de contratação (produção do material da disciplina), as demais interações e postagens se dão por aquele mecanismo, findando com o pagamento do serviço, o que se assemelha bastante às plataformas de entrega e transporte de pessoas e mercadorias. Configura, portanto, sob nosso entendimento, uma espécie de uberização da educação.

Traçando paralelo com as considerações de Botão (2023) sobre o trabalho do Serviço Social em empresas, por meio das chamadas consultorias, que segundo a autora registra notas de uberização, por não haver, ainda, o chamamento via plataforma, considero que em relação ao trabalho docente em Serviço Social, sob forma de EaD, já nos vemos efetivamente em regime de uberização do trabalho, ainda que de modo embrionário em nossa categoria profissional.

Levando em conta a volatilidade da realidade, acelerada pela reinvenção permanente do capital quanto às novas formas de restaurar-se frente às suas crises e buscar o aumento incessante de seus lucros, à base de novas formas de exploração do trabalho (ou atualização das antigas), mediatizadas pelos avanços tecnológicos e informacionais, acreditamos que num futuro próximo as plataformas disponibilizarão o trabalho de assistentes sociais por elas, a exemplo do que já se observa, em outras profissões, por meio de plataformas como Get Ninjas e Parafuzo.

Diante deste cenário, urge a realização e atualização de pesquisas no campo do trabalho, considerando não só o mercado e a formação profissional, mas também a saúde da classe trabalhadora, frente aos atuais agravos.

5

Considerações Finais

Vamos terminar
Inventando uma nova canção
Nem que seja uma outra versão
Pra tentar dizer que acabou
É tudo novo, de novo
Vamos nos jogar onde já caímos
Tudo novo, de novo
Vamos mergulhar do alto onde subimos
Tudo novo, de novo.
Tudo novo, de novo – Paulinho Moska

É instigante após uma longa jornada de pesquisa, e de aprendizados e reflexões dela decorrentes, voltar ao ponto de partida a fim de sintetizar algumas questões, traduzidas em resultados.

A primeira e mais importante diz respeito ao que fundamenta a precarização do trabalho de assistentes sociais no estágio atual do capitalismo, sob o qual a sociedade encontra-se assentada. E, neste sentido, um dos aspectos de maior expressão diz respeito ao intenso processo de subordinação do trabalho e das políticas sociais ao capital financeiro e internacional. Logicamente, este é um processo que não afeta somente à categoria de assistentes sociais, mas também a ela, em função de tratar-se de parte integrante da classe trabalhadora.

Analisar a precarização do trabalho de assistentes sociais no período de 2020 a 2023 trouxe a possibilidade de acessar expressões bastante atualizadas da precarização do trabalho, por se tratar de um contexto brasileiro que advém dos reflexos das contrarreformas trabalhista e previdenciária, e diversas ações no sentido de erodir direitos conquistados ao longo de décadas de luta da classe trabalhadora, tendo como exemplo mais emblemático e grave a própria precarização da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. O golpe de 2016 e a pandemia de Covid-19 serviram, neste contexto, para aprofundar as desigualdades já existentes e possibilitar que o capital tivesse o cenário perfeito de experimentações de novas formas de exploração do trabalho, mediadas pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, numa espécie de laboratório.

Contudo, foi possível observar também que estes processos de destruição vêm sendo gestados especialmente ao longo dos anos de 1990, com a implantação da agenda neoliberal no Brasil e todas as consequências políticas, econômicas, sociais e culturais dela decorrentes, de ampliação das desigualdades, do privatismo e da exploração sobre a classe trabalhadora. A combinação de tais fatores abriu um campo fértil para expansão de frações políticas de ultradireita, expressas no discurso de ódio às minorias, de um pretenso nacionalismo/patriotismo, de aproximação com ideário fascista de ode ao cidadão de bem, à família, à pátria e a Deus e de negação da ciência, da democracia e dos direitos humanos.

Sobre o trabalho, uma série de mudanças em sua forma de organização e gestão afetaram milhares de trabalhadores no mundo inteiro e no Brasil, país de capitalismo dependente, tais mudanças assumem contornos particulares. O mercado de trabalho no Brasil desde a passagem da escravização para o trabalho “livre” sempre foi marcado pela informalidade e pela precariedade, constitutiva do trabalho. O cenário atual, profundamente marcado pelas evoluções tecnológicas, máquinicas e de comunicação, demonstra um panorama de relações flexibilizadas, precárias e desreguladas, regidas pela lógica do capital.

É com este pano de fundo que é possível melhor compreender os dados revelados pela pesquisa de perfil profissional, realizada em sua primeira fase pelo CFESS em 2022 e posteriormente aprofundada por este Conselho Federal em 2024, em sua etapa complementar.

Os eixos de remuneração, desemprego e condições de trabalho ainda sobressaem como marcadores mais aparentes da precarização do trabalho de assistentes sociais. Entretanto, ficou identificada a necessidade de ampliação das pesquisas e estudos que revelem dados sobre a saúde das trabalhadoras assistentes sociais, bem como apontem marcadores relativos à precarização subjetiva. Os baixos índices de participação política e nos movimentos sociais por parte da categoria representou um sinal de alerta, sobretudo a partir do movimento de reconceitualização profissional. A categoria apresenta um histórico de intensa participação nas lutas sociais por horizontes mais justos, equânimes e democráticos. Os baixos índices de participação em movimentos sociais e políticos são interpretados, nesta tese, como reflexo da estratégia de apascentamento e fragilização da classe trabalhadora, que se dá, entre outros fatores, pela destruição dos direitos trabalhistas, pelo enfraquecimento da capacidade de organização da

massa trabalhadora, pela captura de sua subjetividade e pelo crescente fragilização das formas de contratação, que conta com formatos cada vez mais voláteis, intermitentes e desprotegidos de garantias básicas para a venda da força de trabalho e sua sobrevivência digna.

A precarização do trabalho de assistentes sociais é retroalimentada entre a formação profissional aligeirada promovida pelo EaD e pelas sequelas na atuação profissional nos espaços ocupacionais, que traz prejuízos não só à categoria, nos quesitos de remuneração, exigência de atuação profissional em mais de um vínculo para poder auferir renda suficiente para sua manutenção, permanente sentimento de insegurança e precarização da vida, como também às usuárias e usuários.

Os dados analisados pela pesquisa de perfil profissional do CFESS (2022, 2024) evidenciam esta realidade, e a pesquisa do GEPSS/UFPA revela lacunas sobre a compreensão da profissão, trazidas pela formação profissional prioritariamente privada e presencial, mas que já tem um crescimento expressivo da formação em regime de EaD, que turva o entendimento das profissionais, do ponto de vista ético-político e teórico-metodológico, prejuízos que incidem não só sobre a categoria, mas também sobre a qualidade do trabalho profissional disponibilizado para a classe trabalhadora que é usuária dos serviços sociais, tanto na esfera pública quanto privada. Tais questões se constituem também como pontos de extrema importância para mover aprofundamento de pesquisas e nortear movimentações de regulação legal e no debate da categoria acerca da manutenção de nosso projeto ético e político profissional, sem perder de vista as escolhas socialmente determinadas, que são realizadas pela classe trabalhadora, especialmente as frações mais expropriadas de seus direitos.

Neste contexto, a questão das tecnologias da informação e comunicação aparece de maneira significativa para o debate. Veloso (2011, 2021) presta contribuições importantes e que dão estrutura à desmistificação das tecnologias, especialmente no campo do trabalho de assistentes sociais. Discute as novas tecnologias da informação e comunicação, no complexo cenário atual de exposição das contradições modo de produção capitalista e em sua preocupação central quanto à satisfação de interesses privados, baseados na superexploração, na concentração de capital e na mercadorização cada vez mais acentuada das relações sociais.

Ao realizar este momento, Veloso (2021, p. 77) lança luz sobre o uso das TIC como “instrumento a serviço dos projetos societários, que podem servir para

reproduzir e ampliar desigualdades ou para contribuir para a construção de alternativas civilizatórias”, se pondo desta maneira ao serviço do capital ou do trabalho.

Para efeito de elaboração desta tese, esta discussão remeteu especialmente à questão da formação profissional em regime de EaD. A inovação tecnológica que permeia esta modalidade de ensino, durante o contexto pandêmico foi aprofundada e compôs, por meio de tecnologias, redes sociais e plataformas, o circuito que adensou a lucratividade sobre o trabalho vivo de professores e demais profissionais, contribuindo para o processo de sucateamento, precarização e desfinanciamento das políticas sociais, registrando-se, paralelamente, o esvaziamento do papel do Estado na produção de respostas às manifestações da questão social. Veloso (2021, p. 77) comenta a este respeito que:

[...] é difundida uma série de inverdades relacionadas às novas tecnologias, muitas vezes tratando-as de forma mistificada, deificada, como recursos milagrosos que podem resolver todo e qualquer problema. Dentre estes mitos, podemos destacar a pretensa “redução de custos” nos processos de trabalho, quando, na verdade, o que se tem é um repasse desses custos aos trabalhadores. Outro mito se refere à noção de maior eficiência e eficácia, quando, de fato, o que ocorre é o aumento da exploração, do controle, do alcance de metas e da extração máxima de mais valia.

Concordamos com Veloso (2021) que as plataformas digitais atuais não neutralizam os desafios e, trazendo esta questão para o EaD, consideramos após as análises realizadas nesta pesquisa, um questionamento em particular – como nos obstar a estes efeitos deletérios da formação do ensino à distância? O EaD não deixará de existir e tende a se ampliar. Quais as alternativas a este quadro? Estes questionamentos foram suscitados ao assistir à live de apresentação da pesquisa de perfil profissional de assistentes sociais, pelo canal do CFESS no Youtube.

No bate-papo (chat) desta live, no decurso das exposições dos resultados da pesquisa de perfil profissional, ao se encaminhar o debate sobre o cruzamento de dados entre a modalidade de formação profissional (EaD) e os níveis mais baixos de remuneração, um comentário em particular chamou minha atenção. Nele, a profissional graduada por meio do ensino à distância, questionava que só estava vendo ali críticas ao EaD, mas nenhuma sugestão quanto à sua melhoria.

Longe de intencional estabelecer aqui possibilidades de cunho reformista, de adaptação funcional e acrítica a uma forma de ensino instituída legalmente e que capilarizou significativamente junto à classe trabalhadora, mas que apresenta

muitas fragilidades, não podemos acreditar que este processo retrocederá. Ao que tudo indica, precisamos pesquisar, melhor compreender e nos apropriar desta ferramenta a fim de colocá-la a serviço da classe trabalhadora e não manter esse pêndulo tão pendente para o lado do capital e da lucratividade.

Semeraro (2021), ao debater o papel dos intelectuais, da educação e da escola, com base no estudo do Caderno 12 de Gramsci, discorre sobre o novo princípio educativo, que implica em tornar-se “dirigente” (especialista +político). Sobre isto, destaca que Gramsci, no Caderno 12, delineou aspectos de uma escola unitária pública que articule trabalho material e intelectual, com visão global de mundo e atuação política, o que representa o lançamento de bases de uma revolução na educação e na cultura, que propicie:

[...] a formação de “um novo tipo de intelectual”, orgânico às classes subalternas, para que possam se autodeterminar, recriar e dirigir democraticamente a própria sociedade [...] Diversamente dos projetos educacionais que visam treinar e domesticar, modernizar e adaptar cidadãos ao sistema, a surpreendente concepção pedagógica de Gramsci opera uma mudança profunda na história da educação e aponta para horizontes nunca imaginados. O desvelamento do intelectual vinculado aos interesses de classe e a um determinado projeto de sociedade, rompe com a ideia arraigada no senso comum da sua neutralidade e superioridade. (Semeraro, 2021, p. 167).

A atualidade do pensamento de Gramsci nos conclama ao papel de dirigentes neste processo. Semeraro (2021) nos esclarece que na prática, a concepção elaborada por Gramsci, ao combater todo tipo de monopólio e dualismo na cultura e na educação, sintoniza-se com uma inovadora concepção de política, que rompe radicalmente com a ideia de poder enraizada nas relações de governante-governado, dirigente-dirigido e comando-obediência. Assim, a concepção de Gramsci subverte a ordem imposta pelo capitalismo, por completo. Indica também um caminho possível, quanto à retomada do papel de intelectual orgânico por parte de assistentes sociais e docentes.

Na esfera da captura de tendências profissionais, com base nas análises sobre a precarização do trabalho de assistentes sociais no contexto de 2020 a 2023, assumiu destaque a uberização do trabalho.

Na fase preliminar e exploratória desta pesquisa, já se buscava elementos que pudessem realizar uma aproximação direta entre a perspectiva de uberização do trabalho e o Serviço Social, com uma hipótese inicial de que tal repercussão estaria centrada nas demandas atendidas por assistentes sociais nos seus espaços

ocupacionais, em função do deslocamento massivo da população usuária da previdência para as políticas sociais da assistência, em função da perda de suas ocupações formais e alocação em ocupações informais e sem amparo contratual regulado, não se vislumbrando de imediato a possibilidade de que a uberização pudesse atingir diretamente as formas contratuais do trabalho de assistentes sociais.

No decurso da pesquisa para elaboração desta tese e, em especial, durante o processo de qualificação, foram realizadas contribuições essenciais para que este debate e análises tivessem a mediação da precarização do trabalho e da formação profissional. A partir daí foi possível analisar a uberização como uma das formas de atualização da precarização sobre o trabalho e a formação profissional, sobretudo com o debate encaminhado por Botão (2020, 2023) quanto à estratégia capitalista das chamadas consultorias no Serviço Social de empresas, que emprega notas de uberização na organização e gestão do trabalho profissional e nas análises elaboradas nesta tese, que apontam no sentido da uberização do trabalho profissional, no campo da educação/docência, ocorrendo por meio das contratações de professoras e professores de forma desregulada, intermitente, com poucos direitos e baixas remunerações (apesar da elevada exigência de qualificação profissional e acadêmica), já realizada por meio das plataformas e sem contato direto com pessoas que intermedeiem este processo.

Estamos diante de permanentes mudanças engendradas pela lógica capitalista, lógica esta que atualiza as formas de exploração da classe trabalhadora, com objetivo de ampliar o domínio deste modo de produção e lhe recompor a cada crise, que longe de representar esgotamento, aponta no sentido de novas roupagens, estratégias e táticas. É preciso seguir conhecendo e pesquisando as novas e atualizadas formas de precarização do trabalho, inimagináveis até então, como as fazendas de cliques, alimentação de base de dados de inteligência artificial, monetarização de perfis de redes sociais, gamificação e diversas formas assumidas pelo chamado capitalismo de vigilância. Estas incidências estão cada vez mais próximas do Serviço Social, como pode ser observado pela criação de um perfil em rede social (Instagram) chamado Ju do Bolsa⁴⁵.

⁴⁵ O perfil do Instagram @judobolsa conta, em setembro de 2024, com 288 publicações e 4111 seguidores. Em sua descrição, informa tratar-se de assistente virtual com uma equipe de assistentes sociais, prometendo fornecer dicas e informações sobre o Bolsa Família e seus direitos. Ao acessar o site www.judobolsa.com.br há um vídeo no qual se propaga a personagem virtual, Juliana, que pode ser chamada de Ju, como a primeira assistente social virtual do Brasil, que trabalha com uma

Neste perfil, que não tem vinculação com a rede pública governamental, se anuncia uma espécie de serviço gratuito e de utilidade pública, como sendo a primeira assistente social virtual do Brasil. Além da página no Instagram, há uma plataforma de serviços de esclarecimentos de dúvidas, realizada por uma equipe de Serviço Social, acerca dos benefícios relativos às políticas públicas oficiais brasileiras, como o Bolsa Família, Programa Pé de Meia, regularização de CPF, entre outras, entremeadas por receitas culinárias, medida que parece intentar estabelecer uma proximidade/familiaridade com a população que acesse tal mecanismo. Tais serviços ficam disponíveis também por chat, whatsapp e site.

Não está claro qual é a fonte de financiamento desta iniciativa, tampouco suas intencionalidades, contudo, achados como estes nos impelem à investigação e ao acionamento do CFESS, para o devido tratamento. Outra questão que se coloca, a partir da análise desta situação, diz respeito ao que é feito com os dados das pessoas que acessam estas plataformas. Poderiam ser vendidos ou utilizados para experimentos de futuras plataformas de atendimento virtuais das políticas públicas? Existe uma tendência em curso, da plataformização de uma infinidade de serviços, nos cabe seguir atentas(os).

Do mesmo modo, o crowdsourcing⁴⁶ e a uberização concretizam uma crescente adesão ao trabalho, criando novas formas de subordinação e controle. Tais formas se espalham sobre profissões e serviços realizados por setores mais pobres e destituídos de direitos da população, mas também já se observa sobre saberes profissionais mais especializados, como por exemplo pesquisadores, cientistas e geógrafos, prestadores de serviços para a NASA, por meio do projeto Clickworkers.

47

Tais dados nos trazem questões a pesquisar e reforçam a necessidade de identificar as mudanças que afetam o cenário do trabalho, para que seja possível o reposicionamento de organização da classe trabalhadora em seu favor.

equipe de assistentes sociais brasileiras a fim de esclarecer dúvidas ao respeito dos direitos assistenciais da população.

⁴⁶ Crowdsourcing é o processo de terceirizar as atividades, soluções e até mesmo ideias para um número considerável de pessoas.

⁴⁷ Para aprofundar o nível de informações a esse respeito acessar o artigo Uberização: a era do trabalhador just-in-time?, de Ludmila Abílio (2020), disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/#:~:text=A%20uberiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20%C3%A9,apresentam%20enquanto%20mediadoras%2C%20quando%2C%20em>>.

Como projeto futuro de estudos, provocado pelas reflexões quanto as formas de precarização do trabalho são atualizadas pelo capitalismo de plataforma e de vigilância, pelos recursos tecnológicos e pelo uso de dados e pela capilaridade de tais métodos sobre a classe trabalhadora, como um todo, pretendo aprofundar-me sobre a questão da ideologia e da consciência de classe.

Enquanto as plataformas de trabalho são amplamente analisadas e criticadas pela precarização do trabalho que produzem, as plataformas sociais permanecem e imprimem efeitos profundos e até agora irreversíveis na política, na economia e na cultura, incidindo significativamente sobre o tecido social.

É certo que a crise de 2008 remodelou definitivamente o mundo digital e, neste contexto, a digitalização e a plataformização não são apenas novos modelos de negócios, mas segundo Della Torre (2024), com quem concordamos, um novo cercamento de mercados, inclui o mercado de trabalho. A privatização desses mercados impossibilita qualquer possibilidade de competição entre eles. Contudo, não somente os mercados que são cercados, mas também nossas formas primárias de sociabilidade, cultura, educação, comunicação e política, principalmente. A organização política da ultradireita, mundialmente, tem na nova infraestrutura digital sua principal forma de organização. Daí a necessidade de pesquisar e analisar tais incidências sobre o tecido social, sob a perspectiva da ideologia e da consciência de classe.

É neste contexto de volatilidade e exploração que se situam todos os fazeres profissionais, inclusive o de assistentes sociais. Nos cabe a todos, todas e todes, portanto, a tarefa de compreender continuamente este movimento para que nos sirva de balizador na construção de novas formas de participação social e organização da luta da classe trabalhadora, alinhadas com os novos tempos, no sentido de encaminhar-se a uma outra ordem societária, que escape da barbárie e preserve o meio ambiente, a humanidade e sua sobrevivência. Esta não é uma tarefa de assistentes sociais, nem de uma categoria profissional específica, mas nos incluem e convoca a agir, em associação àquelas e àqueles que dividam conosco a mesma visão de mundo e projeto societário.

6

Referências Bibliográficas

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.

ABRAMIDES, M. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

AMARAL, M. **Teorias do imperialismo e da dependência**: atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. São Paulo, 2012. 147 p. Tese (Doutorado em Economia). Departamento de Economia, Universidade de São Paulo.

ANTUNES, R. **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária: a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 56-81, 2019. Disponível em: <<https://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/43/18>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; PINTO, G. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2018.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e Precariedade. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, 2012. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariedade/>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 2007a.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL: Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social: a Amazônia e os desafios contemporâneos, Belém, PA, 04 a 06 jul. 2024. In: TV ABEPSS. 1º dia, tarde: Painel I. **YouTube**, 04 jul. 2024. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Gflt1edG7lA>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BARBOSA, R. A crítica à precariedade. In: BARBOSA, R.; ALMEIDA, N. (Orgs.). **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida**. Curitiba: CRV, 2023.

BARRETO, P. História – Breton Woods. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, ano 6, n. 50, 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 23 out. 2023.

BASTOS, P. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. especial, p. 1-63, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRRYS4mD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E.; CISLAGHI, J.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M. I. S. et al. (Orgs.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 103-121. Disponível em <https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_8f992804cafa49fe8d87d1af095a9171.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

BEHRING, E. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BOTÃO, M. **Serviço Social e Consultoria Empresarial**. Rio de Janeiro: Gramma, 2020.

BOTÃO, M. (Org.). Serviço Social em empresas: quando a uberização bate à porta. In: BOTÃO, M. **Avanços tecnológicos e contradições para o trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2024/08/AvancosTecnologicos_Ebook_29AGO2024.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BOUYER, R. A universalização do acesso ao ensino superior no Brasil adota fórmula controversa. **Le Monde Diplomatique Brasil**, nov. 2023. Edição 196. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/EaD-universalizacao-ensino-superior/>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14133, de 01 de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2021/Lei/L14133.htm#art193>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12317, de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm?origin=instituicao#:~:text=LEI%20No%2010.520%2C%20DE%2017%20DE%20JULHO%20DE%202002.&text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20da%20Uni%C3%A3o,comuns%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.745%2C%20DE%209%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201993&text=37%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o>.

A7%C3%A3o%20Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRAVO, M.; LIMA, J. O percurso do financiamento das Organizações Sociais no município do Rio de Janeiro. In: BRAVO, M. et al. (Org.). **A mercantilização da saúde em debate:** As Organizações Sociais no Rio de Janeiro. FAPERJ: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/juancarlosraxach/docs/caderno_de_saude_faperj_2015_1_>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CARDOSO, A.; GONÇALVES, L.; GUTIÉRREZ, V. **O Neoliberalês:** um ensaio filosófico sobre o idioma do desempenho. Rio Grande do Sul: Clube dos Autores, 2022.

CASSIN, M. Dependência e Ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil Pós-Golpe de 2016. **Temporalis**, Brasília, (DF), ano. 22, n. 43, p. 17-33, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37772/25300>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil:** Formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Live Assistentes Sociais do Brasil: diálogos sobre o perfil da profissão. Canal CFESS Vídeos, YouTube, Set. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HR6T0bIJ7hc>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Formação, trabalho e participação sociopolítica:** Dados complementares ao perfil de Assistentes Sociais no Brasil. Brasília: CFESS, 2024. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.** Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade_EaD_e_ss_cfesscress.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COLMÁN, E.; POLA, K. Trabalho em Marx e Serviço Social. **Serviço Social Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 179-201, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAHMER, L. O Ensino superior brasileiro privado-mercantil e a expansão via EaD no pós-2003: análise das matrículas em cursos de Serviço Social. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_feef1f4017c54ec2b1192398f285cd4c.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DEMIER, F. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

DIEESE. **Salário-Mínimo Nominal e Salário-Mínimo Necessário**. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2022>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DIEESE. O novo desmonte dos direitos trabalhistas: a MP 905/2019. **Nota técnica**, n. 215, nov. 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.html>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DIEESE. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. **Boletim Especial 8 de Março de 2024**: Dia Internacional da Mulher, 2024. São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024/index.html?page=3>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

DRUCK, M. Globalização e reestruturação produtiva: o Fordismo e/ou Japonismo. **Revista da Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2, abr./jun. 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/MNX4pQhMhP6bPgCHY3T8rDq/#>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, M. Marx e Keynes: Estado e crises do capitalismo. **Revista Nexos Econômicos**, Salvador, v. 4, n. 2, 2010. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/5441>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FILGUEIRAS, V. **“É tudo novo”, de novo**: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo: Boitempo, 2021.

FONTES, V. **O que é acumulação primitiva?** Léxico Marx, com Virgínia Fontes. TV Boitempo. 2020.1 vídeo (17 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=odEH0AEFMvc>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, [S.l.], v. 5, n. 8, p. 45-67, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FRANK, A. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1965. Disponível em: <<https://www.eumed.net/cursecon/textos/>>. Acesso em: 23 set. 2022.

FIGUEIREDO, R.; COUTINHO, C. A eleição de 2002. **Opinião Pública**, v. 9, n. 2, p. 93-117, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/PrCDsL5LptPxsbgYLjR8RTK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

FREITAS, B. Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu? **Politize!**, 13 de fev. 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

GARCIA, L. O trabalho nos países capitalistas centrais. **Curso Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, 2022.

GIL, A. BARIZÃO, D. A crise econômico-financeira de 2008/2009 e seu impacto no Brasil. **Revista Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8120>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

GENNARI, A. Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil dos anos 90. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n.1 (21), p. 30-45, 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029/8709>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GOIS, A. Furnas terá festa de fim de ano antes de demitir seus terceirizados. **Jornal O Globo**, 06 dez. 2019. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/furnas-tera-festa-de-fim-de-ano-antes-de-seus-terceirizados.html>>. Acesso em: 11 out. 2022.

GOMES, L. Pesquisa aponta Serviço Social entre menores salários do ensino superior e impulsiona luta por piso. **Sul 21**, 14 nov. 2023. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2023/11/pesquisa-aponta-servico-social-entre-menores-salarios-do-ensino-superior-e-impulsiona-luta-por-piso/>>. Acesso em: 17 dez. 2023.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2013.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

IAMAMOTO, M. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

IAMAMOTO, M. Espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD contínua**: séries históricas – taxa de desocupação. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses estatísticas da educação superior – graduação**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 23 out. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2020**: Notas estatísticas. Brasília: INEP/MEC, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Pesquisa de Pós-Graduação Latu Sensu**. 3 ed. 2023. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/11/pesquisa-pos-graduacao-2023-versao-final.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IZAAL, R. Filósofa Nancy Fraser diz que ataques ao aborto não são apenas guerra cultural: O capital está preocupado com a força de trabalho. **Jornal O Globo**, 29 jun. 2024. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/06/29/filosofa-nancy-fraser-diz-que-ataques-ao-aborto-nao-sao-penas-guerra-cultural-o-capital-esta-preocupado-com-a-forca-de-trabalho.ghtml>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

KREIN, J. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Revista Tempo Social**, v. 30, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/WBdDjRLGTC5XffZDqPThnbs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

KUENZER, A. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. **Reunião científica regional da ANPED**, UFPR, 2016. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LANZA, I. DURIGUETTO, M. Acumulação flexível e digitalização da economia: acentuação da precarização das condições e relações de trabalho. **Revista O Social em Questão**, n. 58, 2024. <Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Atual>. Acesso em: 30 ago. 2024.

LAPYDA, I. **François Chesnais. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Resenha. **Revista Tempo Social**, v. 30, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/dRjp6wWrbMCWwYfBMLxHHBC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 out. 2023.

LEHRER, R. Estado, Reforma Administrativa e Mercantilização da Educação e das Políticas Sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 9-29, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851/24600>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LESSA, S. **O mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LOLE, A.; SILVA, P.; GOMES, V. (Orgs.). **Ensaio sobre política e educação em Gramsci**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2022/08/EnsaioPoliticaEducacaoGramsci_WEB_08AGO.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

LÖWY, M. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, F. G.; MARQUES, M. L. B. (Org.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador**. Sobral, CE: Editora SertãoCult, 2020. p. 13-19. Disponível em: <<https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/148/2/1%20giro%20a%20direita%201%2019.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

LÖWY, M. **Ecosocialismo**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2021. Disponível em: <<https://ihu.unisinos.br/categorias/615544-ecosocialismo-artigo-de-michael-loewy>>. Acesso em: 09 maio. 2023.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2921183/mod_resource/content/1/1998_Marx%20%20Engels_O%20manifesto.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

MARINI, R. **Dialética da dependência e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MAURIEL, A. KILDUFF, F., SILVA, M. LIMA, R. (Orgs). **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, M. **Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica no Brasil**. Academia Brasileira de Ciências, 2021. Disponível em <<https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

NEVES, J. **O trabalho do Serviço Social da Infraero no contexto da pandemia do Covid-19**. Rio de Janeiro, 2022. 137 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

NUNES, J. Veja as profissões com os piores salários no Brasil: professor de pré-escola lidera a lista. **Jornal O Globo**, Caderno Trabalho e Carreira, 17 out. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/10/17/veja-as-profissoes-com-os-piores-salarios-no-brasil-professor-de-pre-escola-lidera-a-lista.ghtml>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

OSÓRIO, J. O marxismo latino-americano e a dependência. In: SEABRA, R. L. (Org.). **Dependência e marxismo**. Contribuições ao debate crítico latino-americano. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2017.

PALTRINIERI, I. **Quem tem ofício tem benefício: a rede de proteção social privada em Furnas Centrais Elétricas S.A.** Rio de Janeiro, 2010. 107 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

PEREIRA, L. ALMEIDA, N. (Org.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando, 2020. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-servico-social-e-educacao>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

POCHMANN, M. **Sindeepres 15 anos – a superterceirização dos contratos de trabalho**. São Paulo: SINDEEPRES, 2007. Disponível em: <<https://sindeepres.org.br/wp-content/uploads/2022/03/trajetorias1.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

POCHMANN, M. **Os três tempos do neoliberalismo brasileiro**: Collor, FHC e Temer. Blog na Rede, 2016. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/neoliberalismo-em-tres-tempos-no-brasil-7265/>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PONTES, R.; BRAGA, C.; OLIVEIRA, C. (Orgs.). **Serviço social brasileiro em tempos regressivos**: formação e trabalho profissional em debate. São Paulo: Cortez, 2023.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R. (Org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 25-65.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ROCHA, R. **Profissionais explicam a diferença entre ensino a distância e ensino remoto**. Alagoas: IFAL, 2021. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/noticias/profissionais-explicam-a-diferenca-entre-ensino-remoto-e-ensino-a-distancia>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

RODRIGUES, P. et al. **Subdesenvolvimento e saúde, um olhar a partir da Teoria Marxista da Dependência**. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2024. Disponível em: <https://fdinarcoreis.org.br/2024/08/14/subdesenvolvimento-e-saude-um-olhar-a-partir-da-teoria-marxista-dadependencia/?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaY6YXdXngtkFlHdS-oTmqCMGnlWBd12ppqdoUFXUv8UVXAO2jkjuZ40ADs_aem_1xhnfqWoU50rqar1R1P_5g>. Acesso em: 30 ago. 2024.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SAMPAIO JR., P. Acima de tudo e de todos, a tirania do mercado. **Jornal dos Economistas**, (A economia sob Bolsonaro), n. 353, jan. 2019. Rio de Janeiro: CORECON-RJ, 2019. Disponível em: <<https://www.corecon-rj.org.br/anexos/B7FC9B726906D7941CBFAE8CE1F55AD7.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SANTOS, J. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
SANTOS, T. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015.

SANTOS, T. V.; STAMPA, I. Contratação por pregão como expressão da precarização social do trabalho de assistentes sociais no Brasil recente. **Revista O Social em Questão**, v. 1, n. 47, 2020. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_47_art_4.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SANTOS, T. V. **Contratação por pregão: formas atípicas de trabalho de assistentes sociais no Brasil recente**. Rio de Janeiro, 2020. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, PUC-Rio.

SCHURSTER, K.; SILVA, F. Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e da democracia inacabada. **Revista Relaciones Internacionales**: Universidad Nacional de La Plata, Argentina, v. 30, n. 60, 2021. Disponível em: <<http://portal.amelica.org/ameli/journal/26/263681008/>>. Acesso em: 14 de maio 2023.

SEMERARO, G. **Intelectuais, educação e escola: um estudo do caderno 12 de Antônio Gramsci**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SENADO FEDERAL. **Mudança nos fundos infraconstitucionais será analisada pela CCJ na quarta**. Senado Notícias, Agência Senado, Brasília, 17 fev. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/17/mudanca-nos-fundos-infraconstitucionais-sera-analisada-pela-ccj-na-quarta>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SENA JR, C. MIGUEL, L. FILGUEIRAS, L. O terceiro governo Lula: limites e perspectivas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, p. 1-10, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/SbtzYkB8xtPDcmSgpLC9LgN/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVA, A. **O direito do trabalho no capitalismo dependente: limites, potência, efetividade**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

SILVA, L. **A precarização do trabalho dos assistentes Sociais no Sistema Único de Saúde do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2022. 309 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

SILVA, M. **Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital**. Texto para discussão, nº 2576, IPEA, 2020.

SOARES, M. **Escravidão e Dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira**. Rio de Janeiro: Lutas Anticapital; Faperj, 2022.

SOARES, M. Entre o ganho e o game: plataformas da escravidão. In ANTUNES, R. et al. (Org.). **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

STAMPA, I; LOLE, A. Trabalho, precarização e movimento organizado de trabalhadores em tempos de intensificação do neoliberalismo. In: STAMPA, I. et al. (Org.). **Trabalho, regressão de direitos e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

TORRE B. D. Tecno-Apocalipse: teses para a Era das Redes Sociais. **Blog Boitempo**, 29 ago. 2024. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2024/08/29/tecno-apocalipse-teses-para-a-era-das-redes-sociais/>>. Acesso em: 01 set. 2024.

VELOSO, R. O lugar das tecnologias de informação e comunicação no Serviço Social. In: VASCONCELOS, A.; ALMEIDA, N.; VELOSO, R. (Orgs.). **Serviço Social em tempos ultraneoliberais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

VELOSO, R. **Serviço social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA PINTO, A. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WELLEN, H. Karl Marx e a economia política: da rejeição moral à assimilação crítica. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jW3gg8fKBdXN47DggsrKfPt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 mar. 2023.